



INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba
Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil

SAMIRA AMARA GOMES ALVES

SAMIRA AMARA GOMES ALVES

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

**Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba
Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil**

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Edital nº. 01/2014

1ª Turma | 2015-2017

Orientadora Profª. Drª. Áurea da Paz Pinheiro

Co-orientadora Profª. Drª. Lorena Sancho Querol

© **Copyright 2017**

Samira Amara Gomes Alves

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO:

Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba Ilha de Canárias Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil

Créditos

Esta dissertação é parte dos resultados da pesquisa-ação sob o título “INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba Ilha de Canárias Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional da Universidade Federal do Piauí.

Universidade Federal do Piauí

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-reitora

Prof. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

Diretor do Campus Ministro Reis Veloso

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia

Prof. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Áurea da Paz Pinheiro | Universidade Federal do Piauí | Brasil

Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alves | Universidade Aberta de Portugal | Portugal

Prof. Dr. Fernando Manuel Raposo Morgado | Universidade de Aveiro | Portugal

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Victor Veríssimo Guimarães

Editora

VOX MUSEI arte e patrimônio

A474i Alves, Samira Amara Gomes
Inventário participativo: os modos de fazer-saber associados ao trabalho em palha de carnaúba Ilha de Canárias Delta do Parnaíba / Meio Norte do Brasil [manuscrito] / Samira Amara Gomes Alves. – Parnaíba: 2017.

84 f.: il

Dissertação (Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Áurea da Paz Pinheiro.

Co-Orientação: Prof.^a Dr.^a: Lorena Sancho Querol.

1. Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. 2. Canárias - Comunidade - Delta do Parnaíba. 3. Pesca Artesanal - Uru. I. Título.

CDD 069.1

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

**Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba
Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil**

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Edital nº. 01/2014

1ª Turma | 2015-2017

Orientadora Prof^a. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

Co-orientadora Prof^a. Dr^a. Lorena Sancho Querol

Trabalho apresentado e aprovado em 18 de maio de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro
(Orientadora | Universidade Federal do Piauí)

Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alves
(Avaliadora Inteno | Universidade Aberta de Portugal , Portugal)

Prof. Dr. Fernando Manuel Raposo Morgado
(Avaliador Externo | Universidade de Aveiro)


DECLARAÇÃO DE AUTORIA

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil

Eu Samira Amara Gomes Alves, declaro que o trabalho sob o título “INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba Ilha de Canárias Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil” é o resultado da minha investigação associada ao Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas nas referências ou outras listagens de fontes documentais, tais como todas as citações diretas ou indiretas têm a devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parnaíba (PI), 18 de maio de 2017.



Samira Amara Gomes Alves

“Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também.”

Paulo Freire

Aos meus pais, com amor.

Agradecimentos

A Deus, que em tudo esteve a me guiar e proporcionar mais esta vitória.

Aos meus pais, Raimundo e Telma, que sempre estiveram comigo compartilhando de todo o processo, apoiando e alegrando-se com as conquistas.

Aos meus irmãos Ricardo e Daniel, que me ajudaram em momentos muito importantes.

A Professora Áurea da Paz Pinheiro, minha orientadora. Por seus ensinamentos, confiança e compreensão. Muita gratidão por acreditar no meu trabalho e me permitir tão grande liberdade em decidir os caminhos, apoiando-me nas minhas decisões. Aprendi muito e sou uma pessoa muito mais forte após esta experiência consigo.

A Professora Lorena Sancho Querol, minha co-orientadora, sem a qual nada teria sido como foi. Em tudo estivemos juntas trabalhando em colaboração. Sua presença constante me fez aprender a executar os transformadores conceitos da Museologia Social. Não há agradecimento que seja suficiente.

A Carlos Alexandre Aureliano Oliveira, meu amigo, que partilhou de tudo, desde o início. Sempre ao meu lado me conduzindo pelos mais belos caminhos na comunidade. Sem seu apoio não teria sido possível sequer iniciar.

Aos meus amigos do Museu-Oficina da Ilha das Canárias, Simone, Quinquim, Louro, Salete, Filomena, Claudiana, Nazaré e a pequena Graça. Agradeço imensamente por sua confiança e pela linda caminhada juntos. Foi extremamente enriquecedor para minha vida.

Aos amigos da Ilha das Canárias, de todas as comunidades, e em especial da comunidade de Canárias. Foi transformadora a experiência de estar convosco esses anos. Sou grata por todo apoio e carinho.

A Daniel Mendes, meu amigo, que dispôs do seu tempo e habilidades para várias partilhas. Sua atuação no projeto foi um grande presente para todos nós do MOC.

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Unidade Maranhão (SENAR-MA) pela parceria com as oficinas e cursos, fundamentais em todo o processo. Somos gratos por estar conosco do início ao fim.

Ao SEBRAE, Unidade Maranhão, por sua prontidão em conseguir meios de nos disponibilizar algumas oficinas, tendo em vista a localização da ilha e o tempo que dispunhamos.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), através da gestão da RESEX Delta do Parnaíba. Apoio fundamental para nossos bons resultados naquela Unidade de Conservação.

Resumo

O objetivo deste documento é apresentar pesquisa de natureza ação realizada na comunidade Canárias, um dos cinco povoados que integram a Ilha das Canárias, uma das mais de setenta ilhas localizadas no Delta do Parnaíba, Meio Norte do Brasil. Ao longo de 2015 e 2016 realizamos um Inventário Participativo com artesãos locais sobre os modos de saber-fazer relativos aos trançados em palha de carnaúba, especificamente de um artefato de pesca artesanal – Uru, um cesto usado para o transporte de peixes. O Inventário pretende contribuir para o conhecimento, reconhecimento, valorização e promoção desse rico patrimônio cultural de natureza imaterial, reconhecido pelas pessoas do lugar, que desejam a sua proteção e promoção. Ao longo do trabalho conseguimos formar um grupo de onze artesãos e artesãs, e dignificar as relações entre a comunidade e o patrimônio cultural remanescente de populações indígenas. A construção do trabalho foi realizada de forma colaborativa e criativa, ancorado na partilha entre a pesquisadora e os detentores dos saberes; juntos propusemos soluções para a proteção e promoção daquele Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Delta do Parnaíba, Inventário Participativo, Museu de Comunidade.

Abstract

The purpose of this document is to present an action research carried out in the Canary community, one of the five villages that make up the Canary Island, one of more than seventy islands located in the Delta of Parnaíba, Mid North of Brazil. Throughout 2015 and 2016 we conducted a Participatory Inventory with local craftsmen on the ways of know-how related to carnauba straw braids, specifically an artisanal fishing artifact - Uru, a basket used to transport fish. The Inventory intends to contribute to the knowledge, recognition, valorization and promotion of this rich cultural heritage of an intangible nature, recognized by local people, who wish to protect and promote it. Throughout the work we were able to form a group of eleven artisans and artisans, and to dignify the relations between the community and the remaining cultural patrimony of indigenous populations. The construction of the work was done in a collaborative and creative way, anchored in the sharing between the researcher and the knowledge holders; Together we proposed solutions for the protection and promotion of that Cultural Heritage.

Keywords: Cultural Heritage, Parnaíba Delta, Participative Inventory, Museum of Community.

Sumário

1. INTRODUÇÃO | 23

2. ESTUDO DO CONTEXTO | 29

3. REFERENCIAL TEÓRICO | 41

4. METODOLOGIA | 81

5. MEMORIAL DESCRITIVOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS | 89

6. PARCEIROS/COLABORADORES | 99

7. REFERÊNCIAS | 100

8. APÊNDICES | 100



PRAIA DAS CAIEIRAS

1. INTRODUÇÃO

As questões propostas nesta pesquisa-ação, de natureza participante, partem de problemas reais vivenciados pelos moradores da comunidade de Canárias, remanescentes de populações indígenas, localizada no delta do rio Parnaíba, Meio Norte do Brasil, no Estado do Maranhão.

[...] pesquisa-ação cuja característica fundamental é sua vinculação com a resolução de problemas coletivos através da participação conjunta dos pesquisadores com os grupos interessados. [...] a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de trabalho popular de dimensão pedagógica e política quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 40).

O objetivo do trabalho foi construir estratégias que trouxessem resultados imediatos à comunidade, envolvê-la na construção de conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural de natureza imaterial, com destaque para experiências iniciais com processos associados à museologia de cariz social.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (Cf.: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 21 mar. 2017).

A Museologia Social é fruto da convicção de que as instituições museológicas não devem estar enclausuradas, mas abertas à sociedade, tendo como prioridade as pessoas, seus modos de ser e estar no mundo, não apenas os objetos; o museu deve ser um espaço de interação, de luta e defesa de direitos; a museologia deve ser engajada efetivamente na solidariedade e participação das comunidades.

Para Hugues de Varine, “Um museu ‘normal’ tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento”. (O museu comunitário como processo continuado. Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 4, p. 2. - Museologia Social. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zSKavstnrUJ:https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2595/1495+&cd=4&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em 21 mar. 2017).

O território escolhido para realização da pesquisa-ação foi a comunidade Canárias, marcada por diversos enfrentamentos, desde os desafios impostos pela própria natureza, no contado direto com o rio e o mar em busca de sustento, bem como da necessidade de proteção daquele território ancestral rico em belezas naturais.

A pesquisa-ação exigiu a imersão no cotidiano da comunidade na busca por conhecer, compreender e minimamente interpretar as lógicas sociais, anseios, desejos, expectativas, etc. Neste processo nos propomos a sensibilizar os participantes para a importância de suas histórias e memórias; para os benefícios do conhecimento relativo a proteção do patrimônio cultural e natural do território que habitam; e despertar o interesse pelo autoconhecimento em termos históricos. Nos propusemos a aprender a ouvir e mediar processos participados, inclusivos, de construção coletiva, o que permitiu os bons resultados deste trabalho.

Problema

O singular patrimônio cultural do Delta do Parnaíba motivou a escolha para este estudo e intervenção; a realidade enfrentada pelas populações diante dos processos de modernização e modernidade, que colocam em risco o patrimônio natural e cultural, material e imaterial, de forma lata – a paisagem cultural.

Em consonância com a Unesco, o Iphan regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (Cf.: em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em 21 mar. 2017)

As artes de pesca e seus artefatos revelam-se expressões materiais e imateriais próprios da cultura ribeirinha e deltaica do Meio Norte do Brasil, manifestam a “interação do homem como o meio natural”; tratam-se de bens culturais ameaçados ante aos processos massificadores da globalização e do grande capital, acarretam uma complexidade de fatores dentre os quais a paulatina perda de memórias e a desvalorização das referências culturais. Outro fator igualmente preocupante é o fato dos artífices/artesãos, guardiões dos saberes, estarem em número cada vez mais reduzidos; além de se observar a não transmissão aos mais jovens de saberes ancestrais, o que inevitavelmente ocasionará a extinção.

Justificativa

Estudar e intervir no território de Canárias através da construção de um Inventário Participativo (IP) é considerar três fatores: a) a significativa importância do patrimônio cultural existente no Delta do Parnaíba; b) a necessidade de proteção do patrimônio cultural para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes; c) a possibilidade de transformar a realidade sociocultural e econômica da comunidade.

Há uma grande necessidade de pesquisar, proteger e comunicar o Patrimônio Cultural do Delta do Parnaíba; uma nítida carência de participação comunitária nos processos de conhecimento e valorização das memórias e histórias locais, o que poderia ser minimizados com a introdução de equipamentos culturais criados de forma participativa, com o envolvimento direto dos residentes. A exemplo do próprio Maranhão, Estado onde ocorre nossa pesquisa-ação, onde apenas cerca de 10% dos municípios têm museus e a distribuição é algo em torno de 0,98 museus por cada 100 mil habitantes (MinC, 2009).

Tornam-se, portanto, imprescindíveis os processos de mobilização cultural, que criem estratégias de gestão compartilhada, que visem ao desenvolvimento de uma cultura de participação comunitária, de valorização de identidades, a considerar a participação como uma “necessidade fundamental do ser humano” (BORDENAVE, 1983, p.16)

Para este estudo-intervenção propusemos o trabalho com um artefato da pesca – o Uru, cuja matéria-prima é a carnaúba, uma palmeira típica do vale do Rio Parnaíba. Tal artefato foi escolhido em virtude de sua expressiva marca cultural, de memória e história associadas ao território; também visto ser produzido com matéria-prima natural desde populações autóctones até os dias atuais, e, ainda, por ser possível encontrar um número, mesmo que limitado, de mestres locais que detém e praticam os saberes associados às artes de trançar e produzir artefatos de uso doméstico e para a pesca. A escolha também se faz dada às possibilidades de desenvolvermos um trabalho de intervenção que primou pela partilha: um Inventário Participativo.

Fizemos o registro de um expressivo saber, de uma comunidade que vive às margens do rio Parnaíba, precisamente no encontro deste com o mar – o delta, que sobrevive da pesca artesanal e de outras formas de extrativismo; que detém os saberes ancestrais, um conjunto de conhecimentos resultantes das atividades e vivências cotidianas no território, transmitidos oralmente de geração em geração.



Figura 01 – Uru, 2015.
Arquivo pessoal.

Nosso desafio foi associar o patrimônio cultural imaterial desse território à museologia de cariz social, mais do que fazer para as pessoas, fazer com as pessoas, produzindo na diversidade. Propomos um Inventário Participativo como porta de entrada para um trabalho coletivo, visto que o Inventário permite conhecer o território, a sociedade em suas diversas formas, as culturas e os patrimônios ali existentes. Nessa natureza de trabalho se considera:

[...] a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2016, p. 5)

Realizamos uma pesquisa-ação centrada nos saberes com a efetiva participação das pessoas do lugar, detentores e produtores culturais, pessoas que estiveram envolvidas na construção de objetos-arte, que resultaram no adensamento das relações interativas comunidade-universidade. Para além da visão hierárquica, buscamos o revigorar dos valores pela própria comunidade, portanto, o processo é tão importante quanto os produtos. Buscamos a valorização social da cultura, ou seja, seus sentidos e significados para a comunidade através de uma ponte estabelecida entre o passado e o presente com perspectivas a um futuro.

Propomos um trabalho que vise, além de proteger, preservar e promover o bem cultural, um processo de ressignificação no qual Arte e Design agreguem valor a conhecimentos ancestrais, de forma a construir um caminho de elaboração de novos usos para um objeto comum, ordinário, e com marcas evidentes de identidade, de histórias e memórias; fomentando, assim, estratégias de preservação do patrimônio para usufruto da própria comunidade.

A partir do trabalho inicial de identificação e registro, indicamos o caminho para uma salvaguarda que vise preservar, promover e proteger o bem cultural pesquisado, tendo como meio um processo de refortalecimento de saberes, e de ressignificação através do diálogo com as artes visuais, especificamente as plásticas, e o design; com o propósito de agregar valor a conhecimentos ancestrais referentes aos artefatos de pesca, de forma a construir um caminho de elaboração de novos usos para um objeto tradicional, usual, e os saberes a ele associados, marcas evidentes de identidade, de histórias e memórias; fomentando, assim, estratégias de preservação do patrimônio para usufruto da própria comunidade.

Objetivos e Metas

Objetivo Geral

Construir, com e para a Comunidade de Canárias, um Inventário Participativo do Uru, um artefato associado à pesca artesanal, com vistas a contribuir para os processos de salvaguarda, que viabilizem a valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural.

Objetivos Específicos

- a. Inventariar, de forma participativa, um artefato de pesca artesanal - o Uru;
- b. Mapear os principais locais de vivência comunitária, nomeadamente, os relacionados ao fabrico e uso do artefato;
- c. Propor a criação e gestão comunitária de um espaço específico para o desenvolvimento continuado das ações do projeto, incentivando a manutenção pela comunidade para criação de um espaço museológico;
- d. Realizar os primeiros encaminhamentos para a futura construção de uma salvaguarda que contemple uma proposta para a proteção e promoção dos saberes do bem cultural inventariado;

Metas

- a. Construir 01 Inventário Participativo de 01 referência cultural, o Uru;
- b. Desenvolver o Inventário Participativo ao longo de 22 oficinas;
- c. Criar 01 Cartografia Cultural;
- d. Estruturar processos iniciais para a organização de 01 espaço museológico.
- e. Executar ações que conduzam a 01 processo de salvaguarda da referência cultural pesquisada.

Público

O principal público deste projeto são os atores culturais, detentores dos saberes relacionados à produção de um artefato da pesca artesanal, o Uru. São pessoas, que produzem o artefato a partir de conhecimentos ancestrais, transmitidos de forma oral de geração em geração.

Houve ao longo da construção do IP outros habitantes interessados em vivenciar os processos de conhecimento e valorização do patrimônio cultural através de trocas de experiências e saberes. De forma indireta os públicos alcançados a curto e médio prazo foram os residentes, turistas, comerciantes e

populações que habitam ou visitam a comunidade. Haverá uma partilha de resultados ampliada.

Privilegiamos algumas pessoas que nomeamos de pessoas-referência, pois consideramos uma categoria de detentores do saber-fazer do Uru, dentre elas mestres e artesãos/ãs diretamente a ele relacionados ou diretamente interessadas em seu conhecimento e preservação. A faixa etária contemplada foi de pessoas entre 20 a 75 anos, que estiveram participando diretamente das ações do projeto.

Universo da Pesquisa

Para a determinação do universo de nossa pesquisa optamos por fazer uso de dois documentos importantes pertencentes aos órgãos que administram o território. Ambos referem-se ao cadastro das famílias: um, O Diagnóstico Socioeconômico em Unidades de Conservação Federais – RESEX Delta do Parnaíba, e outro, os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica a Saúde. O primeiro realizado pelo órgão gestor da RESEX, que inclui a comunidade de Canárias, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), um documento de agosto de 2015; o segundo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Araiões, referente ao ano de 2015.

A Secretaria Municipal de Saúde de Araiões faz um acompanhamento contínuo das famílias através de atendimento domiciliar realizado por agentes de saúde, e ainda o atendimento médico e serviços de enfermagem no posto de saúde. Para tanto mantém um registro regular dessas famílias com um cadastro detalhado, atualizado anualmente. No cadastro do ano de 2015 consta que existem 1.621 pessoas vivendo na comunidade de Canárias. A faixa etária com o maior número de pessoas está entre 20 e 39 anos, compreendendo 522 habitantes, seguidos por 249 de faixa etária entre 15 e 19 anos, portanto, uma população bastante jovem. São 389 famílias cadastradas, uma média de 4 pessoas por família.

Diferente do documento da Secretaria de Saúde de Araiões, que apresenta dados específicos da comunidade Canárias, o Diagnóstico realizado pelo ICMBio refere-se a RESEX como um todo e são dados amostrais. Entretanto muito úteis para obtermos uma visão ampla que se aplica de modo geral a Canárias e traz um número maior de dados, inclusive questões referentes a produção artesanal.

O Diagnóstico do ICMBio informa que a Ilha das Canárias tem o sexto maior número de nascimentos da região, na ordem de 1,1%, atrás apenas das sedes

municipais próximas como Araisos (46,0%), Parnaíba (40,4%) Tutóia (2,2%), Água Doce (1,6%), Ilha Grande (1,3%); o que demonstra a expressividade habitacional da ilha, com muitos nascimentos no próprio lugar.

No que se refere ao nível de escolaridade o documento informa que a maior porcentagem de pessoas na RESEX, 33,83%, estudou até a primeira fase do Ensino Fundamental (até 5^o ano). Há ainda um número expressivo, 15,80%, classificados como analfabetos ou semianalfabetos, fato que se torna evidente no público específico com o qual estivemos trabalhando, visto que aproximadamente 33% dos participantes de nossa pesquisa-ação encontram-se nessa classificação.

A RESEX possui 53,69% da sua população formada por homens, dado que condiz com os números da Secretaria Municipal de Saúde de Araisos, referente a Canárias, que apresenta, para o mesmo ano, um número de 829 pessoas do sexo masculino naquela comunidade, portanto, 51,15%.

O Diagnóstico do ICMBio, no que refere à estrutura, informa que a maioria das moradias são hoje feitas em alvenaria, algo que também condiz com os dados da Secretaria de Saúde de Araisos. Nos dados do ICMBio é possível observar o que também temos constatado em nossas pesquisas, que essas construções que substituíram as construções vernáculas, em terra crua, barro, chamadas taipa, possuem uma estrutura recente tendo sido fabricadas há aproximadamente 10 anos; contadas em 54,5% das construções totais da RESEX.

No documento consta ainda que “[...] cerca de 64% dos responsáveis familiares vivem na RESEX antes do decreto de criação” (ICMBio, p.34, 2015); 38,8% da população nasceu em Canárias e apenas 16,3% passou a explorar os recursos da RESEX a partir de sua criação. Observa-se ainda a existência de um número expressivo recente de pessoas, originárias de locais diversos, que vieram residir na RESEX. Desses locais destacam-se os Estados do Maranhão (67,8%), Piauí (19,1%), Ceará (5,0%), São Paulo (2,1%), dentre outros. A grande maioria se deslocou para Canárias por questões familiares, casamentos e motivos econômicos.

No Diagnóstico da RESEX há também dados referentes ao artesanato. Observamos que dos 16,65% de pessoas que participaram de cursos de capacitação profissional, o artesanato aparece em quarto lugar com 6,91% dentre os temas de cursos mais mencionados; quando perguntado sobre as habilidades profissionais, a atividade artesanal consta em terceiro lugar com 5,53% das mencionadas pelos entrevistados, atrás apenas da atividade da pesca (48,68%) e da

agricultura (8,17%). O artesanato também aparece na lista dos interesses da população referentes a cursos de formação ou capacitação como primeira opção com 11,42% dentre os 55,3% dos que afirmaram ter interesse em cursos de capacitação.

Importa ainda observar, no Diagnóstico da RESEX, o dado referente a lista das 71 ocupações dos responsáveis familiares e cônjuges, onde a atividade com o artesanato aparece como a décima primeira com um percentual de 1,21%; na relação das 37 ocupações dos demais membros da família aparece em décimo sétimo, com um percentual de 0,415%. Um dado importante, pois é possível constatar que além de figurar na lista como uma das primeiras ocupações, é praticada tanto por um número expressivo dos líderes familiares como também por outros membros das famílias em um número considerável de casos.

É possível constatar ainda que na relação das artes e apetrechos de pesca artesanais são referidos no Diagnóstico do IMBio, vinte e sete artefatos de uso constante. Entre estes estão os Cofos, classificação geral em que o Uru está inserido. Tais artefatos aparecem na vigésima segunda posição com 0,04% das incidências de uso. Portanto, algo que pode ser uma demonstração de indício de extinção, tendo em vista ser um objeto importante no transporte do peixe e sem um outro que possa lhe substituir na mesma relação. Outra questão que observamos é que nos três primeiros quartos da lista estão os artefatos relacionados ao uso no processo de captura durante a atividade da pesca artesanal, algo que nas referências simbólicas dos pescadores é primordial. Os objetos de transporte e outros semelhantes aparecem apenas no último quarto da lista e, certamente, isto se deve a sua aparente função secundária dentro da atividade de pesca e, ainda, ao fato de ser um modo de saber-fazer de domínio de poucos mestres, se comparado com as redes de pesca e outros artefatos, como o remo, agulha de tecer a rede, saberes que a grande maioria dos pescadores detém.

No que se refere ao artesanato confeccionado para venda, observamos que, segundo os dados do ICMBio, 12,08% das famílias produzem artesanato com uma variedade de 39 materiais listados entre naturais e industrializados e ainda um percentual de 24,760% de outros materiais não especificados. Dentre os classificados está a palha, principal material que este projeto-ação contempla, figura como 4,415% do uso e ocupa a quinta posição na relação. Portanto, um material já de expressivo uso pelas comunidades da Ilha e demais comunidades da RESEX, uma confirmação do que já vínhamos observando.

Quanto à renda, proveniente da comercialização do artesanato, os dados do Diagnóstico demonstram que 40,223% arrecadam até meio salário, 0,559% entre

um a dois salários mínimos, e 59,218% não souberam responder. Outra questão perguntada pelo censo foi com relação aos problemas na comercialização do artesanato; a maioria, 50%, apontou a dificuldade em vender, divulgar ou distribuir o artesanato como o maior problema encontrado.

A Seleção das Pessoas-Referência

O grupo com o qual trabalhamos foi composto, em sua totalidade, por moradores da comunidade Canárias. A partir de algumas entrevistas realizadas entre setembro de 2015 e junho de 2016 fizemos uma seleção de doze pessoas. As entrevistas foram do tipo temáticas; todas tiveram como entrevistadora a própria pesquisadora, Samira Amara Gomes Alves; com roteiro elaborado pela pesquisadora e a professora Lorena Sancho Querol, co-orientadora da pesquisa. Todas as entrevistas possuem cessão de direito de uso e de imagens, pois muitas entrevistas foram acompanhadas de registro fotográfico. Além disso houve concessão também das imagens realizadas durante o processo de Educação Patrimonial. O local de realização das entrevistas foi a Ilha das Canárias/Araiozes/Maranhão, a grande maioria feitas na própria casa dos entrevistados.

As razões da escolha dos entrevistados pautaram-se na necessidade por trabalhar com pessoas ligadas aos saberes-fazer referente aos artefatos da pesca artesanal e ainda outras que desenvolvessem trabalhos manuais para que pudessemos estabelecer pontes, tendo em vista os processos de ressignificação que tencionávamos propor para a realização subsequente de uma salvaguarda do bem cultural com o qual trabalharíamos.

Conduzida na comunidade por um jovem pescador, Carlos Alexandre Aureliano Oliveira, rapaz amplamente integrado na comunidade, fui inicialmente direcionada para os artesãos detentores dos saberes manuais como o artesanato com bijuterias, crochê, bordado, madeira, e os trabalhos em palha. Logo em seguida meu guia me conduziu aos mestres dos cestos em palha, os cofos que em sua distinção de funções e formas possuíam, e possuem, na comunidade, sub-denominações: paneiro e uru. O primeiro utilizado na pesca do camarão e o segundo, na do peixe. A cada entrevista e conversas informais foi ficando evidente a importância desses cestos como referências da cultura piscatória daquela comunidade. Logo nas conversas informais foi perceptível o significativo uso daqueles objetos no cotidiano da pesca artesanal, as matérias primas empregadas, as diversas relações estabelecidas entre os saberes-fazer de evidente raiz ancestral, a estética de cada um deles, os usos, e a grande disponibilidade dos mestres detentores do saber por desenvolver conosco um projeto que tinha como cerne a valorização da sua cultura, bem como o processo de ressignifica

ção que propúnhamos com vista a uma perspectiva econômica que lhes aprazia. Em todas as entrevistas ficava notório na fala dos entrevistados o desejo por um trabalho colaborado onde seus saberes fossem ampliados, compartilhados e valorizados. Isso em um espaço que lhes pertencesse, e que se constituísse espaço de trocas e de aprendizagens conjuntas.

Os objetivos das entrevistas eram perceber os saberes existentes, as pessoas abertas a partilhas, os patrimônios com os quais seria possível construir um Inventário Participativo que acima de tudo fosse significativo para as pessoas envolvidas.

A análise das entrevistas foi, portanto realizada observando-se principalmente os saberes relacionados aos artefatos da pesca artesanal, pois o objetivo era propor para a comunidade uma proposta de processo de valorização, proteção e promoção de um aspecto do patrimônio cultural relacionado a atividade da pesca. A proposta de trabalho foi sendo construída no percurso com as pessoas, colaborativamente, e as entrevistas foram uma ferramenta para conhecer os saberes existentes, e as pessoas deles detentoras. Devido ao tempo disponível no Mestrado para a realização de todo o trabalho decidiu-se por definir, logo no início do processo de entrevistas, por um objeto de estudo. Além disso tal decisão se deu devido também a significativa quantidade de artefatos existentes, saberes e pessoas a eles associados. Demandaria imenso tempo entrevistar o grande número de pessoas ligadas aos 27 artefatos utilizados na ilha. Portanto, ao contato com os mestres do saber-fazer dos cestos em palha, logo no início da pesquisa, e diante do desejo deles por desenvolvermos um projeto para valorização de seu saber-fazer e os artefatos aos quais estão associados, decidimos começar por eles, diante mesmo da constatação de sua expressividade e por ser um projeto inicial que se pretende avançar no futuro para processos semelhantes abrangendo outros âmbitos da cultura local. Assim a preocupação com esse patrimônio cultural ganhou voz justamente a partir da motivação promovida pela própria proposta do projeto que encontrou eco e voz nos anseios dos artesãos.

Inicialmente decidimos por inventariar os dois cestos, porém logo no início da execução do Plano de Educação Patrimonial, plano por meio do qual o inventário seria construído, a anciã que é a única pessoa na comunidade que detém e pratica o saber-fazer do cesto conhecido como paneiro, decidiu deixar de participar do projeto. Portanto fez-se necessário dar prosseguimento ao projeto inventariando apenas um dos cestos, no caso o Uru.

Para a construção do Inventário contamos com a participação de onze pessoas

ao todo, entre eles estavam três mestres detentores do saber-fazer em estudo, a confecção do Uru. Homens na faixa etária entre 49 a 60 anos, os senhores José Maria da Costa, 67anos, Francisco das Chagas Carvalho, 49 anos, e Marconde Rocha Damasceno, 60 anos. Participou também um pescador, Francisco das Chagas Brito de Oliveira, de 47 de idade, hábil em trabalhos manuais diversos e profundo conhecedor da atividade com a pesca. Ainda no aspecto do manuseio com a palha convidamos uma senhora artesã, Maria Odete Ferreira de Souza, de 75 anos, que detém o saber-fazer de um artefato utilizado para a pesca do camarão, o paneiro. Além dela, fizeram parte do processo sete outras mulheres, em idade entre 20 e 52 anos, que desenvolvem trabalhos manuais com a palha, e com a linha - a costura e o crochê: Maria da Salete Souza Nascimento, 40 anos; Filomena Souza Silva, 52 anos; Claudiana Carvalho da Costa, 27 anos; Raimunda Andreia Cardoso Santos, 34 anos; Maria das Graças Reis da Silva, 33 anos; Maria de Nazaré de Carvalho Costa, 40 anos. E por fim a significativa presença de uma jovem estudante que escreve poemas sobre o lugar e as pessoas, Simone de Oliveira Leite, de 20 anos.

Quanto ao nível educacional do grupo, há, naturalmente, uma variedade, desde pessoas sem escolaridade a outras com ensino fundamental, médio e uma professora com nível superior. Com relação ao gênero é curioso notar que, embora o Uru seja um artefato produzido eminentemente por homens, o nosso grupo contou desde seu início com uma maioria de mulheres. A presença das mulheres se deu, principalmente, pelo interesse em participar desse processo de valorização patrimonial, bem como por seu potencial de participação para os processos de ressignificação. Suas criatividades e habilidades com outros materiais e saberes, referente às atividades que já praticavam no dia-a-dia, foram fundamentais. E até mesmo porque só existem, atualmente, apenas quatro homens na comunidade que exercem o saber-fazer do Uru. E destes apenas três inicialmente participaram do projeto, portanto a presença feminina foi bastante significativa porque tornou possível trabalhar a palha com a costura e o crochê por exemplo, ampliando e interligando saberes.

Juntos nos propomos a promover esse processo de inventário com perspectivas a uma salvaguarda. Conhecer para preservar, proteger e promover o patrimônio cultural em questão. Prevemos que a comunidade de modo geral se veja representada em sua identidade cultural e aos poucos participe e usufrua dos resultados do projeto.

Durante o período de reconhecimento do saber-fazer existentes na comunidade foram realizadas algumas entrevistas temáticas, com uso de história oral, em sua maioria gravadas, e transcritas, com pessoas que detêm diversos saberes,

a fim de definir uma proposta específica a partir do conhecimento da realidade geral existente. Desse modo, no quadro abaixo, estão marcados em azul os mestres do saber-fazer que compõem o grupo do inventário, em verde outros artesãos e artesãs com conhecimento sobre outros tipos de trabalhos com a palha, ou outros saberes que se tornaram importantes para os processos de ressignificação, os quais também compuseram o grupo e participaram da construção do inventário. Em preto estão os demais entrevistados que não fizeram parte do recorte para o inventário.

Nº	PESSOAS-REFERÊNCIAS	IDADE/Anos	SEXO
01	Ângela Maria de Oliveira Costa	41	F
02	Claudiana Carvalho da Costa	27	F
03	Filomena Souza Silva	52	F
04	Francisco das Chagas Brito de Oliveira	47	M
05	Francisco das Chagas Carvalho	49	M
06	Geivone Silva Reis	41	F
07	Gentil Graça dos Santos	60	M
08	Gustavo Nascimento Gaspar	19	M
09	José Maria da Costa ¹	67	M
10	Lenita das Graças Reis/Mana	50	F
11	Manoela Auleriano Oliveira	33	F
12	Marcondes Rocha Damasceno	60	M
13	Maria da Salete Souza Nascimento	40	F
14	Maria das Graças de Oliveira	42	F
15	Maria das Graças Reis da Silva	33	F
16	Maria Odete Ferreira de Souza	75	F
17	Maria de Nazaré de Carvalho Costa	40	F
18	Raimunda Andreia Cardoso Santos	34	F
19	Simone de Oliveira Leite	20	F
20	Valdilene Araújo Costa	36	F

Devido problemas de saúde o Sr. José Maria da Costa, mestre do saber-fazer Uru, não pôde participar das atividades de construção do Inventário Participativo (IP), porém teve importante participação em uma de nossas rodas de conversa realizada anterior ao início da construção efetiva do IP. Seus relatos naquela ocasião, bem como sua entrevista, foram fundamentais para a estruturação do IP.

Além desse público direto contamos, a partir da implantação do Museu-Oficina, com a ampliação do campo de atuação do projeto para as pessoas da comunidade de modo geral, pois o espaço museológico está aberto para partilhar as vivências da comunidade, memórias e histórias de vida, a cultura local. Um espaço onde a comunidade se reconheça e dialogue.

Produtos e Serviços

Os produtos principais deste projeto são:

- Inventário Participativo;
- Plano de Educação Patrimonial;
- Cartografia Cultural;
- Museu-Oficina;



2. ESTUDO DO CONTEXTO

Em 2009, um grupo de pesquisadores motivados pelas observações dos diversos aspectos culturais e naturais referentes a uma das Ilhas situadas no Delta do Parnaíba, a Ilha das Canárias, passaram a desenvolver pesquisas, coletar e registrar dados e refletirem sobre formas possíveis de estudos e intervenções conjuntas no território. Coordenados pela professora Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro, da Universidade Federal do Piauí/UFPI, passaram a “[...] repensar o desenvolvimento e a sustentabilidade desse território, ao tomar como ponto de partida temáticas ligadas ao patrimônio em sentido lato, à paisagem cultural, ao modo de vida dos habitantes desse território” (PINHEIRO Et al, p. 87, 2013). Para tanto começaram a estabelecer parcerias e protocolos de cooperação criados entre a UFPI e outras instituições nacionais e portuguesas. Atividades acadêmico-científico-culturais foram planejadas conforme nos esclarece o texto das professoras Eloísa Capovila da Luz, Marta Rosa Borin e a própria Áurea da Paz Pinheiro, na Revista VOX MUSEI 2 (Ibid.id.). O texto nos informa que naquela época, um Plano de Trabalho foi elaborado e o projeto referente a Canárias foi ganhando forma; esta pesquisa-ação e o próprio Mestrado Profissional são frutos dessas colaborações entre pesquisadores, instituições, agentes públicos e privados, universidade-comunidade.

O projeto de pesquisa “Paisagens da Ilha: Patrimônio e Sustentabilidade” é igualmente fruto daquele plano de trabalho. Projeto de natureza ação coordenado pela professora doutora Áurea da Paz Pinheiro, apresentado, aprovado e financiado pelo CNPq/MinC/SEC n^o 80/2013, chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Ministério da Cultura – MinC, por intermédio da Secretaria de Economia Criativa – SEC (PINHEIRO, 2013). Um projeto que propôs um trabalho com metodologias participativas, com pesquisa colaborada, com a fundamental participação da comunidade local. Posteriormente, esse projeto passou a compor parte das ações do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, da UFPI.

Curioso notar que quando, em 2013, o projeto “Paisagens da Ilha” estava sendo aprovado para receber financiamento pelo CNPq, esta mestranda desenvolvia estudos no âmbito de um curso de Pós-Graduação lato sensu, em Gestão Cultural, pela Faculdade SENAC-Minas. Para tanto realizava pesquisas no Delta do Parnaíba com vistas ao desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso intitulado “Delta das Américas: Uma Riqueza Cultural”. Pesquisa que levou-me a iniciar estudos sobre a Ilha das Canárias, os quais conduziram ao contato com alguns artigos publicados pela professora Áurea Pinheiro, e sua

equipe, sobre o local. Deste modo a busca pelo contato com aquele grupo de pesquisa se fez fundamental. A receptividade foi imediata e gradualmente houve uma frutífera integração ao grupo.

É nesse cenário que este Projeto-Ação se insere em 2015, como um subprojeto do Projeto Matriz “Paisagens da Ilha”, no âmbito do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI. Houve, portanto, a abertura para um rico processo de aprendizagem junto ao grupo, especificamente com a professora Áurea Pinheiro, com quem iniciamos trabalhos em julho de 2014, pautados em suas iniciais propostas por “estimular e colaborar com os moradores para a organização comunitária, oferecer oficinas, atuando como mediadores dos processos em benefício da comunidade” (PINHEIRO Et al, p. 90, 2013). Em sequência passamos a desenvolver uma proposta de trabalho com alguns aspectos específicos do patrimônio cultural, conforme descrito nas próximas páginas.

O projeto-ação “INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba | Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil” tem por objetivo principal o estudo de um conjunto de modos de saber-fazer ancestrais originários da região do Delta do Parnaíba, patrimônio cultural transmitido de geração em geração até os dias de hoje na comunidade Canárias, uma entre as cinco comunidades localizadas na Ilha das Canárias, município de Araiões, Estado do Maranhão, Meio Norte do Brasil, fronteira entre os Estados do Maranhão e Piauí, onde localiza-se o Delta do Parnaíba, área geográfica formada pelo desaguar desse rio no mar; um espaço marcado pela biodiversidade, com destaque para os manguezais e um conjunto de mais de setenta ilhas situadas em águas tranquilas sob influência das marés.

O município de Araiões - MA, possui parte da extensão do seu território no segundo maior litoral do Brasil, são 640 km de extensão; com grande parcela do Delta. Município formado por diversos povoados e ilhas com características próprias e diferenciadas umas das outras, mas com uma cultura com traços comuns. A cultura existente reflete acentuadas influências indígenas e de colonização cristã, esta última ainda expressiva na religiosidade local. Somam-se a isso a imensidão e exuberância da natureza do Delta, que contribuíram decisivamente para a configuração de uma rica e complexa paisagem cultural.

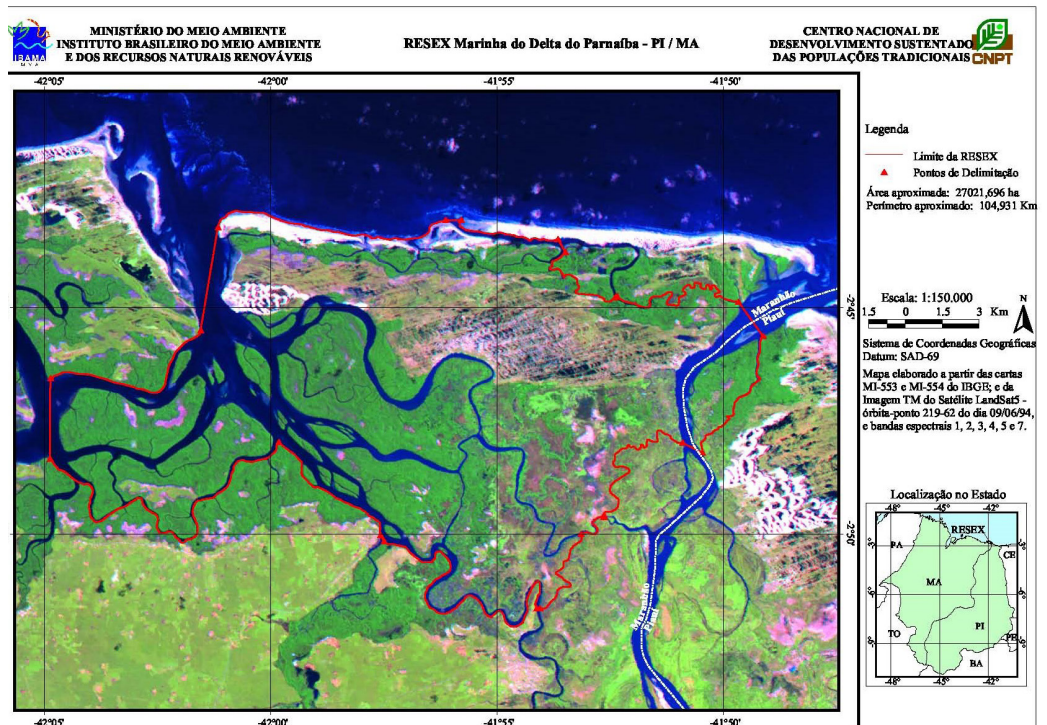
Localizada no extremo leste de Araiões, Canárias é a segunda maior ilha do arquipélago, portanto, representativa da cultura ribeirinha e deltaica. Das aproximadas 4.000 pessoas existentes na Ilha de Canárias, 1621 habitam a comunidade

¹ Dado do Sistema de Informação de Atenção Básica a Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Araiões/MA, ano 2015.

² Conforme a descrição da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), edição 2002, sob o nº 6310-20.

Canárias¹; a mais populosa entre elas, formada predominantemente por pescadores artesanais de peixes².

Devido às suas características ambientais houve a necessidade de proteção do território pelos órgãos federais. A Ilha passou há dezesseis anos a fazer parte da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX), instituída por Decreto Governamental s/n de 16 de novembro de 2000, cuja área total é de aproximadamente 27.077 hectares (ICMBio, 2015). Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) e também faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. Caracteriza-se, portanto, como um território onde se sobrepõem duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, uma APA e uma RESEX, visto que a RESEX se insere na APA, que possui dimensões bem maiores estendendo-se pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, com 307.590,51 hectares. Ambas, porém, têm como objetivo básico, segundo a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL - a, 2000, Art. 7, § 2º).



Essa relação de compatibilização se dá devido a necessidade de considerar as populações tradicionais que habitam historicamente o território. Assim, segundo a Lei citada acima, a Reserva Extrativista

[...] é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL - a, 2000, Art. 18.)

Ocupada originalmente por populações indígenas, possivelmente do tronco Tremembé, a Ilha guarda ainda uma ampla variedade de aspectos daquela cultura, ao mesmo tempo em que passa por diversas mudanças nos hábitos culturais, devido à influência dos processos de massificação advindos com a globalização e o grande capital.

Situada em uma área litorânea, que hoje enfrenta especulação imobiliária no seu entorno e um turismo ainda não ordenado ou fiscalizado, a ilha e a RESEX como um todo vivenciam os mais diversos desafios ante à voracidade do capital e à escassez de políticas públicas específicas, singulares para as características do lugar.

Herança indígena, a pesca artesanal está presente na atual base econômica da comunidade, com indícios de uma cultura ancestral, presente nos saberes, modos de fazer, práticas e objetos. Comunidade singular no Delta do Rio Parnaíba, Canárias possui uma cultura construída na simbiose entre fatores históricos e naturais.

Questões referentes ao artesanato são expressas, por exemplo, em documentos como o relatório do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Parnaíba, do Ministério da Integração /PLANAP/MI/2006, referido por PINHEIRO, RAMOS e BORIN, que, ao citá-lo, reafirmam que “[...] diversas atividades econômicas e práticas quotidianas desenvolvidas na Unidade de Conservação são reflexos diretos da cultura do povo local” (PINHEIRO Et al, p. 85, 2013). E ressalta que “[...] o conhecimento tradicional sobre a pesca, a lavoura, a produção de fibras naturais e outras se confundem com atividades econômicas e traços culturais que deveriam ser incentivados e mantidos dentro e fora da RESEX” (Ibid.id.). Há, no mesmo documento, destaque, entre outras, para o uso artesanal da palha de carnaúba, que se constitui a matéria-prima do artefato que inventariamos.



3. REFERENCIAL TEÓRICO

O Patrimônio Cultural Imaterial com o qual trabalhamos neste projeto foi estudado a partir de um processo de inventariação, um Inventário Participativo (IP), visto que em essência fora realizado com e para a comunidade de Canárias, em específico aqueles que se dispuseram a tal intento. IP realizado no âmbito das relações que enquanto pesquisadora estabeleci com as pessoas do lugar, e devido ao reconhecimento inegável da riqueza cultural de natureza material e imaterial, de marcada raiz ancestral. Além disso foi construído principalmente, e como não poderia deixar de ser, devido à grande disposição das pessoas para tão rico processo patrimonial de valorização de seus bens, de sua singular cultura, de seus saberes. E isso a ser feito a partir de um diálogo entre culturas, e mesmo entre mundos. Processos colaborados, onde a troca, a partilha, foram sempre a tônica dominante. Tendo a cultura da pesca como fenômeno norteador, devido ser esta a atividade principal das pessoas do lugar, uma referência cultural e o saber-fazer a ela associado foi o fenômeno central por meio do qual foi possível estruturar um Inventário Participativo, construído sobre a base de um processo de educação patrimonial que nos conduziu para além do Inventário Participativo a um trabalho museológico de cunho social que fomentou ainda maior solidez ao projeto.

Partimos fundamentado no fato de que “inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade é necessário um olhar voltado para os espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio local”. (IPHAN, 2016, p. 7). E fomos para além do registro de dados. Demos um uso ao que inventariamos. Tornamos as informações sobre a referência cultural pesquisada em base para processos de salvaguarda que fizesse sentido para as pessoas do lugar. Referência cultural entendida enquanto traço de medição (Larousse, 2007, p. 869) e por referir-se a cultura denota traços

[...] que foram transmitidos entre várias gerações [...] que ligam as pessoas aos seus pais [...]. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações”. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio dele que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (IPHAN, 2016, p. 7)

Citando o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan, o Manual de Aplicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos conceitua como referência cultural:

São edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2016, p. 8)

Para iniciar o processo de inventário, consideramos o pensamento da historiadora, crítica de arte e filósofa Françoise Choay, que compreende o patrimônio como algo que está “[...] ligado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizadas no espaço e no tempo” (CHOAY, 1999, p.11); o patrimônio tem que estar ligado a alguma esfera social para que esta lhe conceda sentido, dentro de um determinado tempo e espaço. Referindo-se ao patrimônio histórico a pesquisadora propõe que “[...] a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade [...], constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado” (Ibidem). Nessa linha de pensamento de Choay abordamos a questão do patrimônio cultural em Canárias, sua relação com as estruturas familiares, seu uso comunitário, seu fator socioeconômico e sua ligação a um passado comum.

O fato do Patrimônio Cultural ser “sempre algo coletivo”, tendo em sua essência o caráter de “interligar as pessoas” (IPHAN, 2016, p. 8) nos levou a primar por uma pesquisa-ação, pesquisa participante, como meio de conhecimento das questões inerentes ao processo, instrumento dialógico de aprendizado partilhado, de processos amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e por partilhar em profundidade com a educação popular de uma ampla e complexa trajetória de empoderamento (BRANDÃO & STRECK, 2006, p. 31), p. 46). Para tanto faremos uso das metodologias participativas, profundamente respeitosa das pessoas e seus saberes, primando pelo aspecto coletivo e colaborado.

O projeto-ação possui ainda uma vertente museológica visto que patrimônio e museologia possuem profunda interligação. Refletimos sobre as concepções de Francisca Hernandez, que entende “[...] a museologia [...] como aberta sempre a uma pluralidade de formas museáveis” (2007, p. 1). Desse modo, considerando as mais atuais teorias museológicas, refletimos sobre a relação entre o patrimônio estudado e um modelo de museu que melhor se adequasse ao nosso trabalho em Canárias.

Com Dominique Poulot aprendemos que a relação entre museu e patrimônio é

tanto óbvia quanto paradoxal (2011, p. 475). Nosso desafio foi, como diz o museólogo Hugues de Varine, “[...] adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações” (2013, p. 181), considerando seu próprio patrimônio cultural.

A proposta de um Museu-Oficina, em Canárias, como descreveremos mais à frente, é uma tentativa de estabelecer essa relação baseada no entendimento que temos desses autores. Consideramos Dominique Poulot, que ao retomar o significado original do termo museu, enquanto Templo das Musas, chama atenção ao duplo estereótipo que permeia essa representação: “[...] conservatório do patrimônio da civilização e escola das ciências e das humanidades” (2013, p. 15). Com o autor observamos que está na raiz, na origem do termo, as preocupações com a proteção do patrimônio, associado a um trabalho educativo; foi, justamente com essa perspectiva que projetamos trabalhar com a comunidade em Canárias.

Um conceito de museu sobre o qual construímos as bases do nosso trabalho foi o de Museu Comunitário enquanto:

a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividades comuns. [...] O museu é a propriedade da comunidade que lhe deu nascimento e que o faz viver. [...] Diferentemente do museu-território, ele não parte de uma entidade político-geográfica, mas de um grupo humano existente. [...] o museu comunitário é, na maioria das vezes, um ato de independência da parte da comunidade, que pretende se olhar, avaliar seus trunfos e suas oportunidades, mas também suas lacunas, fazer suas próprias escolhas (VARINE, 2013).

Partilhamos com Poulot da ideia de fortalecimento de uma consciência e um compromisso necessário com o lugar: “[...] a reflexão sobre o patrimônio agora passa a estar vinculada a uma exigência da inteligibilidade do seu contexto” (POULOT, 2011, p. 474).

Este projeto-ação tem como princípios gerais o conhecimento e interpretação da memória social, identidades e patrimônio locais, sensibilização e interpretação do patrimônio por meio da educação e do entendimento das bases culturais existentes nas comunidades ribeirinhas e deltaica, com especial relevo para a comunidade Canárias.

As memórias e os artefatos são imprescindíveis para o entendimento da história. Propomos, como sugere Poulot, uma “‘museologia relacional’, construída

sobre os valores do público ou da comunidade a que se destina, estabelecendo o diálogo entre o antigo regime dos objetos de memória e suas novas civilidades e seus novos atributos” (POULOT, 2011, p. 478).

Partindo dessa compreensão, da relação existente entre museu e patrimônio, é que nos interessou, para este estudo-intervenção, a construção de um Inventário Participativo, um modelo basilar para se empreender medidas de salvaguarda para o patrimônio, tais como: conservar, preservar, proteger, divulgar, valorizar e revitalizar. Inventariar para se conhecer e salvaguardar.

Como o Patrimônio Cultural que inventariamos está no âmbito da cultura tradicional, optamos por considerar como fundamental a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da Conferência Geral da UNESCO, de 1989, que entende esse patrimônio como:

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo, ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras (UNESCO, p. 2, 1989).

A mesma Recomendação “[...] reconhece a extrema fragilidade de certas formas da cultura tradicional e popular e, particularmente, a de seus aspectos correspondentes à tradição oral, bem como o perigo de que estes aspectos se percam”. Tanto é assim que propõe sua proteção afirmando que “a cultura tradicional e popular, enquanto Expressão Cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo [...] cuja identidade exprime” (UNESCO, 1989, p. 1-2). Nestas bases é que fundamentou-se o projeto em Canárias.

O Inventário realizado com a comunidade vincula-se à categoria de Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), visto que o objeto de estudo se encontra nos domínios das tradições orais e aptidões ligadas aos artefatos. Conforme conceitua a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Art. 2º, são:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio, de sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes

um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (UNESCO, p. 4, 2003)

Compartilhamos ainda o conceito de salvaguarda, da mesma Convenção, que estabelece, no Art. 2º, serem:

[...] as medidas que visem assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio. (UNESCO, p. 5, 2003)

Com base nesses princípios, propomos a construção de um Inventário Participativo, com processos colaborativos indispensáveis. Buscamos de igual modo inspiração em outro importante documento da UNESCO, a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que sublinha “[...] o papel essencial da interação e da criatividade culturais, que nutrem e renovam as expressões culturais” (UNESCO, 2005, p. 3). Isso porque estivemos trabalhando com processos de ressignificação cultural onde processos criativos estiveram intimamente relacionados a renovação dos saberes e fazeres tradicionais.

Primamos pelo conceito da Interculturalidade, conforme a Convenção, no âmbito da interação em benefício mútuo, expresso no artigo 1.º, alínea “d”, onde se lê: “[...] fomentar a Interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre povos” (Ibidem). Logo, a “Interculturalidade” se refere à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como a possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo (UNESCO, 2005, p. 5). Um modo peculiar de afirmação da diversidade, da unidade das diferentes culturas, que podem e devem dialogar de modo mutuamente benéfico.

Trabalhamos com conceitos associados à Proteção e Promoção, no sentido mesmo que a UNESCO estabelece para esses termos através da Convenção de 2003, que estabelece, “[...]a proteção significa a adoção de medidas direcionadas à preservação, salvaguarda e valorização [...] quando usado em conjunto com o termo ‘promoção’, implica o desejo de manter vivas expressões culturais ameaçadas pelo crescente ritmo de globalização”. (UNESCO, 2005, p. 23)

No aspecto mapeamento pontuamos que o projeto seguiu em consonância com as Metas do Plano Nacional de Cultura, o qual contempla, na meta 3, a

“Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro que se propõe a produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil” (BRASIL - a, 2012).

Por tratar estruturalmente de um processo educativo em essência, implantado em ambiência rural, portanto emancipador, atuamos alicerçados no pensamento do educador Paulo Freire. Partindo da premissa de não depositar conhecimento em pessoas, apenas receptivas e passivas. Além disso jamais neste projeto julgamos o saber como uma doação hierarquizada. Pretendemos sim, com Freire, fazer uso de uma metodologia essencialmente dialógica, inclusiva, respeitosa da diversidade, fundada no incentivo a auto-organização e autodeterminação. Primamos pela vontade popular como demandante, convidamos as pessoas para serem sujeitos da história e do processo de construção do inventário. Exercitamos juntos a leitura da realidade, partindo do conceito de Freire de “ler o mundo”, para em seguida reescrever essa realidade; mantendo sempre o princípio da coerência que segundo ele é “o esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e fazemos” (FREIRE, 2011, p.36).

Um dos objetivos do trabalho na Ilha das Canárias, nomeadamente, na comunidade Canárias, foi refletir sobre a possibilidade do desenvolvimento artesanal associado à economia criativa. Partimos do conceito proposto por Ana Carla Reis, que considera a Economia Criativa como “[...] uma produção que valoriza a singularidade, o simbólico e aquilo que é intangível: a criatividade. Estes são os três pilares da economia criativa”. (2008, p. 9). É propriamente nessa linha de entendimento do termo que traçamos uma proposta com os artesãos em Canárias. Propondo a “[...] valorização da autenticidade e do intangível cultural único e inimitável” (REIS, 2008, p. 24), dialogamos com o conceito de Reis, por Edna Duisenberg, para quem:

[...] a economia criativa seria uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado, resultante de uma mudança gradual de paradigma. (DUISENBERG Apud REIS, 2008, p. 24).

Em Canárias realizamos ações que pretendemos possam ter continuidade. Assim, nos interessavam os atores locais, criadores do patrimônio cultural; importava-nos um plano de ação que respondesse a certas necessidades, elaborado em conjunto com a população e que fosse expressão de um aspecto do patrimônio daquela comunidade: as artes de pesca. Acreditamos, alicerçados em Varine que “[...] o patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento” (2013, p.18).



4. METODOLOGIA

A construção do Inventário Participativo teve como princípio um processo democrático. Criamos um Plano de Educação Patrimonial experimental elaborado em conjunto com os mestres dos modos de saber-fazer local, a partir da proposta de interação entre os Artefatos, a Educação Patrimonial, a Arte, o Design e a Economia Criativa; de forma que a cultura estivesse contemplada no processo, onde tradição e contemporaneidade dialogassem igualmente, de forma fluida sem superposição de saberes.

Para este projeto o IP não foi um fim em si mesmo, mas um caminho para a proteção e promoção do patrimônio cultural – a salvaguarda. Fizemos uso da ferramenta metodológica participativa, com vistas a identificar demandas e potencialidades culturais.

O uso da metodologia da História Oral foi igualmente contemplado como instrumento na captura e registro de sentidos. Logo um recurso constante. Neste processo considerou-se os habitantes locais como detentores dos saberes, suas experiências de vida com fundamentais.

Iniciamos com entrevistas individuais, optamos por seguir um processo que foi do individual ao coletivo. Era necessário um conhecimento mais pormenorizado sobre a individualidade de cada um para que a estruturação do processo coletivo obtivesse êxito. A análise dos dados das entrevistas iniciais possibilitou o recorte do objeto de estudo. Por meio das entrevistas obtivemos informações sobre “o número de pessoas disponíveis e em princípio capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto” (ALBERTI, p. 47). Quanto ao tipo as entrevistas realizadas foram, conforme a denominação estabelecida pela historiadora Verena Alberti, entrevistas temáticas que são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. Portanto especificamente concentrada em um tema e não na vida do depoente em si, embora “possua como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência” (ALBERTI, p. 48). No caso deste projeto com o Patrimônio Imaterial “a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes”, ou seja, a prática de origem ancestral do saber-fazer dos cestos em palha.

Uma outra orientação da historiadora Verena Alberti de que fizemos uso diz respeito a suas orientações sobre um cuidado específico com a formação

da equipe de trabalho (ALBERTI, p. 53). No âmbito de um mestrado não seria possível uma formação com tantas atuações conforme propõe a historiadora. Porém tivemos o grato privilégio de trabalhar com equipe em campo com um pescador local, Carlos Alexandre Aureliano de Oliveira, que embora não fizesse parte do corpo acadêmico da equipe da pesquisa-ação, foi integrante fundamental. Não sendo apenas um informante, participou do processo de entrevistas, contribuindo para a obtenção de depoimentos de alta qualidade; intermediou relações; e indicou caminhos potenciais para o êxito do trabalho. Uma pessoa profundamente identificada com a abordagem participativa que realizamos; e ainda autor da grande maioria dos registros visuais. Sua atuação fortaleceu o aspecto participado da pesquisa-ação. Uma consonância com as diretrizes da Convenção para a Salvaguarda do PCI (UNESCO, 2003) ao estabelecer que os sujeitos das manifestações culturais não devem ser entendidos apenas como passivos informantes, ou espectadores dos processos, porém que possuam “a mais ampla participação possível”. Portanto um processo em colaboração academia-comunidade (UNESCO, 2003, art. 15.º).

Ao longo do projeto realizamos Oficinas de Mapeamento Coletivo, como uma metodologia de investigação participativa, incorporando recursos diversos para encorajar a reflexão a partir de olhares dialógicos (RISLER, 2013, p. 14). Usamos processos sensibilizadores, com foco na percepção e valorização da cultura local, na educação patrimonial, para que o inventário fosse construído com objetivo à preservação do patrimônio cultural. Interações a partir das quais realizamos registros técnico-sensíveis.

Optamos pelo uso das orientações técnicas do Iphan, no que tange os processos de inventário. Orientações associadas à preservação de um bem patrimonial, que permitiu um trabalho de mapeamento que considerou o fato que as “[...] tradições são transmitidas de uma geração para a outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência de um dado bem cultural” (BRAYNER, 2007, p.18). Informações que tiveram como recurso a realização de entrevistas temáticas, produção de mapas culturais, registros fotográficos, desenhos, gravações sonoras, filmagens, entre outros recursos. Para tanto fizemos uso do mais recente material disponibilizado pelo Iphan “Educação Patrimonial: Inventários Participativos – Manual de Aplicação (2016)”, uma publicação que é uma versão adaptada dos materiais de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Sem restrições de uso público e bastante prático, traz modelos de fichas e orientações sobre como conduzir o processo de trabalho.

A presente publicação é de livre acesso, destinada ao público em geral, podendo ser utilizada sem necessidade de licença, autorização ou cessão de direitos. Constitui-se, antes, numa ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais (IPHAN, 2016, p. 05).

Utilizamos ainda alguns modelos portugueses sobre formas de inventariar, a exemplo do e-Museu MEMORIAMEDIA, que concebe que “[...] o processo de inventariação passa pela pesquisa em campo e pela utilização de metodologias complementares, não limitando o inventário ao preenchimento de fichas de dados [...] que implicam a utilização de metodologias qualitativas e de técnicas específicas” (Cf.: em <http://www.memoriamedia.net>, Acessado em 25 de abr. 2016).

A proposta metodológica esteve organizada em três etapas estruturais:

Etapa Preliminar/Sistematização

1. Entrevistas iniciais com os mais diversos artesãos para compreensão do universo cultural;
2. Sistematização das informações obtidas nas entrevistas;
3. Seleção da Referência Cultural a ser inventariada;
4. Seleção das Pessoas-Referência, os agentes locais detentores do saber-fazer e outros participantes diretos do projeto.
5. Planejamento inicial das oficinas. Definição de uma proposta.

Etapa de Execução

1. Partilha da proposta das oficinas com o grupo de artesãos/ãs;
2. Planejamento colaborado das oficinas;
3. Realização das oficinas;
4. Registros audiovisuais e materiais diversos produzidos ao longo das oficinas;
5. Sistematização das diversas fontes documentais disponíveis sobre a história e cultura da comunidade;
6. Construção do Inventário Participativo a partir dos dados coletados nas oficinas;
7. Organização do espaço do Museu-Oficina;
8. Estruturação inicial do processo de Economia Criativa.

Etapa de Avaliação

1. Realização de uma contínua e partilhada avaliação dos processos ao longo de todo a execução do projeto;
2. Realização de uma avaliação final junto aos integrantes para uma análise geral das contribuições do projeto para a comunidade.

Quanto as secções dividimos o IP em seis campos de estudo:

Campos de Estudo do Inventário Participativo:

1. Dados do Projeto – título, instituição, pesquisadora responsável, entrevistados, instituições participantes, período de realização.
2. O Território – denominação, localização, história, dados socioeconômicos.
3. O Lugar e seus Usos – identificação, elementos naturais e construídos, catalogação dos usos.
4. Os (as) Artesão (ãs) – mapeamento dos artesãos (ãs) que detêm o saber-fazer relativo ao Uru.
5. O Objeto – descrição, história, localização no território, usos.
6. O Saber-fazer – descrição, história, matéria-prima, ferramentas utilizadas, etapas de confecção, técnica, transmissão.

Partindo da proposta da tríade conceitual da Nova Museologia, que compreende Território/Comunidade/Patrimônio, o projeto está estruturado do seguinte modo:



Na perspectiva de garantir a condição participativa na construção do Inventário, decidimos propor aos atores do projeto o trabalho alicerçado em oficinas para o patrimônio que logo deram nome ao nosso conceito de museu, construído a partir de oficinas e, posteriormente, mantendo-as para o aprimoramento dos modos de saber-fazer.



5. MEMORIAL DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Para chegarmos a definição e conclusão dos produtos alguns serviços foram prestados durante o processo de inserção no território. Os primeiros passos foram dados com o intermédio da Associação de Moradores de Canárias. Com essa entidade iniciamos um amplo processo de aproximações, vivências e observações. Uma pesquisa de campo inicial para percepção do território, da cultura, das relações estabelecidas no âmbito da comunidade, dos conflitos, e das referências culturais existentes. Além de anotações diversas essa etapa que durou aproximadamente um ano, indo de 19 de julho de 2014 até 06 julho de 2015, levou a produção de vários registros como alguns desenhos, diversas anotações e um amplo número de fotografias, as quais foram analisadas e constantemente revisitadas.

Paralelamente a isso estivemos, nós da academia, nos reunindo enquanto grupo de pesquisa e promovendo algumas ações na comunidade. Rodas de conversa foram realizadas na Associação dos Moradores, bem como 13 cursos ministrados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-MA.

Nesse período aprofundávamos em grupo os estudos sobre conceitos como pesquisa-ação, memória, identidade, referência cultural. Realizávamos também os primeiros usos dos manuais do Iphan.

Concomitantemente realizamos uma pesquisa por fontes primárias e secundárias, com o objetivo de somar informações a uma breve base de dados que já existia sobre o tema, pois o território àquela época parecia adverso e fechado. Conforme orienta a pesquisadora Verena Alberti era necessária “uma base mais firme de conhecimento” sobre o lugar. “Obter das fontes já existentes, material para a pesquisa e para a realização de entrevistas” (VERENA, p.158). Entretanto tais fontes se mostraram escassas. O tema com o qual tencionávamos trabalhar carecia de documentos e obras disponíveis.

As condições de aprofundamento da pesquisa através de fontes documentais eram delicadas. Porém com o tempo um caminho foi sendo construídos. Recorrendo a trabalhos sobre a história da região onde a comunidade de Canárias está inserida foi possível compreender os fortes aspectos ancestrais que a mesma compreende. Curiosas nuances de um passado cujos registros mais antigos datam de um período próximo a colonização, com fortes e evidentes ecos

no cotidiano local, nos modos de ser, estar, fazer e agir da população atual; suas idiossincrasias. Dados úteis tanto para o IP quanto para a construção e execução do Plano de Educação Patrimonial.

Em 07 de julho de 2015 o processo de entrevistas foi iniciado. As mesmas seguiram um roteiro selecionado conforme as especificidades das intenções da pesquisa, e foram gravadas em sua maioria, depois transcritas, tendo sido ainda acompanhadas de anotações diversas no decorrer de sua execução. A análise das entrevistas levou a definição do objeto de estudo e do recorte, conforme referido anteriormente.

Plano de Educação Patrimonial (PEP)

Durante a pesquisa-ação nos reunimos em grupo, de forma co-participada programamos as atividades para um ciclo inicial de dois meses, e assim continuamos a cada bimestre até findar o terceiro, entre julho e dezembro de 2016. Programamos e executamos uma série de atividades como oficinas, cursos, visitas de reconhecimento, roda de conversa, curso, trabalho em grupo, intervenção artística e um brechó. Um Plano de Educação Patrimonial fundamentado no aporte teórico citado, realizado com uso das metodologias descritas, e profundamente sintonizado com a realidade local. Optou-se por um trabalho cujas ações mesclassem teoria e prática, na perspectiva de estabelecer sentido para todos com relação ao que nos propomos juntos a construir.

Fomos estabelecendo, de forma participada, desafios e prioridades com relação ao que objetivávamos criar. Foram seis meses de intenso trabalho com atividades semanais; 22 ações realizadas em um total de 128 horas de trabalhos em grupo (Cf.: detalhes no Apêndice B). Por sua dimensão e resultados para construção do IP e aos encaminhamentos para uma Salvaguarda, por desencadear um processo educativo, voltado para o Patrimônio Cultural Imaterial, o Plano de Educação Patrimonial passou a se constituir em um importante produto em si mesmo. Nele as rodas de conversas eram utilizadas para as decisões conjuntas dos processos seguintes. Ao final de cada etapa exercitamos as partilhas e percepções sobre as ações executadas; fizemos continuas avaliações do processo e planejamos o futuro das atividades e ações do grupo sempre de forma colaborada.

Inventário Participativo (IP)

De posse dos dados coletados, e com base nas experiências vivenciadas com

a comunidade, e nos referenciais citados, iniciamos a construção experimental de um modelo de Inventário Participativo (IP), e, logo em seguida, os primeiros encaminhamentos para uma proposta de salvaguarda. Por sua natureza participada e se referir a um patrimônio cultural vivo, em uso, a pesquisa adquiriu uma dinâmica própria. Optamos por um trabalho de construção do IP com uso de atividades educativas, consideramos fundamental que as pessoas-referência, que fizeram parte do grupo vivenciassem um processo de sensibilização para as questões concernentes ao Patrimônio Cultural, Inventário e Salvaguarda, para que pudessem atuar durante e após o processo com conhecimento e autonomia sobre os temas. A ampliação dos conhecimentos possibilitou um maior número de ferramentas para decidirem percursos desejáveis para si, referente as propostas que lhes lançávamos em mãos.

O Inventário foi construído nas dinâmicas das atividades de Educação Patrimonial, nas oficinas colaborativas de partilhas e recolha de informações. Nos processos cartográficos, que juntos implementamos, obtivemos resultados inusitados nas descobertas da experiência inicial de construirmos um material próprio, a partir do que cada um apontava como relevante a ser demarcado. Fundamentais foram as partilhas de cada pessoa, suas memórias e experiências. Houveram inúmeras descobertas no contato com o grupo, bem como na bela disposição de todos em construir um lugar de memória, e ainda a continua atuação imbuídos dos conhecimentos interculturais, que a cada nova etapa se tornava um fato para todos nós, uma conexão entre o saber-fazer que trazíamos em nossa bagagem, que partilhamos, e o que construimos a partir do saber partilhado pelos demais. Desse modo nos foi possível desenvolver o Inventário Participativo do Uru, bem como a Cartografia Cultural do Povoado Canárias.

Cartografia Cultural

Nas oficinas de Mapeamento Coletivo desenvolvemos uma Cartografia Cultural do território da comunidade de Canárias. Durante os exercícios cartográficos o grupo demarcou pontos de socialização, de memória, de atividades com a pesca, suas habitações, os locais onde o saber-fazer acontece, portanto, os locais que consideravam mais representativos da vida.

A Cartografia Cultural que realizamos é um registro importante sobre as características do território, fazendo percebê-lo sob a ótica das pessoas do lugar, tendo em vista que foi realizada de forma colaborativa. Cartografia Cultural aqui entendida como uma “práctica, una acción de reflexión en la cual el mapa es sólo una de las herramientas que failita el abordaje y la problematización de

territorios sociales, subjetivos, geográficos” (RISLER, 2013, p.7). Sendo o ato de mapear “um medio, no um fin”; parte de um processo maior de “intercambio de saberes [...] el impulso a la creación e imaginación [...]” (RISLER, 2013, p.7). A Cartografia Cultural como “una herramienta que muestra una instantánea del momento em que el cual se realizo” (RISLER, 2013, p.8). O mapeamento é fruto de uma concepção específica sobre o território. Constitui-se uma dinâmica através da qual construímos juntos um olhar próprio sobre a realidade.

No caso da nossa Cartografia, em específico, trabalhamos de modo que toda a informação nele incluída fosse consensuada com os participantes e amparada em um objetivo comum de perceber e comunicar o território. O processo está descrito no Apêndice B, onde as atividades de Educação Patrimonial estão documentadas, e seu resultado visual expresso no Apêndice C.

Museu-Oficina da Ilha das Canárias (MOC)

Ao longo da execução de todo o projeto, desenvolvemos ações concretas e sistemáticas, reflexões técnicas e sensíveis sobre o patrimônio. A certa altura do processo confirmamos a necessidade e importância de organizarmos um espaço cultural a ser criado coletivamente, de forma colaborativa com os artesãos e artesãs. Ouvindo-os percebemos como recorrente em suas falas a necessidade de um espaço próprio, específico, organizado por eles e para eles; um ambiente de preservação do patrimônio cultural, que possuísse um espaço para a produção artesanal, para que pudessem se organizar de modo comunitário, obter renda, além de poder manter os processos vindouros de preservação do patrimônio local.

Em um processo dialógico, fluido, e dinâmico; considerando as especificidades e peculiaridades do grupo; a necessidade de mantermos a realização de oficinas para a consecução de objetivos comuns; criamos o conceito de Museu-Oficina – o MOC. Um espaço de socialização, de partilhas de modos de saber-fazer, de vivências e experiências; local em que as atividades do projeto tiveram continuidade; um espaço que se revelou agregador, fundamental para desenvolver outras pesquisas e efetivamente encaminhar a realização de uma salvaguarda coletiva.

O MOC surgiu como resultado do IP, do Plano de Educação Patrimonial e de todo um caminhar atento, sensível e respeitoso com a comunidade; da necessidade de preservação e proteção do patrimônio cultural conforme inventariávamos. Não fazia sentido para nenhum de nós um registro dos modos de saber-

fazer sem uma proposta efetiva de sua utilidade para a comunidade. Portanto, a importância de um espaço museológico que compreendesse os processos de identificação e documentação que já vinham em cursos (Inventário e Cartografia), a própria continuidade dos processos de Educação Patrimonial, a transmissão dos modos de saber-fazer através dos projetos e ações a serem continuados no Museu-Oficina. Com um conceito inovador (Cf.: detalhes no Apêndice D), o MOC possui em si toda uma dinâmica a ele associada no âmbito de um território de características muito especiais. Pretendíamos um trabalho de fomento autônomo, criativo, que permitisse ao museu autogerir-se, com uma gestão comunitária. Isso feito a partir de uma proposta de trabalho em linha da economia criativa conforme conceituamos anteriormente.

Aberto à comunidade e recebendo doações voluntárias de objetos pertencentes às pessoas do lugar, o MOC dispõe de um espaço físico, uma inicial expografia, uma identidade visual co-construída entre saberes locais e acadêmicos, feita de modo colaborativo; uma Cartografia do Território, e o Inventário Participativo de um saber-fazer, além do espaço de produção artesanal.

Ao final de sete meses, de junho a dezembro de 2016, o projeto alcançou os objetivos: concluímos o IP; executamos o Plano de Educação Patrimonial, fizemos uma Cartografia do lugar, demos início à organização do Museu-Oficina, local de convívio e produção para os artesãos e artesãs.

O projeto contemplou os seguintes produtos, que seguem anexados a este documento:

1. Inventário Participativo do Uru – (diagnóstico e catalogação)

- Etapas: - Levantamento preliminar
 - Identificação (território, objeto, saber-fazer, detentores)
 - Documentação

2. Plano de Educação Patrimonial

- Pesquisa Participada
- Ações de Educação Patrimonial

3. Cartografia Cultural

- Registro de locais onde ocorrem processos culturais
- Visualização dos agentes produtores locais e seus locais de produção

4. Museu-Oficina – conservação da memória e comunicação

- Conceito de Museu-Oficina
- O Ambiente e as Atividades em Curso



ARMA
S, JOI
32-4033
latuba
4-1466
Saf
809
Rih
24.6/10

6. PARCEIROS E COLABORADORES

Universidade Federal do Piauí, Secretaria Municipal de Cultura de Araisos, Associação de Moradores de Canárias, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Maranhão, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Moradores da Comunidade de Canárias, o líder comunitário Carlos Alexandre Aureliano Oliveira, Telma Gomes Alves, Raimundo Alves Neto, Valdecir Galvão, Daniel Mendes de Souza, Gizela Falcão, Gerardo Bitencourt.

7. REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio C. *Arte e Crítica de Arte*. Lisboa: Estampa, 1995.

BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BATISTA, J. Alves. Reflexões sobre o Conceito Antropológico de Cultura, Goiás, *Revista Saber Eletrônico* Ano 1, Vol. 1 Nov/Jun 2010.

BAUER, Martin W. GASKELL, George (editores); *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi - Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. 512p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STRECK, Danilo R. (Organizadores). *Pesquisa Participante – A Partilha do Saber (o Saber da Partilha)*. SP: Ideias & Letras, 2006. 295p.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA/IBAMA. Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais da UECE – IEPS. *Plano de Gestão e Diagnóstico Geo-Ambiental e Socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba*. Fortaleza: Tipoprogresso. s/d. 98 p.

BRASIL (a), Governo Federal. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

BRASIL (b), Governo Federal. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

BORGES, Jóina Freitas. *OS SENHORES DAS DUNAS E OS ADVENTÍCIOS D'ALÉM-MAR: Primeiros Contatos, Tentativas de Colonização e Autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste. (Séculos XVI E XVII)*. Niterói, RJ, 2010.

CHOAY, Françoise. Trad. CASTRO, Tereza. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa-Portugal: edições 70. 1999.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *São Paulo: 2010*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Brasília: Casa Civil. 1988.

UNCTAD- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo: 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; trad. SOARES, Bruno Brulon e CURY, Marília Xavier. *Conceitos-chaves de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Sociedades Insulares e Biodiversidade*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 3. ed. 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros - Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

GORDILHO, Viga (organizadora). *BTS em Retalhos. Ações poéticas em cinco portos da Baía de Todos os Santos: Baiacu, Itaparica, Matarandiba, Coqueiros e Ilha da Maré*. EDUFBA: Salvador. 2013. 277p.

HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.22, n. 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *La Museología ante los retos del siglo XXI* (artigo). *REVISTA ELECTRÓNICA DE PATRIMONIO HISTÓRICO*. E-rph nº 1, dic.07 Revista Semestral. Granada/Espanha: 2007. Disponível em <http://www.revistadepatrimonio.es/revistas/numero1/institucionespatrimonio/estudios/articulo.php>

_____, Francisca Hernández. Planteamientos Teóricos de la Museología. Gijón (Astrurias): Ediciones Trea, S. L. 2006.

ICMBio, Apoio ao Processo de Identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Socioeconômico em Unidades de Conservação Federais. Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba. ICMBio-equipe: Prof. Carlos A. M. Leite, MSc. Carla Toledo, MSc. Poliana O. Cardoso. Brasília. 2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial. Inventários participativos: Manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. 134 p._ Material Virtual.

MATTOS, Flávia Ferreira de. Unidades de Conservação, Turismo e Inclusão Social: O caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. (Artigo) IV Encontro Nacional das ANPPAS. Jun. 2008. Disponível no sítio < <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/>

MEIRELES, Victor. Etnobotânica e Caracterização da Pesca na Comunidade Canárias, Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil. 2012. 164f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

MENESES, Jose N. C. História e Turismo Cultural. Belo Horizonte: Ed. Autentica. 2006.

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1999.

PINHEIRO, Áurea. Paisagens da Ilha: patrimônio e sustentabilidade. Projeto apresentado ao CNPq/MinC/SEC N.º 80/2013, chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Ministério da Cultura.

POULOT, Dominique; trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Museu e Museologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013.

_____; Trad. LINS, Clara Furtado. Cultura, História, Valores Patrimoniais e Museus (artigo). Belo Horizonte: Varia História. 2011.

QUEROL, Lorena S. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, 2013, pág. 165-188

REIS, Ana Carla F. *Economia criativa: como estratégia para o desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural. 2008.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Pesquisa e Documentação do IPHAN. Brasília: Iphan, 2007.

RISLER, Julia y ARES, Pablo. *Manual de Mapeo Coletivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. 80p.

SANTACANA I MESTRE, Joan y LLONCH MOLINA, Nayra. *El Museo Local – La Cenicienta de la Cultura*. Gijón (Astrurias): Ediciones Trea, S. L. 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATASUS. VERSÃO 6.6.1. SIAB. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA. Consolidado das Famílias Cadastradas no ano de 2015. Araioses. Seguimento 02, Zona Rural-Canárias. 2015.

VARINE. Hugues de; trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz. 2013.

Webgrafia

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 1996. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dsn%2028-08-13-1996?OpenDocument. Consultado em 10/05/2016.

BRASIL (a). Decreto-lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível no sítio http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Consultado em 24/04/2015.

BRASIL (b). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/DNN9084.htm. Consultado em 10/07/2016.

BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p. <https://centrodepesquisaeformacao.ses-csp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49b-ca9/138/13767633911715480676.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 04 jun. 2015

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Disponível em <http://mapas.icmbio.gov.br/i3geo/icmbio/mapa/externo/home.html?k78e7et-jhllsvik139au13c2u3>

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial. Fonte: IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/> – Seção Temática. Consultado em 25/06/2015.

MEMORIAMEDIA. <http://www.memoriamedia.net/> Acessado em 25 de abr. 2016.

PINHEIRO, Áurea; RAMOS, Eloisa e BORIN, Marta. Universidade, educação, museus e ação patrimonial. Revista Vox Musei arte e patrimônio [online], vol.1, n. 2, p. 78-91, jul/dez 2013. Disponível no sítio <<http://issuu.com/fbaul/docs/digital/91>>. Consultado em 16/07/2015.

SANTOS, B. d. S. Centro de Estudos Sociais-Universidade de Coimbra. Consultado em 06 de dezembro de 2015; Fonte: Site do CES.PT: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/boaventura_de_sousa_santos.php – Seção Temática.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: 2003. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf> – Seção Temática. Consultado em 12 nov. 2013.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris: 2005. Fonte: http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCla6bB/content/convencao-sobre-a-protacao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913. Consultado em 17/03/2016.

UNESCO. Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da Conferência Geral da UNESCO. Paris: 1989. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

Os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba
Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil

8. APÊNDICES

APÊNDICE A

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

APÊNDICE B

PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

APÊNDICE C

CARTOGRAFIA CULTURAL

APÊNDICE D

MUSEU OFICINA (MOC)

APÊNDICE A

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

O presente Inventário Participativo foi construído com base na metodologia do IPHAN disponibilizada em seu Manual de Aplicação nomeado Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016).

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO ARTEFATO URU

Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Araiões | Maranhão

FICHA N.º 01 | FICHA DO PROJETO

Nesse tempo [1613-1614] a nação dos Tremembés, moradora além da montanha de Camuci [Ibiapaba e Camocim], e nas planícies e areais da banda do rio Turi [região de Tutóia? Ou Turiaçu?], não muito distante das Árvores Secas, das Areias Brancas [Lençóis Maranhenses], e da pequena Ilha de Santa Ana, saiu, sem esperar-se, para a floresta, onde se aninham os pássaros vermelhos, e para os areais onde se encontra o âmbar-gris e se pesca grande quantidade de peixes, com intenção, de surpreender os Tupinambás, seus inimigos irreconciliáveis, o que malogrou-se, visto que muitos Tupinambás da Ilha tendo ido aí com o fim especial de pescar, foram acometidos pelos Tremembés, sendo uns mortos imediatamente, outros cativos, sem saber-se o que deles fizeram, e finalmente alguns embarcados numa canoa puderam salvar-se regressando à Ilha do Maranhão [...].

Relato de Yves d'Evreux, de 1615, citado por BORGES, p. 226

1. Título do Projeto

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: Os modos de saber-fazer artesanal associados ao trançado em palha de carnaúba - Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil

2. Nome da Instituição de Pesquisa/Setor Responsável

Universidade Federal do Piauí – Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – Mestrado Profissional

3. Pesquisadoras Responsáveis

Esp. Samira Amara Gomes Alves (pesquisadora)

Dra. Áurea da Paz Pinheiro (orientação)

Dra. Lorena Sancho Querol (co-orientação)

4. Nome dos Entrevistados – Detentores do Saber-fazer

Durante o período de reconhecimento dos saberes existentes na comunidade foram realizadas algumas entrevistas que abrangeram uma quantidade de pessoas que detêm diversos tipos de saberes. Isso para efeitos de definir uma proposta específica a partir do conhecimento da realidade geral existente. Deste modo no quadro abaixo estão marcados em azul os artesãos que compõem o recorte deste inventário, os mestre do saber-fazer Uru; em verde outros artesãos e artesãs com conhecimento sobre outros tipos de trabalhos com a palha, ou outros saberes artesanais, os quais desejaram também participar da construção deste inventário. Em preto estão os demais entrevistados.

Nº	PESSOAS-REFERÊNCIAS	IDADE/Anos	SEXO
01	Ângela Maria de Oliveira Costa	41	F
02	Claudiana Carvalho da Costa	27	F
03	Filomena Souza Silva	52	F
04	Francisco das Chagas Brito de Oliveira	47	M
05	Francisco das Chagas Carvalho	49	M
06	Geivone Silva Reis	41	F
07	Gentil Graça dos Santos	60	M
08	Gustavo Nascimento Gaspar	19	M
09	José Maria da Costa ¹	67	M
10	Lenita das Graças Reis/Mana	50	F
11	Manoela Auleriano Oliveira	33	F
12	Marcondes Rocha Damasceno	60	M
13	Maria da Salette Souza Nascimento	40	F
14	Maria das Graças de Oliveira	42	F
15	Maria das Graças Reis da Silva	33	F
16	Maria Odete Nascimento Costa	67	F
17	Nazaré Carvalho da Costa	35	F
18	Raimunda Andreia Cardoso Santos	34	F
19	Simone de Oliveira Leite	20	F
20	Valdilene Araújo Costa	36	F

¹ Devido problemas de saúde o Sr. José Maria da Costa não pôde participar das atividades de construção do Inventário Participativo, porém teve importante participação em uma de nossas rodas de conversa realizada anterior ao início da construção efetiva do IP. Seus relatos naquela ocasião, bem como sua entrevista, foram fundamentais para a estruturação do mesmo.

5. Instituições Participantes

Universidade Federal do Piauí, Parnaíba/PI (UFPI)
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal (CES)

6. Parceiros

6.1 Instituições

COLABORADORES	LOCAL DE ORIGEM OU FUNCIONAMENTO
Associação de Moradores e Pescadores de Canárias	Canárias/MA
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- Seção Maranhão	São Luís/MA
Secretaria de Cultura de Araisos (adm.2013-2016)	Araisos/MA
Instituto Chico Mendes de Biodiversidade	Parnaíba/ PI
Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Brasil- Seção Maranhão e Seção Piauí	Barreirinhas-MA e Parnaíba-PI

6.2 Pessoas

COLABORADORES	LOCAL DE ORIGEM
Raimundo Alves Neto - Empresário	São Bernardo/MA
Telma Gomes Alves – Empresária	São Bernardo/MA
Ricardo Gomes Alves – Trabalhos Gráficos	São Bernardo/MA
Carlos Alexandre Aureliano Oliveira – Pescador e líder comunitário de Canárias	Canárias/MA
Lucimar de Jesus Sabóia – Comerciante de Canárias	Canárias/MA
Gerardo Bitencourt – Secretário de Turismo de Araisos (Gestão 2013-2016)	Araisos/MA
Daniel Mendes de Souza – Artista Plástico	Parnaíba/PI

7. Período de Realização

Julho de 2016 a janeiro de 2017.

8. Referências/Manifestações Culturais Pesquisadas

O Saber-fazer do Uru, um artefato da pesca artesanal.

9. Fichas das Categorias do Patrimônio Cultural Utilizadas no Projeto

Ficha do Projeto: 01

Ficha do Território: 01

Ficha do Categorias:

- Lugares: 01

- Objetos: 01

- Saberes: 01

Total de fichas produzidas: 05

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO ARTEFATO URU

Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Araióses | Maranhão

FICHA N.º02 | TERRITÓRIO

Muito silêncio mesmo, a maré baixa descobrindo o apicum sem fim [...], um frio molhado [...], os vaza-marés e outros caranguejinhos de plantão à porta de seus buraquinhos, a enchente começado a lamber a borda do mangue, um luzezinho bruxuleando na porta da casinha que ficava em baixo do coqueiro, uma vontade mansa, meio boba, meio sem pé nem cabeça, de que aquilo tudo parasse, que não fosse necessário fazer mais nada, quase como se a alma saísse do corpo.

João Ubaldo Ribeiro, Viva o Povo Brasileiro, 2007, p. 239

IMAGEM DO TERRITÓRIO

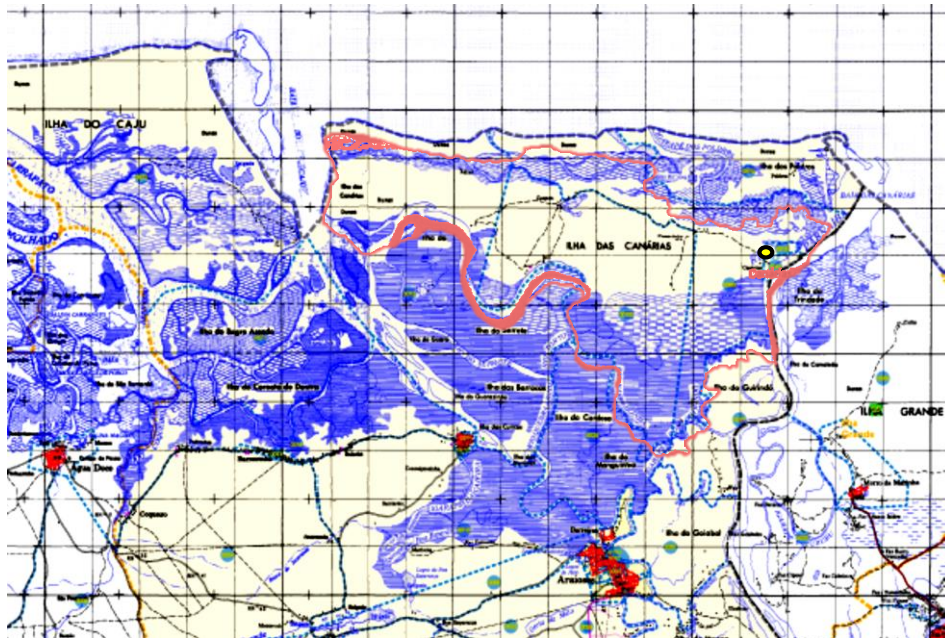


Orla fluvial da ilha das Canárias na porção onde está localizada a Comunidade Canárias. Foto: Arquivo Pessoal. 2016

MAPA DO TERRITÓRIO



Mapa 01. Relação de mapas em sequência: Brasil, Maranhão, Araíoses, Ilha das Canárias. Fonte: Google,



- Ilha das Canárias
- Localização da comunidade Canárias

Mapa 02: Área da Ilha de Canárias.
Fontes: IBGE.

DENOMINAÇÃO DO TERRITÓRIO

NOME – Povoado Canárias

OUTRAS REFERÊNCIAS DE LOCALIZAÇÃO

LOCAL – Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba

CIDADE – Araióses

UNIDADE DA FEDERAÇÃO – Maranhão

A Ilha das Canárias localiza-se no extremo Leste Maranhense, na fronteira entre os estados do Maranhão e Piauí, na foz do Rio Parnaíba, onde se forma o Delta do Rio Parnaíba. É parte do território do município de Araióses, no Maranhão, localizada entre a Ilha do Caju, no Maranhão, e a Ilha Grande de Santa Isabel, no Piauí. É a segunda maior Ilha do Delta, e se constitui como a maior extensão territorial da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX Delta do Parnaíba).

A Ilha das Canárias possui cinco povoados denominados Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morros do Meio. Este Inventário foi realizado na comunidade com maior número de habitantes, Canárias, devido ser uma das mais expressivas e representativas da cultura local.

A área que corresponde a comunidade Canárias fica situada do lado leste da ilha, em área costeira, muito próxima ao Estado do Piauí. Portanto o acesso a ilha se faz mais facilitado através deste Estado, através do Porto dos Tatus, no município de Ilha Grande de Santa Isabel-PI. O povoado Canárias situa-se precisamente margeando uma das cinco barras de desagüe do rio Parnaíba que formam o Delta, a denominada Barras das Canárias.

Suas coordenadas geográficas são: 2°46'38"S 41°55'24"W.

DESCRIÇÃO DO POVOADO DE CANÁRIAS

PAISAGENS PREDOMINANTES

[Orla do Rio](#) – local de pesca, embarque e desembarque de embarcações tradicionais e outras (visto que algumas modernas embarcações utilizadas no transporte de passageiros já fazem parte do cotidiano local e também devido as que são utilizadas no turismo do Delta, e que cada vez mais aportam em Canárias). A orla fluvial é a porta de acesso à comunidade, e também é um espaço bastante utilizado para a realização de festividades como o aniversário da ilha que acontece ali a céu aberto.

Mesmo com toda a movimento turística que ocorre no canal do rio a orla, nas cheias da maré, continua sendo um local de banhos para a população, coletivos ou não, sendo comum presenciar as mulheres a lavarem roupas, enquanto as crianças se divertem com o banho de rio.

É também na orla que ocorrem os processos de construção e conserto de embarcações, por vezes a céu aberto e noutras vezes nas oficinas de construção naval nela localizadas. Muitas das pesqueiras existentes também se localizam ali, devido mesmo constituir-se um local estratégico da atividade com a pesca.

A orla do rio constitui-se, portanto, lugar utilizado tanto para o trabalho com a pesca, como para partidas e chegadas, concertos de embarcações, locais de armazenamento de pescado e conserto de artefatos. Concomitantemente a orla é utilizada para momentos de lazer quando a comunidade reúne-se nos bares na orla do rio em eventos quase semanais.

[Praça da Igreja Católica](#) – local de eventos religiosos e outros, espaço de diálogos e convívio, e corriqueiramente utilizado para os trabalhos com a manutenção de redes de pesca, pois alguns pescadores que residem mais próximo aproveitam para consertar suas redes enquanto estabelecem instigantes diálogos. Na praça as rodas de conversa se formam naturalmente quer seja durante o dia ou a noite, principalmente formadas pelos homens do lugar.

[Boca do Coqueiro](#) – é uma entrada de igarapé que dá acesso a uma parte da ilha chamada guirindó, um local margeado por mangue e também constituído por planícies onde a população pratica a bovinocultura devido as propícias pastagens no

período menos chuvoso do ano. Além disso devido ao fato do igarapé dar forma uma espécie de lagoa, o local é também utilizado para a pesca de tilápia e outros peixes.

[Lagoa Salgada](#) – local de pesca de camarão e peixe muito utilizado pelas famílias locais para esta prática, inclusive pelas mulheres e crianças. Devido principalmente ao fácil acesso, pois a lagoa fica nas proximidades da vila, e ainda por ser um local relativamente seguro se comparado ao rio ou ao mar. O ambiente da lagoa é utilizado também para o lazer, em festividades como o aniversário da ilha onde ocorrem, em suas margens, competições de corrida de cavalos, por exemplo.

PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES

Por ser uma população bastante religiosa as construções religiosas como a Igreja Católica, Igreja Evangélica, Santuário de São José, ocupam lugar de destaque no dia-a-dia da comunidade canarense. Destas a igreja católica constitui-se a mais representativa, visto ser a mais antiga e com um maior número de participantes. Além das celebrações semanais a igreja realiza as duas maiores festividades religiosas anuais da ilha.

O Posto de Saúde é também considerado uma construção de significativa importância por ser o principal local na ilha onde a população recebe um serviço público de saúde. E por tratar-se de uma ilha as dificuldades de deslocamento para atendimento de saúde fora do próprio local é, por vezes, difícil. Atualmente é o único posto na ilha em funcionamento, pois os postos existentes nas demais comunidades estão desativados.

No aspecto educação a vila dispõe de duas escolas com serviços públicos que vão desde a educação infantil até o ensino médio. São construções, portanto, de significativa importância e que possuem toda uma dinâmica expressiva da vida comunitária.

Destaca-se também a importância das Associações de Moradores e Pescadores que constituem um espaço comunitário de significativa representatividade. Lugar onde decisões importantes sobre a vida comum ganham forma. O espaço arquitetônico que atualmente comporta as duas entidades teve recente revitalização a partir de uma reforma e da decisão das duas associações estarem mais próximas e trabalhando em conjunto. Trata-se de um espaço utilizado para reuniões, cursos e demais atividades.

Além destas destacamos ainda as próprias moradias dos habitantes onde toda dinâmica familiar se dá. Há também a quadra esportiva, local de lazer para os jovens, e o atracadouro onde as embarcações aportam e de onde partem. As pesqueiras, construções simples, feitas para guardar os artefatos de pesca e o próprio pescado e, portanto, os eletrodomésticos necessários ao armazenamento. Além disso elas abrigam ferramentas utilizadas no conserto de artefatos e embarcações.

POPULAÇÃO

A população de Canárias é composta eminentemente por pescadores e pescadoras. Alguns homens são também criadores de animais de médio ou grande porte (há na ilha uma certa população de caprinos, ovinos e bovinos). É significativo também o número de artesãos e artesãs, pessoas que detêm diversos saberes ancestrais e praticam ofícios como a confecção de artefatos de pesca, embarcações e outros saberes menos tradicionais com uso da madeira, do bordado, da costura e outras técnicas mais recentes que foram sendo introduzidas e passaram a constituir saberes também praticados no lugar.

Crianças e jovens compõem a população de estudantes, e ligado a eles há alguns professores e professoras locais, além de outros externos que se somam para suprir o quadro das necessidades educacionais existentes.

Em número bem menor da população local estão os/as comerciantes. Importante parcela da comunidade da vila, pois contribuem para suprir necessidades corriqueiras e diminuir as necessidades de se sair da ilha para efetuar compras mais básicas.

ELEMENTOS NATURAIS

A natureza foi generosa com o território do Delta do Rio Parnaíba, e a Ilha das Canárias constitui-se um belo exemplar do patrimônio natural deltaico. Nela vegetação e fauna são de uma beleza exuberante. Além disso, boa parte do que há lá serve de algum modo para a manutenção da vida da população como alimento, para as construções, ou outros usos.

VEGETAÇÃO

A vegetação na ilha é diversa. Há, porém o predomínio de amplos manguezais que garantem as mais diversas formas de vida no delta.

Há ainda palmáceas como os expressivos carnaubais, os tucunzeiro e os coqueiros. Estes últimos espalhados por parte da orla fluvial compoem a bela paisagem mais externa da ilha, mas também com marcada presença em seu interior. As palmáceas constituem-se um tipo de vegetação de ampla utilidade para a população, sendo delas aproveitado praticamente todas as suas partes, como é o caso da carnaúba.

O cajueiro é outra vegetação abundante cujo fruto é largamente utilizado pelos moradores. Logo em seguida, em grau de importância para a comunidade, estão as vegetações que produzem os pequenos frutos nativos coletados pelos moradores como o muricizeiro, o pulsareiro, o crotá, o guagirú, o maracujá do mato, o araticum panam. Além desses, há outras vegetações exóticas, porém de menor utilidade como a mungubeira e a cujubeira; a vegetação rasteira, como o bredo e a salsa, com importantes funções no equilíbrio dos ecossistemas de que fazem parte.

FAUNA

A fauna é também rica em espécies as mais diversas. São expressivos os variadíssimos tipos de peixes que cotidianamente os pescadores trazem em suas canoas e urus. Ainda no ambiente aquático há os crustáceos e mariscos: o camarão, a ostra, o sururu e um outro marisco que a ele se assemelha e que os pescadores apenas denominam marisco. Fora estes que são amplamente consumidos pela população, há no ambiente aquático do entorno os jacarés, os jabutis, os patos mergulhões, as tartarugas. E os animais que usufruem de um, dois ou dos três meios: aquático, terrestre e aéreo. Caso dos guarás, garças, cobras, macacos, capivara, o pequeno tamanduá do delta, e alguns outros animais silvestres como lagartos, e as mais diversas espécies de aves.

Além destes existe na comunidade os animais domesticados utilizados para os trabalhos cotidianos ou para alimentação. Entre os de grande porte, que não são nativos, estão os equinos. E ainda algumas pequenas juntas de bovinos de corte. Entre os de médio porte estão também pequenos rebanhos de caprinos, ovinos, e alguns suínos. E os de pequeno porte como cachorros, e uma pequena quantidade de galináceos.

OUTROS ELEMENTOS

Dentre os elementos que compõem a natureza há ainda o próprio braço do Rio Parnaíba que corre em direção ao mar exatamente em frente a comunidade. Já no interior da comunidade encontram-se também pequenas dunas, e na ilha de modo geral elas se torna maiores nas proximidades de comunidades como o Morro do Meio, situada a noroeste.

As lagoas naturais são bastante comuns, e fazem parte da vida local, tal como a lagoa salgada citada anteriormente, e ainda a lagoa do amor e a quatrium. O mar, embora não margeie a ilha, situa-se em grande proximidade, constituindo-se em um ambiente fundamental a vida da população.

CLIMA

A classificação do clima em Canárias segue as medições gerais do município, visto que embora amplo o território possui o mesmo clima. Assim conforme os dados do CLIMATE-DATA.ORG, um serviço de dados climáticos para cidades mundiais, Araiões tem um clima tropical com estação seca de inverno. Há muito mais pluviosidade no verão que no inverno. A classificação do clima é Aw segundo a Köppen e Geiger.

As temperaturas variam em média entre 23° e 34°, portanto a média anual fica em torno de 27 °C. A pluviosidade média anual é 1358 mm. Sendo agosto o mês mais seco, com 3 mm. E março o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 310 mm.

Outubro é o mês mais quente do ano possuindo registros de temperatura média de 28.3 °C. A mais baixa ocorre em março, cuja média é 26.7 °C.

Ao longo do ano as temperaturas variam 1.6 °C; comparadas ao mês mais seco com o mês mais chuvoso se verifica uma diferença de precipitação de 307 mm. A velocidade dos ventos da região alcança 6 a 8 metros/segundo, ou 18 a 30 nós.

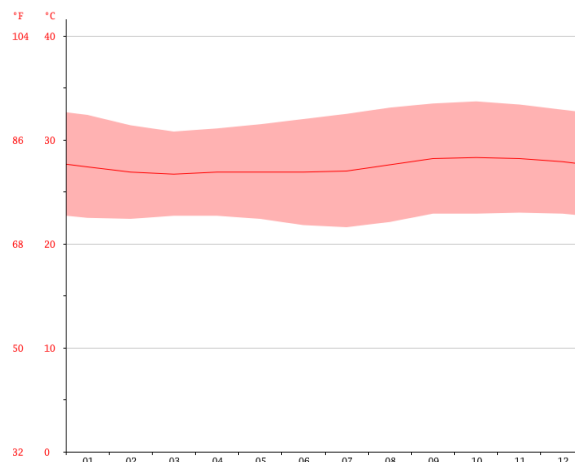


Gráfico 01. Fonte: <https://pt.climate-data.org/>

HISTÓRIA

O território da Ilha das Canárias guarda uma história ancestral, difusa no tempo, devido às peculiaridades sociais, culturais, naturais e mesmo históricas. Situada ao Norte do Brasil, na região que muitos desbravadores denominaram como Costa Leste-Oeste; como forma de demonstrar a característica da região que ia do Rio Amazonas até o Rio Parnaíba, e do Maranhão até parte do Ceará, a denominação foi se tornando recorrente para a região, que com o tempo passou a ser chamada Costa Norte.

Tripulante de uma expedição espanhola em 1500, Luís de Valle relata em documentos de 1515 a experiência de ter navegado pela costa que “corre” de leste a oeste. A historiadora Jóina Borges afirma que historiadores como Capistrano de Abreu, Almeida Prado, Sérgio Buarque de Holanda, John Hemming também usaram essa denominação.

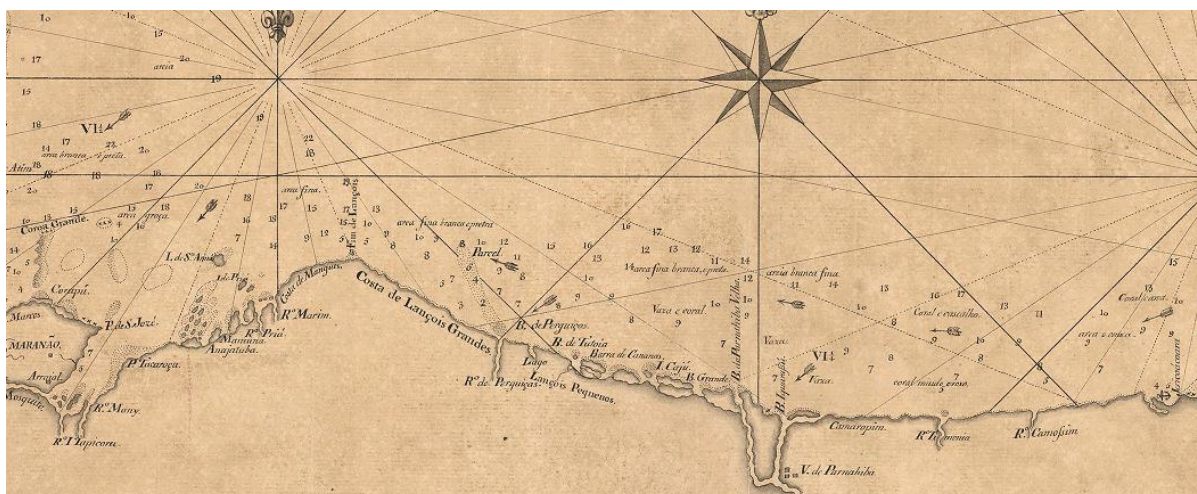
Neste amplo território, habitavam grupos indígenas com cultura geral comum; a partir do contato com o branco europeu passam a ser nomeados de Tremembés, ou mais especificamente Nação Tremembé de Guerra, por se tratar de uma diversidade de povos. A partir de pesquisas em sítios arqueológicos existentes na região, investigadores conseguem elaborar inferências preliminares e caracterizar os grupos humanos que habitavam a Costa Leste-Oeste na época dos primeiros contatos com os europeus. As investigações prosseguem tanto em campo como em mapas, e são encontrados documentos escritos datados até o início do Setecentos.

A partir do século XVII os agrupamentos indígenas passaram a ser chamados de “tremembés” (também “taramembés”, “trememés”, dentre outras variações) Estes mantiveram autonomia em seu território, mesmo frente às constantes ameaças europeia (espanhóis, franceses, portugueses e holandeses, principalmente) e as tentativas de colonização realizadas durante os séculos XVI a XVII, antes de se aldearem, no início do século XVIII.

Esses povos ocupavam os principais estuários desde os Lençóis Maranhenses até Jericoacoara, no Ceará.

Comparando as localizações fornecidas pelos dois cronistas, um do lado francês e o outro do lado português, têm-se os tremembés ocupando a maioria dos principais estuários, desde a região de Jericoacoara até o golfo do Maranhão (na barra do Peria e na Ilha de Santana). Na descrição de Yves d'Evreux (1615), eles são designados como 'nação dos Tremembés', enquanto que no mapa de Albernaz I (1629), seu território é sinalado como “Província dos Taramembes de Gverra” (BORGES, 2010, p. 228).

Interessante perceber, com as descrições de Borges, que a denominação “Província dos Taramembes de Gverra”, reflete que a posse do território ficou sob domínio dos nativos até início do séc. XVIII, não podendo o território ser considerado efetivamente província portuguesa no sentido de conquistado. Portanto, um enclave nativo sob domínio de um povo sempre descrito como guerreiro, dominador do seu espaço, autônomo, não disposto a colaborar com os interesses europeus. A esses fatores se deve ao fato da dificultada fixação dos portugueses na região. Quanto a isso existem muitos relatos de desbravadores que por ali passaram.



Mapa 03. Detalhe do Plano da Costa Leste-Oeste do Brasil (s/a, 1750). No mapa são bem identificados, de leste para oeste: Camossim, Camoropim, Rio Pará já como o Parnaíba (fronteira Piauí/Maranhão), Barra de Tutóia, e, próximo a ela, a Barra das Canárias, Lençóis Maranhenses (identificado como a costa dos lençóis Grandes e Pequenos). Fonte: Albenaz apud BORGES, 2010, p.227.

Encontra-se ainda hoje resquícios dessa resistência Tremembé em lugares como o Ilha das Canárias, onde a população ainda vivencia hábitos, valores e saberes ancestrais. Alguns relatos orais atuais por mim coletados, durante a pesquisa, demonstram íntima relação com a cultura Tremembé. Alguns inclusive referem possuir ancestrais indígenas. E objetos como o que inventariamos de forma colaborativa, o Uru, é uma expressão material de resquícios da rica cultura da Nação dos Tremembés de Guerra.

É curioso notar, a partir do trabalho de Borges, que a denominação Tremembé, segundo os pesquisadores, provavelmente foi atribuída pelo colonizador e, possivelmente, até poderia ter um quê de depreciativa, pois referia-se à “coisa, algo do mangue”, alguém do mangue, mas essa mesma característica, que tenha sido criada pelo outro com o sentido de menosprezar, assumiu um caráter de distintivo, de diferenciação.

Dessa maneira, se os tremembés, para os outros, eram coisa do mangue, porque lá se escondiam e armavam emboscadas; para os próprios tremembés o mangue significava proteção, subsistência e espaço de domínio. Dessa forma, ao que tudo indica, eles se apropriaram do etnônimo e passaram a ficar conhecidos como os “valentes tremembés”, como informou Yves d’Evreux, no seu relato de 1615. (Apud BORGES, 2010, p. 225).

Borges nos informa ainda que os tremembés se organizavam em “[...] pequenos grupos espalhados pela costa, vivendo em transumância pelo território, ora em pazes, ora em conflito, com portugueses, franceses e holandeses, com os quais realizavam comércio, mas não alianças, para o estabelecimento de núcleos de ocupação dos ádvenas”. (2010, p. 234).

Na Ilha das Canárias, encontram-se ainda resquícios dessa característica Tremembé, na formação de pequenos grupos. São atualmente cinco: três na orla fluvial em ponto equidistante, e dois no interior da ilha. Dois deles são bastante pequenos chegando a possui apenas quatorze famílias, mantendo-se basicamente da relação que estabelecem com a natureza. Os grupos ainda se mantêm em sua maioria como pescadores-coletores-agricultores ou pescadores-coletores-extratores, em semelhança ao que ocorria em séculos passados.

A transumância de outrora, que Borges descreve encontra ecos em um passado próximo, pois nos relatos dos habitantes se evidenciam migrações de famílias que se deslocaram de regiões próximas, advindas de dentro do próprio município de Araioses e outros grupos mais distantes que vieram do Ceará nos períodos de seca, tendo em vista a abundância de águas e alimento em Canárias.

O Diagnóstico realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no ano de 2015, consta que “[...] cerca de 64% dos responsáveis familiares vivem na RESEX antes do decreto de criação” (ICMBio, 2015, p. 34); 38,8% da população nasceu na RESEX e apenas um percentual de 16,3% passou a explorar os recursos da RESEX a partir de sua criação. Observa-se ainda que um número expressivo de pessoas residentes na RESEX tem origem em vários outros locais. São pessoas originárias principalmente dos Estados do Maranhão (67,8%), Piauí (19,1%), Ceará (5,0%), e outros Estados. A

grande maioria migrou por questões familiares, casamentos e motivos econômicos. Portanto, há um movimento expressivo dentro da antiga Costa Leste-Oeste.

Alguns moradores relatam que o povoamento da ilha se deu devido a vinda de grupos desbravadores do Ceará, porém não são encontrados registros oficiais sobre tal informação. No site oficial do IBGE há relatos cuja fonte não é informada sobre uma história que é corrente com relação ao surgimento de Araiões. Pelo relato, a origem de Araiões remontaria a 1769, quando um grupo de índios separados dos Tremembés, tribo que habitava grande parte do litoral maranhense, passaram a se autodenominarem de Araiões; se instalaram em local próximo à sede do município e continuaram a viver da caça, pesca, plantio de mandioca e do milho (IBGE, 2016). A Ilha das Canárias é parte de Araiões, logo esse é um relato importante e reforçar a presença Tremembé no território; reforça ainda algumas das práticas daquele grupo como a relação com a pesca, agricultura, ainda praticadas no território.

Devido às características ambientais houve a necessidade de proteção do território pelos órgãos federais. Assim, a Ilha passou há quinze anos a fazer parte da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX), instituída por Decreto Governamental s/n de 16 de novembro de 2000, cuja área total é de aproximadamente 27.077 hectares (ICMBio, 2015) e até o presente momento sem um Plano de Manejo.

Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) e também faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. Caracteriza-se, portanto como um território onde se sobrepõem duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, uma APA e uma RESEX. Sendo que a RESEX se insere na APA a qual possui dimensão bem maior, estendendo-se pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Ambas, porém têm como objetivo básico, segundo a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL - a, 2000, Art. 7, § 2º).

Segundo a Lei acima citada a Reserva Extrativista de Uso Sustentável é:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL - a, 2000, Art. 18).

Assim ao instituí-la como Reserva de Uso Sustentável, a Lei reconhece a posse dessas terras pelas populações tradicionais com base mesmo em suas vivências na atual RESEX desde tempos remotos. Não são considerados indígenas, pois de fato já não o são, mas como “grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (Decreto Federal Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000)

DADOS SOCIOECONÔMICOS

Comunidade singular no Delta do Rio Parnaíba, Canárias possui uma cultura construída na simbiose entre fatores históricos e naturais. Nesse contexto a pesca artesanal, constitui-se a base econômica da comunidade. Praticada de com evidentes indícios de uma origem cultural ancestral, presente nos saberes, modos de fazer, práticas e objetos.

Para uma melhor compreensão dos dados socioeconômicos fizemos uso de documentos oficiais de arquivos da Prefeitura Municipal de Araiões e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor da RESEX. Através dos últimos dados socioeconômicos disponíveis nos arquivos da Secretaria de Saúde de Araiões é possível saber que existem 1.621 pessoas vivendo, especificamente, na vila de Canárias. São 389 famílias cadastradas, portanto uma média de 4 pessoas por família. A faixa etária preponderante está entre 20 e 39 anos, com 522 habitantes; seguidos por 249 de faixa etária entre 15 e 19 anos, o que nos permite concluir que se tratar de uma população bastante jovem.

Com relação ao nível de escolaridade percebe-se pelos dados mais gerais e amostrais de diagnóstico da RESEX, realizado pelo ICMBio, que a maior porcentagem de pessoas na RESEX, 33,83% da população, estudou apenas até primeira fase do Ensino Fundamental, havendo ainda uma expressiva porcentagem, 15,80%, classificados/as como analfabetos/as ou semi-analfabetos/as.

Observa-se ainda, através dos dados fornecidos pelo órgão gestor da RESEX, que 53,69% da população da RESEX é formada por homens. Um dado que condiz com os números da Secretaria Municipal de Saúde de Araiões referente a Canárias, a qual apresenta, para o mesmo ano, um número de 829 pessoas do sexo masculino na comunidade, portanto 51,15%.

Relativamente ao processo de desenvolvimento arquitetônico o diagnóstico do ICMBio refere que a estrutura da maioria das moradias é hoje feita em alvenaria. Dado que corresponde a realidade de Canárias expressa nos arquivos da Secretaria de Saúde de Araiões. Nos dados do ICMBio é possível observar o que também temos constatado em nossas pesquisas *in loco*, com base na história oral, que essas construções que substituíram as construções vernáculas anteriormente feitas em barro, chamadas taipa, possuem uma estrutura recente. Tal mudança nos modos de construção, segundo os relatos da população, passou a ocorrer há aproximadamente 10 anos.

No Diagnóstico da RESEX é possível observar também dados referentes ao trabalho com artesanato. Percebe-se que dos 16,65% de pessoas que participaram de cursos de capacitação profissional, o artesanato aparece em quarto lugar com 6,918% entre os temas de cursos mais mencionados. E quando perguntado sobre as habilidades profissionais a atividade artesanal consta em terceiro lugar com 5,53% das mencionadas pelos entrevistados, em sequência a atividade com a pesca (48,68%), e com a agricultura (8,17%). O artesanato também aparece na lista dos interesses em cursos de formação ou capacitação como primeira opção com 11,427% dentre os 55,3% dos que afirmaram ter interesse em cursos de capacitação.

AUTORIZAÇÃO

Esta pesquisa por ser realizada em uma Unidade de Conservação do tipo Reserva Extrativista de Uso Sustentável precisou de prévia autorização do órgão gestor para ser desenvolvida. Deste modo dá cumprimento ao disposto na Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu Cap. III Art. 18 § 4º, que estabelece que “a pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento”.

Portanto solicitamos e recebemos autorização, junto ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, para uma pesquisa com duração de oito meses, indo do início de junho de 2016 até fevereiro de 2017.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO ARTEFATO URU

Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Araisos | Maranhão

FICHA N.º 03 | CATEGORIAS

LUGAR

IDENTIFICAÇÃO

NOME

Povoado Canárias

IMAGEM



Praça central da Comunidade Canárias, ao fundo Igreja Católica e Casa Paroquial, à direita, Escola Municipal. O lugar é referência para os pescadores, alguns usam o espaço para tecer rede de pesca. Foto Arquivo Pessoal. 2016.

O QUE É O LUGAR?

A Ilha das Canárias é a segunda maior ilha do Delta do Rio Parnaíba, portanto constitui-se um lugar de forte representatividade da cultura deltaica. Conforme dados de 2008, a Ilha possuía aproximadamente 3.000 habitantes, divididos entre as cinco comunidades: Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio (MATTOS, 2008, p. 5). Dentre os habitantes da Ilha, 1.621 vivem na comunidade de Canárias, a mais densamente povoada, formada, predominante, por pescadores.

Devido às suas características ambientais, houve a necessidade de proteção do território pelos órgãos federais. Há mais de 16 anos a Ilha passou a fazer parte da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX), instituída por Decreto Governamental s/n de 16 de novembro de 2000.

O Povoado Canárias possui uma vegetação típica do Delta, com espécies de palmáceas e diversas árvores frutíferas, o que contribui para a formação de uma orla fluvial de exuberante beleza cênica. Seu interior é formado por variados ecossistemas: manguezais, igarapés, restingas e dunas.

Habitada por uma comunidade de pescadores tradicionais, guardiões de uma cultura de pesca, o lugar evidencia a marcada ancestralidade indígena, presente nos hábitos e vivências cotidianas da população. Uma comunidade onde os lugares centrais estão associados a essa atividade, a paisagem cultural de referência é a orla fluvial, por onde passa o Rio Parnaíba, espaço de sociabilidade, lugar de encontro da comunidade com a natureza, de manifestação de hábitos, costumes, e tradições.

Além da atividade central com a pesca artesanal, os habitantes realizam atividades extrativistas como o extrativismo da castanha do caju, do murici e o pó da carnaúba, práticas secundárias comuns entre os habitantes.

Ao adentrarmos a Ilha, a paisagem cultural adquire o aspecto de uma vila, com desenho de ruas irregulares, com percursos inteiros em areia. As casas, antes de taipa, hoje de alvenaria, são de pequenas dimensões, por vezes de um colorido vibrante; quando há muros estes são, geralmente, de alturas reduzidas, demonstrando um convite constante ao convívio comunitário.

ONDE ESTÁ?

Canárias é uma Ilha com aproximadamente 20 Km de extensão, localizada no Nordeste do Brasil, no extremo Leste do Estado do Maranhão, na região conhecida como Baixo Parnaíba Maranhense, no município de Araióses. Situada em uma das quatro sub-regiões do nordeste brasileiro, a Meio-Norte, zona de transição entre a Floresta Amazônica e o Sertão Semiárido. A Meio-Norte é tradicionalmente considerada como a área que compreende toda a extensão territorial do Estado do Maranhão e uma pequena faixa na porção ocidental do Estado do Piauí.

O povoado ou comunidade de Canárias está localizado na zona rural do município de Araióses, em uma das quase oitenta ilhas que compõe o arquipélago do Delta do Rio Parnaíba, constituindo-se na segunda maior dentre as ilhas, tanto em extensão, quanto em nível populacional.

O acesso à Ilha é pelos canais de desembocadura do Rio Parnaíba; eminentemente por via fluvial, ou flúvio-marítima, por estar localizada entre as barras de Canárias e do Caju, dois dos grandes braços que dão forma ao delta.

O Rio Parnaíba delimita a fronteira entre os estados do Maranhão e do Piauí. O Delta do Parnaíba é um fenômeno da natureza que ocorre no desaguar do Rio Parnaíba em mar aberto, formando um Delta Oceânico com cinco ramificações chamadas de barras: Barra de Tutóia, Barra do



Mapa 04. Região Meio-Norte do Brasil
Fonte: <http://www.infoescola.com/>

Caju, Barra do Igarçu, Barra das Canárias e Barra da Melancieira. Um grandioso ambiente ecológico que abrange uma área de 2.700 km², dos quais, aproximadamente, 35% pertencem ao Piauí e 65%, ao Estado do Maranhão. A Barra de Canárias, onde está localizada a parte oriental da Ilha das Canárias, é a que separa, na parte da foz, os dois estados (Piauí e Maranhão).

O Delta apresenta uma fauna diversificada e abundante. Com ecossistemas distintos como: dunas, praias, igarapés, restingas, rios e mangues. Os manguezais constituem frágeis ecossistemas que servem de "berço" para vários animais, e abrigam também importantes espécies para o equilíbrio ecológico da região, formando uma vegetação densa e exuberante.

PERÍODOS IMPORTANTES

As datas importantes no cotidiano local estão, principalmente, relacionadas à cultura religiosa. Há três festividades cristã-católicas principais: no mês de março - a celebração a São José; em junho, o festejo de São João Batista e, em dezembro, o de Nossa Senhora das Dores. E em fins de novembro, realiza-se o aniversário da Ilha, com atividades diversas relacionadas à pesca e a vida cotidiana local.

HISTÓRIA

A origem do povoamento da Ilha é imprecisa. As permanências culturais nos fazem supor a ancestralidade Tremembé. No convívio com a comunidade (etnografia participante), é possível perceber uma marcada diversidade de fortes heranças da cultura indígena; vivências efetivas no cotidiano social.



Mapa 05. Imagem de satélite da área do Delta do Rio Parnaíba. Fonte: Google Earth. 2016.

As transformações sofridas ao longo dos anos estão ora relacionadas a mudanças naturais, ora a fatores socioeconômicos. Além dos aspectos culturais, os naturais são transformadores da vida local. Um exemplo é o fato do Rio Parnaíba possuir um fluxo móvel que cria desenhos diversos no arquipélago do delta. Sabemos, por exemplo, através de relatos orais dos mais velhos, que parte do que antigamente era o centro da vila de Canárias, hoje está sob às águas do rio, que foi adentrando e modificando o território, levando a comunidade a transferir o lugar de suas moradias e lugares de vida comum para região mais dentro da Ilha.

Além dessa situação, os igarapés que se encontram no entorno da Ilha, ao longo dos anos, adquirem novos desenhos, canais vão sendo abertos e outros fechados pelo próprio movimento da natureza. Assim, uma antiga Ilha de Canárias está sob as

águas; flutuamos sobre ela ao passarmos nas embarcações para chegar ao povoado de hoje. Há uma história literalmente submersa, memórias e histórias lacunares, as quais tentamos trabalhar e atualizar ao longo desta pesquisa.

Transformações outras foram ocasionadas pelas próprias mudanças socioeconômicas. Caso das modificações nas moradias, que outrora feitas em arquitetura vernácula, com uso de técnica de origem indígena, a taipa, passaram a ser construídas em alvenaria. Processo ocasionado pelo aumento da renda familiar ou em decorrência dos programas sociais, implantados pelo governo federal; houve o aumento do poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, uma mudança nos hábitos, costumes, o que inclui as formas de habitar; aspectos e situações que a população considera uma melhoria na sua qualidade de vida.

SIGNIFICADOS

A Ilha, em suas diversas peculiaridades, constitui um lugar de habitação, trabalho, lazer para as comunidades que ali residem. O Povoado Canárias, devido a sua localização na orla do rio, proporciona aos habitantes uma relação muito intensa com as águas do Rio Parnaíba, mare mangues do Delta; é desse ambiente que a grande maioria da população tira seu sustento. A vida no Delta, como não poderia deixar de ser possui signos, sentidos e significados fortemente associados à relação que os homens e mulheres têm com a natureza.

Há uma intensa relação dos residentes com o meio ambiente. O rio, o mar, o delta, os mangues, os igarapés são marcas de identidade, de atribuição de sentidos e significados. A antropóloga Simone Maldonado, ao analisar as relações estabelecidas pelos pescadores em uma comunidade da costa nordestina conclui, ao fazer referência à teoria das adaptações marítimas, que o “[...] meio explorado pelo homem para sua sobrevivência inspira, em grande medida, determinados tipos e possibilidades de tecnologia, assim como modo de ser” (MALDONADO, 1986, p. 30).

A autora chama atenção para o modo como as relações com o mar produzem significados e estabelecem características muito peculiares aos pescadores. Em Canárias essa situação é uma realidade a medida em que os riscos, a competitividade, as parcerias, a necessidade de independência, vão dando forma ao ethos pescador. Uma realidade ampliada visto que, além da relação com o mar, a população mantém também relação com o rio, o mangue, e a terra.

O mar e o rio são, a um só tempo, lugares do imprevisível, do risco, da insegurança e é na relação com a natureza, com o território e com os outros do lugar que as pessoas vão construindo significados como a independência, o senso de proteção, algumas relações cooperativas, interpessoais; suas próprias tecnologias, formas de divisão e apropriação de “um meio aparentemente indivisível e inapropriável”. (MALDONADO, 1986, p. 31).

O próprio tempo para os pescadores possui significações muito próprias, comumente medido pelos ciclos da natureza, marés, comportamento das espécies. Há entre os habitantes de Canárias um forte senso de liberdade, associado à relação com o tempo. Uma autonomia intimamente relacionada à prática da pesca, aos fenômenos da natureza, que lhes confere a compreensão de uma noção de tempo.

Na paisagem de acesso principal à comunidade de Canárias estão dispostos diversos tipos de embarcações, que por vezes realizam sua dança na orla do rio, embalados pelo soprar dos ventos nas águas, são desde pequenas canoas a remo, rabetas, barcos, chalanas, e lanchas rápidas. Uma bela expressão cultural que logo na entrada da Ilha já demonstra a riqueza das relações estabelecidas, na relação dos homens e mulheres com a natureza e dos seus significados e funções.

O território como um todo tem para a comunidade uma forte relação de identidade e pertencimento relacionados a uma cultura ancestral e aos modos muito particulares como as pessoas relacionam-se entre si e com a natureza.

DESCRIÇÃO

PESSOAS ENVOLVIDAS COM O LUGAR

As pessoas mais diretamente envolvidas com o lugar são os líderes comunitários das duas associações existentes: Associação de Moradores e Associação de Pescadores. Além desses, os líderes religiosos da principal religião existente na ilha, a cristã, tanto de vertente católica quanto evangélica. Há ainda a marcante presença de alguns comerciantes locais, professores e pessoas ligadas à gestão da RESEX (ICMBio), que cuidam da administração local e por vezes possuem forte atuação em decisões importantes que afetam o destino comum.

ELEMENTOS NATURAIS

No ambiente natural de Canárias, os elementos mais presentes são o rio, o mangue, as dunas fixas e móveis, as restingas, as lagoas e os igarapés.

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Dentre as construções mais representativas no povoado Canárias estão as já citadas anteriormente: o atracadouro, as pesqueiras, a igreja católica, as igrejas de raiz protestante, a Associação dos Moradores e Pescadores, a quadra esportiva, os pequenos comércios, as duas escolas, o posto de saúde, e o Museu-Oficina resultado do projeto de mestrado junto com o presente inventário, o qual já se constitui como uma referência local. São todas construções, em sua maioria, construídas com estrutura em alvenaria de pequenas dimensões.

MATERIAIS QUE CONSTITUEM OS ELEMENTOS DO LUGAR

Os materiais mais utilizados durante muito tempo foram os recursos naturais locais como a madeira do mangue, a madeira e a palha da carnaúba, e o barro. Materiais para construção de moradias e demais equipamentos. Atualmente, a madeira do mangue continua bastante utilizada, porém cada vez mais novas construções são executadas com madeiras diversas vindas de fora da Ilha. Tijolos e telhas também são materiais trazidos de fora para as construções.

Para a construção de embarcações utilizam também madeiras adquiridas fora da Ilha. Os remos de igual modo são, em sua maioria, comprados prontos, pois os pescadores consideram o fato de serem feitos de uma madeira mais resistente que as existentes na localidade.

TÉCNICAS OU MODOS DE FAZER UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO LUGAR

A taipa foi por muito tempo a técnica mais utilizada nas construções locais. Atualmente a alvenaria passou a ser a técnica predominante. Os telhados outrora em carnaúba, hoje são feitos em madeiras serradas, comercializadas no entorno da ilha. As coberturas que eram, caracteristicamente, em palha são agora em telha de cerâmica também comercializadas no entorno. Sem calçamento as ruas seguem o padrão irregular, sendo constituídas em pura areia.

As embarcações que também prescindem de técnicas construtivas seguem o padrão tradicional sendo feitas pelos próprios pescadores, nomeadamente os que se dedicam a construção naval. Embora as ferramentas mais rudimentares de outros tempos tenham sido substituídas por outras mais modernas, a técnica e os modos de fazer demonstram forte herança tradicional. Embora os saberes estejam sendo cada vez menos repassados de forma geracional.

MEDIDAS

Não foram encontrados dados precisos, ou oficiais, sobre as medidas da Ilha, tampouco do Povoado Canárias. O que se tem oficializado é o tamanho da RESEX que segundo o Decreto de criação possui uma área aproximada de vinte e sete mil hectares, vinte e um ares e sessenta e nove centiares (27.021,69 ha), com perímetro aproximado de cento e quatro quilômetros, novecentos e trinta e um metros (104,931 Km), tendo por base as Folhas MI 553 e MI 554, na escala de 1:100.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério do Exército, conforme o disposto no decreto de criação da RESEX, Decreto de 16 de novembro de 2000.

Ao fazermos medições próprias através da imagem de satélite encontramos dimensões aproximadas da Ilha: uma altura de 8km, largura de 20 km, constituindo um perímetro aproximado de 50,4 km.

ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO LUGAR

As atividades produtivas desenvolvidas pelas populações tradicionais em toda a RESEX Delta do Parnaíba e especificamente no Povoado Canárias, giram em torno da pesca, da cata do caranguejo e do artesanato, este em particular com um número expressivo de praticantes.

Outra atividade bastante significativa para a manutenção da dinâmica do lugar é a construção naval, realizada por alguns poucos mestres que se dedicam ao ofício. Atualmente existem também serviços com o transporte de passageiros no percurso entre a Ilha das Canárias e o Porto dos Tatus, no município da Ilha Grande de Santa Isabel, no Piauí.

Existem em paralelo as atividades econômicas diárias nos pequenos comércios internos que abastecem a ilha, no ambiente dos bares na orla do rio, no pequeno movimento nos dois restaurantes de pessoas da comunidade, e a na única lanchonete existente, localizada na praça da igreja.

MANUTENÇÃO

A Ilha das Canárias é área federal, e nível local está sob a gestão do município de Araioses, o que faz com que um dos principais responsáveis pelo cuidado com o lugar seja o próprio poder público municipal; além do órgão gestor da RESEX, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, também responsável por sua manutenção, visto tratar-se de uma Unidade de Conservação (UC), que requer cuidados governamentais com a preservação ambiental e cultural. Não menos importante na lista de responsáveis está a própria população que nela vive e faz uso dos seus recursos; visto que os hábitos cotidianos são significativos na transformação da realidade.

Com o avanço da modernidade, evidenciamos a necessidade de atenção para questões diversas associadas a aspectos naturais, patrimônio cultural em risco, saneamento básico, coleta de lixo, poluição, atenção aos cuidados com o rio e com a própria vila, essa última causada pelo descarte inadequado de diversos materiais no ambiente.

Por fazer parte de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável há a constante necessidade de exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (SNUC, Cap. I, Art. 2º, § XI);

A preservação do lugar está intimamente relacionada a própria manutenção da RESEX, e sua efetividade depende da criação de um plano de manejo. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, órgão que regulamenta tais unidades quanto a sua criação, implantação e gestão (SNUC, Cap. I, Art. 1º), estabelece por lei o prazo de cinco anos para elaboração do plano de manejo de uma RESEX, contados a partir da data de sua criação (SNUC, Cap. IV, Art. 27, § 3º). A RESEX Delta do Parnaíba foi criada pelo Decreto de 16 de novembro de 2000, e o fato de permanecer sem o Plano de Manejo causa uma série de indefinições, certas instabilidades dentro da comunidade e inviabiliza a existência de um eficaz trabalho de manutenção do lugar.

CONSERVAÇÃO

A Ilha das Canárias requer cuidados com a preservação ambiental, dos ecossistemas terrestres e aquáticos, dos complexos ecológicos de que faz parte. São necessários cuidados com a proteção de espécies em risco, que são, em certos casos, utilizadas para consumo ou comercializadas, destacamos o caranguejo, que possui ampla extração no ambiente deltaico e algumas espécies de peixes; a partir dos relatos dos pescadores é possível perceber que certas espécies passam por um considerável processo de redução tanto em sua quantidade quanto em seu tamanho.

A extração da madeira do mangue, propícia aos mais diversos usos pelos nativos, é um fator que dispõe de maior controle. A própria população passou por um processo de conscientização e mantém certos cuidados com a questão.

O sistema de coleta de lixo, mantido pela prefeitura municipal de Araioses, é uma das poucas ações que contribuem bastante para a conservação do lugar tendo em vista que a recolha semanal de materiais descartados contribui para retardar processos de degradação ambiental, mantendo o ambiente minimamente conservado. Porém ainda se faz necessário um amplo trabalho de conscientização e sensibilização da população para a responsabilidade com o lugar no que se refere a sua conservação.

AVALIAÇÃO

Os principais aspectos para que o lugar continue sendo uma referência natural e cultural é a existência de programas educativos, que contemplem e tratem com cuidado e permanência das questões referentes a preservação do território. Questões que vão desde os aspectos ambientais até os culturais. Pois a medida em que as influências da modernidade avançam sobre a ilha, tanto com seus fatores culturais quanto no que tange aos problemas ambientais de lixo, resíduos, desmatamento e outros, as interferências todas podem contribuir para agravar os problemas, ainda que o processo seja lento e ainda que se trate de uma Reserva Extrativista Marinha.

RECOMENDAÇÕES

Para a preservação do lugar considera-se necessária a existência de programas educativos, que tratem das ciências naturais, sociais e humanas, relacionando-as ao lugar, com destaque para história, memória, patrimônio, cultura. Projetos e ações que possam ser desenvolvidos em parceria com escolas e universidades. E ainda projetos sociais diversos com o envolvimento da população, principalmente projetos colaborativos, de ampla participação social, para que os efeitos sejam duradouros a partir de uma construção conjunta que adquira sentido para a população.

Recomendamos atividades de continuidade deste e de outros projetos como forma de garantir ações mais sólidas no que se refere a preservação do lugar. Atividades que contemplem também ações de educação para o patrimônio como chave para uma preservação efetiva da Ilha.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO ARTEFATO URU

Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Araisos | Maranhão

FICHA N.º 04 | CATEGORIAS

OBJETOS

IDENTIFICAÇÃO

NOME

Uru – cesto em palha também referido pela comunidade de Canárias com o nome de cofo.

IMAGEM



O QUE É

Ao seguirmos a classificação feita pela Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (BRASIL, 2012, p. 18-20), no que refere ao gênero, à matéria-prima predominante, bem como sua funcionalidade, o cesto produzido em Canárias classifica-se, segundo sua tipologia, na categoria de Matéria-Prima Natural de Origem Animal, Vegetal e Mineral. Por ser especificamente de origem vegetal classifica-se como feito em fibras vegetais. O manual descreve fibra como “[...] a denominação genérica de qualquer estrutura filamentosa, geralmente sob forma de feixe, encontrada nos tecidos animais e vegetais [...] São matérias-primas moles e flexíveis e que, trançadas, possuem diversos usos, principalmente na manufatura de cestarias e móveis” (BRASIL, 2012, p.20).

Quanto a classificação em termos de produto, a definição se dá com base na “origem, natureza de criação e de produção do artesanato”, considerando a expressão dos “valores decorrentes dos modos de produção, das peculiaridades de quem produz e do que o produto potencialmente representa”. Determinando, também, os “valores históricos e culturais do artesanato no tempo e no espaço onde é produzido” (BRASIL, 2012, p. 28). Nesses termos, o Uru é classificado na categoria Artesanato Tradicional, onde estão nomeados os “artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições e incorporados à vida cotidiana, sendo parte integrante e indissociável dos seus usos e costumes” (BRASIL, 2012, p. 29).

De modo que, quanto à produção, tais objetos são, geralmente, de origem familiar ou comunitária, o que “[...] possibilita e favorece a transferência de conhecimentos de técnicas, processos e desenhos originais. Sua importância e valor cultural decorrem do fato de preservar a memória cultural de uma comunidade, transmitida de geração em geração” (BRASIL, 2012, p. 29).

O Uru é um artefato utilizado na pesca artesanal, confeccionado em palha, uma matéria-prima natural e típica da região deltaica, retirada de uma palmácea chamada carnaúba. Trata-se de um cesto, com forma arredondada, feito inteiramente em palha e com uma alça única. Seu trançado regular, com pequenos e contínuos espaçamentos vazados, permite um adequado transporte do peixe, uma vez que a água escorre por entre as fibras, possibilitando mais leveza e conseqüentemente o transporte de uma maior quantidade de peixe.

É um cesto muito prático durante o exercício da atividade da pesca, pois o pescador vai despescando sua rede com a praticidade de ter onde depositar os peixes em recipiente que facilita seu trabalho, sem despender tempo preocupando-se com retirada de água ou mesmo com a possível saída do peixe no impulso de salta para fora; pois por ser um cesto relativamente alto e com orifício reduzido a saída do peixe fica dificultada. Soma-se a disso seu design com uma base larga e um estreitamento da cavidade central por onde o peixe é colocado, o qual possibilita uma maior eficácia no exercício da atividade da pesca, visto que esse estreitamento contribui para evitar que o peixe consiga eventualmente escapar ao tentar “pular” para fora do cesto.

Além do uso principal no trabalho com a pesca, o Uru também serve a outros usos paralelos como o transporte de frutos, castanhas, inclusive para o transporte de compras domésticas realizado pelas mulheres.



ONDE ESTÁ

O cesto é utilizado em todo o território de Canárias e em seu entorno, nos lugares de pesca. Quando não está em uso o objeto fica guardado nas casas dos pescadores, pendurado em seus quintais a secar, por vezes a sombra e noutras ao sol.

PERÍODOS IMPORTANTES

Não há momentos ou datas importantes relacionados ao uso do objeto. Trata-se de um objeto de uso cotidiano, um artefato utilizado diariamente na prática da pesca artesanal adquirindo um caráter de invisibilidade devido seu rotineiro uso.

HISTÓRIA

O Uru é uma referência cultural na região do Delta. Relaciona-se fortemente com a vida das pessoas por estar associado ao seu cotidiano com a pesca artesanal. É um artefato marcado pela memória e história; os mestres do saber-fazer relatam comumente os aspectos familiares ou outros também históricos aos quais o objeto está relacionado.

Não encontramos registros ou estudos sobre o artefato, assim não é possível perceber as origens do objeto com base em dados bibliográficos. O que existe são os relatos orais. Os pescadores também não dispõem de informações sobre o objeto em tempos mais recuados, tampouco os mestres do saber-fazer. Ambos o têm como um modo de saber-fazer, um objeto ordinário de uso familiar, presente no cotidiano, que receberam por tradição oral de seus antepassados. O mestre Marconde Rocha Damasceno relata que seus pais já o faziam e antes deles seus avós, considerando o número de gerações e o fato do Sr. Marconde ter 60 anos de idade, podemos inferir que há pelo menos uns 200 anos o objeto é utilizado no território.

Segundo os mestres locais o objeto não sofreu transformações, desde que têm contato, ou seja, desde a infância. Relatos do modo de saber-fazer o artefato indicam que sempre foi feito do mesmo modo, desde que seus pais e avós o utilizavam ou o confeccionavam.

SIGNIFICADOS

Canárias é um lugar onde o patrimônio cultural encontra-se profundamente interligado ao patrimônio natural, de modo que o Uru é uma expressão dessa interação natural/cultural, constituindo-se aspectos de uma só realidade.

Seguindo a classificação propostas pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) em sua formulação da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, no que se refere a funcionalidade do artesanato, definida a partir dos elementos distintivos que qualificam os produtos de acordo com seu uso e destino. Inferimos que o Uru classifica-se, quanto a sua funcionalidade, como utilitário por tratar-se de uma peça “produzidas para satisfazer as necessidades dos seres humanos sejam no trabalho ou na atividade doméstica. Peças cujo valor é determinado pela importância funcional e não por seu valor simbólico” (p. 31).

O Uru é um cesto confeccionado com uma matéria-prima da região do delta, a carnaúba. Seu significado para os pescadores é a nível bastante prático com uma função muito pontual de transportar o peixe. Com isso constitui-se como um objeto que expressa os modos de vida dos habitantes de Canárias. São homens e mulheres que fazem uso de matérias-primas locais para a construção de seus artefatos de uso cotidiano. Isso demonstra a intrínseca relação das pessoas com a natureza e evidencia o quanto os valores de culturas ancestrais permanecem presentes em certas regiões do país. Por vezes resistindo aos processos de massificação, tão comuns nos nossos dias, os habitantes de Canárias seguem, com um modo de ser próprio, construído no processo de socialização, no contato comunitário, compondo a rica diversidade brasileira. O Uru não deixa de ser um objeto que expressa interioridades próprias do lugar na medida em que é um objeto representativo das concepções de vida, e as idiosincrasias muito particulares da comunidade de Canárias. Pessoas de um estilo de vida muito simples, cuja relação produz um agir voltado para um cotidiano de relações comunitária em marcada relação com o ambiente natural.

Os trançados em palha são considerados fortes testemunhos de saberes cuja origem se dá com povos que habitavam o território brasileiro desde antes da colonização. Povos habituados as artes de pesca e a fabricação dos próprios artefatos a partir do uso de recursos naturais. Hábeis em transformar aspectos da natureza em belo e utilitários objetos de uso cotidiano e comunitário.

Todas estas características do Uru permitem classifica-lo como um cesto da categoria dos cofos, que conforme informamos anteriormente os próprios moradores de Canárias ora o nomeiam com este termo. Resquício de uma origem ancestral o cofo é um artefato usual nas muitas comunidades rurais existentes no Maranhão, e em outros Estados do país. A recente pesquisa em linha antropológica realizada pela Comissão Maranhense de Folclore sobre o Cofa conceitua-o como um “objeto de natureza versátil, destacando-se por sua larga funcionalidade, podendo ser encontrado em diversas regiões, sob as mais variadas formas e ‘apelidos’, determinados conforme o uso que deles se faz” (GONÇALVES, p.13). Isso posto devido aos vários modelos, estéticas e usos que as populações dos mais diversos municípios maranhenses fazem dele. É perceptível também as relações singulares que se estabelece entre as pessoas e o objeto e o quanto ele faz parte da vida social.

DESCRIÇÃO

PESSOAS ENVOLVIDAS

Mestres Locais: Os mestres locais do saber-fazer são as pessoas que produzem o objeto e o comercializam suprimindo as necessidades pessoais e comunitárias.

Consumidores: As principais pessoas que fazem uso do objeto são os pescadores, que o utilizam, principalmente, na atividade de pesca com tarrafa (tipo de rede de pesca). Além desses, o objeto é utilizado pela comunidade em geral no transporte de frutos, mantimentos, ferramentas etc.

MATERIAIS

O material utilizado na confecção do objeto é, exclusivamente, a palha da carnaúba, trançada em si mesma, sem uso de quaisquer outros materiais.

TÉCNICAS OU MODOS DE FAZER

A Portaria SCS/MDIC N° 08, de 15 de março de 2012, do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, da SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, que atualiza o rol das Técnicas de Produção Artesanais e integra a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, dispõe em seu Art. 2º que é considerada Técnica de Produção Artesanal:

O conjunto ordenado de condutas, habilidades e procedimentos, combinado aos meios de produção (máquinas, ferramentas, instalações físicas, fonte de energia e meio de transporte) e materiais, por meio do qual é possível obter, voluntariamente, um determinado produto. A técnica artesanal alia forma e função, requerendo destreza manual no emprego das matérias-primas e no uso de ferramentas, conforme saberes variados e com uso limitado de equipamentos automáticos (PORTARIA SCS/MDIC N° 08, 2012).

Pela classificação da Portaria, o Uru é um objeto artesanal confeccionado com uma mistura de duas técnicas, predominando a Cestaria, técnica que abrange todas as formas de entrelaçar fibras rígidas, tiras e cipós para a fabricação de cestas ou cestos; e a Secagem, técnica de enxugar ou secar a folha ou fibra vegetal antes da montagem.

MEDIDAS

O objeto padrão, Uru, confeccionado em Canárias mede aproximadamente 36cm de altura por 35cm de diâmetro de fundo e possui uma alça de 60cm de comprimento de um lado a outro do cesto, sendo regulável com mais 50cm de acréscimo. A abertura do orifício central por onde o peixe é colocado e retirado possui 25cm de diâmetro.

ATIVIDADES RELACIONADAS AO OBJETO

As principais atividades realizadas por pessoas ou grupos, associadas ao objeto, são a própria pesca artesanal, eminentemente no aspecto do uso para o transporte dos peixes, e de modo secundário o transporte de mantimentos e de diversos outros produtos.

MANUTENÇÃO

Os responsáveis pelos cuidados necessários à manutenção do objeto são os próprios pescadores que dele fazem uso; os mestres do saber-fazer e as demais pessoas da comunidade que também o utilizam de formas as mais diversas.

CONSERVAÇÃO

Por tratar-se de um objeto perecível o Uru requer cuidados básicos, pois as fibras da carnaúba, irão, no contato com a água durante a prática da pesca, inevitavelmente apodrecer e o objeto ser substituído por outro.

Quanto a limpeza os artesãos que o produzem recomendam que ele seja, após o uso, lavado apenas com água e colocado para secar a sombra. Isso feito objetivando retirar os resíduos deixados pelo contato com o peixe, evitando que as fibras da carnaúba apodreçam caso permaneçam úmidas devido o contato com a água, ou adquiram mofos devido aos resíduos, ou ainda se tornem frágeis se colocados diretamente ao sol para secar.

AVALIAÇÃO

Os principais aspectos para que o objeto continue sendo uma referência cultural é a permanência do seu uso pela comunidade e a continuidade da transmissão do modo de saber fazer, para que continue a ser produzido. Observamos que, quanto a este último aspecto, os mestres estão na faixa etária média dos cinquenta anos e o saber fazer não está sendo transmitido às gerações seguintes; a função para a qual se destina permanece viva, e o objeto continua em seu contexto original, entretanto o saber fazer está em risco de desaparecimento.

Quanto aos aspectos que podem interferir para seu desaparecimento podemos referir o contínuo aumento do contato da Ilha com o mercado de consumo externos, com os usos modernos, como os atuais e tão comuns sacos plásticos, de fibras, que por vezes são uma forma de substituir o uso do Uru na atividade da pesca, o que ocasiona danos à natureza e proporciona uma gradativa perda da cultura ancestral.

A significativa importância do Uru está tanto em seu aspecto de referência cultural quanto nas suas especificidades enquanto objeto produzido com matéria prima natural de uso utilitário corrente pela comunidade de Canárias em uma atividade central em seu cotidiano que é a pesca artesanal.

RECOMENDAÇÕES

Para a preservação do objeto é indispensável um trabalho de educação patrimonial a partir de uma pesquisa como a deste Inventário Participativo. Faz-se necessário processos de conscientização e salvaguarda que visem a proteção e valorização do objeto, bem como da cultura ancestral da qual é parte integrante.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO ARTEFATO URU

Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Araiões | Maranhão

FICHA N.º 05 | CATEGORIAS

SABERES

IDENTIFICAÇÃO

NOME

Modo de saber-fazer do Uru.

IMAGEM



O QUE É

O modo de saber-fazer dos cestos em palha de carnaúba é uma técnica tradicional de origem indígena, que as populações do litoral e interior do Maranhão dominam bem. São diversos os tipos de cesto existentes conforme o uso. Em Canárias, existem dois tipos de cestos utilizados no trabalho com a pesca: o paneiro, ou cofo, usado para pescar camarão; e o Uru, ou cofo, utilizado para transportar o peixe durante a pesca com tarrafa, principalmente.

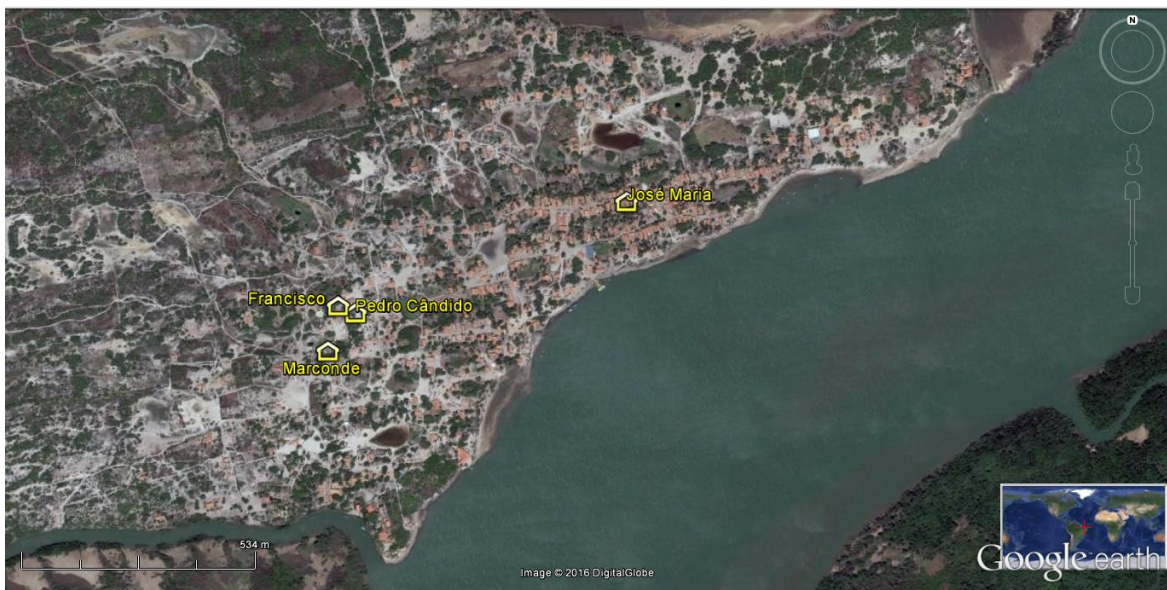
Os mestres que detém o saber-fazer do Uru informam que para confeccioná-lo é necessário um conhecimento desde a escolha da palha ainda na palmeira, os processos de secagem e armazenamento, e o preparo para o processo de trançar para confecção do cesto.

A transmissão desse saber-fazer é realizada, principalmente, entre gerações, porém há também relatos de aprendizagem entre amigos, parentes, ou através de observação da prática, mas sempre na relação comunitária.

ONDE ESTÁ

Os artesãos, grupo formado eminentemente por homens, que dominam o modo de saber-fazer do Uru, em Canárias, realizam o trabalho em suas próprias casas. O saber, portanto, está espalhado pela Ilha, localizado em quatro pontos principais que são as casas dos mestres que o detém e que comercializam seus produtos suprindo as necessidades da comunidade. Destacamos as casas dos senhores Francisco das Chagas Carvalho, 49 anos, Marcondes Rocha Damasceno, 60 anos, José Maria da Costa, 67anos, Pedro Lopes da Cruz, 54 anos.

Na imagem de satélite abaixo está marcada a localização desses quatro pontos de produção no interior da comunidade.



Fonte: Google Earth, 2016

PERÍODOS IMPORTANTES

Não há data ou momentos específicos associados ao Uru. Trata-se de um bem cultural produzido, comercializado e utilizado durante todo o ano no interior da comunidade.

HISTÓRIA

Não há estudos sobre o assunto no que se refere à prática do saber-fazer na Ilha das Canárias; não é possível precisar sua origem. Sabemos que a região do delta foi habitada por grupos indígenas da linhagem dos Tremembés, e que a prática da produção de cestaria em palha de palmeiras é característica das populações que vivem no Delta do Parnaíba. Populações tradicionais que em seus hábitos cotidianos evidenciam a herança cultural dos grupos pré-coloniais que habitavam o território.

Nos relatos orais coletados durante essa pesquisa os mestres locais informam não saber precisar a origem do saber-fazer. Descrevem apenas que aprenderam com um familiar ou algum amigo que já o praticava, o qual não lhes informou da origem que para eles nem sequer chegou a ser pensada até o momento em que esta pergunta se fez durante o processo deste inventário.

Quanto as transformações os mestres locais comunicam que, desde que o conhecem, o Uru sempre foi confeccionado da mesma forma e com o mesmo formato padrão. Por vezes, porém algum pescador encomenda um cesto maior, ou mais alto, com um orifício mais estreito ou mais largo. Algo que vai depender um pouco do uso que será feito dele. O que se refere ao tipo de pescaria, e portanto de pescado que precisarão transportar, porém esses casos são raras exceções. Em linhas gerais o padrão único supre as necessidades gerais da comunidade.

Tal como possivelmente ocorria em épocas passadas o Uru é ainda confeccionado, exclusivamente, para uso das pessoas do lugar. Tendo-se uma produção pequena de modo que os mestres possuem outros ofícios que lhes ocupam maior tempo, sendo a venda do Uru um complemento a renda doméstica.

Trata-se de uma prática eminentemente masculina. Não havendo relatos de mulheres que a praticassem ou pratiquem atualmente.

SIGNIFICADOS

O saber-fazer do Uru possibilita a confecção de um produto que requer técnicas e conhecimentos próprios. Um saber com sentido prático e que envolve técnica e matérias-primas que, em boa medida, expressam a realidade cultural do Povoado Canárias. Constitui-se uma das expressões das formas de relações que as pessoas estabelecem com o território. São práticas e técnicas herdadas de populações que inicialmente habitaram a região, constituindo-se uma herança ancestral.

Para a comunidade o saber-fazer Uru é fundamental como uma atividade que possibilita aos pescadores poder manter em ordem a atividade com a pesca, pois o formado do Uru é muito apropriado para o armazenamento e transporte do peixe durante, e logo após a pescaria.

Trata-se de um objeto muito significativo em suas características e sem outro que o substitua em igualdade de condições, dentre os artefatos da pesca utilizados pelos pescadores.

DESCRIÇÃO

ETAPAS

O saber-fazer do Uru compreende um processo com várias etapas associadas, as quais são aqui descritas, conforme a ordem em que ocorrem:

1. Coleta da palha;
2. Transporte;
3. Secagem;
4. Armazenamento;
5. Seleção das palhas;
6. Trançado;
7. Acabamentos;
8. Comercialização.

Coleta

O primeiro passo a ser realizado na cadeia de produção do Uru é um procedimento extrativista de coleta da palha no carnaubal. O artesão vai até o carnaubal, que fica fora dos limites das moradias, e vai cortando as palhas com o auxílio de uma ferramenta de metal em forma de lâmina afiada, denominada foice. Esta fica afixada em uma comprida haste de madeira de aproximadamente 7 a 8 metros. Com a bem afiada lâmina da foice as folhas mais novas (chamados “olhos”) vão sendo cortadas. Faz-se uma apara, que é um corte no talo, para em seguida contar e atar as folhas em feixe. Geralmente cada feixe possui em média 50 folhas, e em cada coleta o artesão colhe apenas um feixe que após atado é transportado.

Transporte

Geralmente o artesão coleta apenas um feixe porque o transporte é realizado por ele próprio que, após atar o feixe, coloca-o nos ombros e segue até sua habitação onde as demais etapas acontecem.

Secagem

Para a secagem as folhas da carnaúba são dispostas lado a lado, sem sobreposições e horizontalmente. Estendidas no chão, a céu aberto, as folhas ficam aguardando o tempo de secagem que possui duração média de 4 dias.

Esse processo de secagem se dá ao sol com o cuidado de sempre retirar as folhas no fim da tarde e recoloca-las no dia seguinte. Após os quatro dias as palhas são reagrupadas em feixe e armazenadas.



Palhas em etapa de secagem.
Foto: Arquivo Pessoal. Canárias. 2016.

Armazenamento

Os feixes de palha já secas são armazenados sobrepostos ou em saco na própria casa do artesão. Sempre ao abrigado da luz solar para evitar ressecamento.

Seleção

Após a transformação das folhas em palha após a secagem o artesão passa a fazer uma seleção das que estão apropriadas para o trabalho com base nos critérios de tamanho, pois o comprimento delas determina a altura do cesto. Além disso é levando em consideração a boa aparência das palhas objetivando garantir a maior firmeza e resistência dos cestos.

Trançado

Utilizando duas ou quatro palhas selecionadas o artesão começa a trançar o cesto. Isso porque tradicionalmente usa-se quatro palhas, porém alguns artesãos começaram a fazer uso de apenas duas de modo a economizar matéria-prima.

As palhas são entrelaçadas uma a outra a partir da base, próximo ao talo, e o artesão vai fazendo um trançado contínuo de forma circular montando primeiro o fundo do Uru e estabelecendo um formato arredondado com laterais altas que vão se estreitando até formar um orifício central arrematado pelo trançar de uma corda que na extremidade oposta se prende ao cesto por um laço, dando forma a uma alça onde é possível fazer a regulagem de tamanho.

Acabamentos

O processo de trançar a palha faz com que ela solte muitos pequenos fios que são cortados rente ao cesto quando o artesão finaliza o trançado do mesmo.

Comercialização

A comercialização é a etapa final da cadeia. O artesão realiza a venda dos cestos em sua própria residência. Ocorre também de distribuir no comércio local alguns cestos para serem vendidos. Algumas vezes o artesão produz, armazena em sua casa e vai comercializando, noutras recebe encomendas executa e faz a entrega.

PESSOAS ENVOLVIDAS

As principais pessoas envolvidas na confecção do objeto são os mestres do saber-fazer. Atualmente em Canárias existe em torno de cinco homens que detém o saber-fazer de modo mais atuante na comunidade. Embora o saber esteja espalhado na comunidade, pois há os que o praticam para seu próprio consumo, cinco deles são referências que a comunidade elenca quanto ao saber-fazer. Destes apenas três concordaram em participar desta pesquisa, portanto constituíram-se no recorte para o trabalho deste Inventário Participativo (IP). Os três foram entrevistados, porém a participação efetiva na construção deste IP foi a do senhor Francisco das Chagas Carvalho, que atualmente é o artesão de maior expressão em termos de produção e comercialização na comunidade. Mostrando-se sempre disposto a partilhas, trocas, ao repasse do saber e aquisição de novos saberes. Assim os três que contribuíram com este processo foram os senhores Francisco das Chagas Carvalho, Marconde Rocha Damasceno, e José Maria da Costa.

Em sequência disponibiliza-se uma breve ficha de cada um deles:

Nome/ Apelido
Francisco das Chagas Carvalho/ Louro

Idade/Data de Nascimento
49 anos - 26/01/1967

Local de nascimento
Povoado Jatobá, Araiões, Maranhão

Escolaridade | Profissão
Sem escolaridade | Pescador



Nome/Apelido
José Maria da Costa/Zé Miguel

Idade/Data de Nascimento
67 anos - 28/08/1949

Local de nascimento
Ilha de Canárias, Araiões, Maranhão

Escolaridade | Profissão
Sem escolaridade | Pescador



Nome

Marconde Rocha Damasceno / não há apelido

Idade/Data de Nascimento
60 anos - 16/08/1956

Escolaridade
Sem Escolaridade

Profissão
Pescador



MATERIAIS

Para a prática desse saber o único material utilizado é a palha da carnaúba.

MODOS DE FAZER OU TÉCNICAS

Duas são as técnicas que compõem o saber: Secagem e Cestaria. A primeira é o processo de secar a folha da carnaúba transformando-as em palha, preparando-as para serem trançadas. A segunda corresponde ao entrelaçar das fibras para a fabricação do cesto.

Os modos de fazer usado na confecção do objeto é um trançado de fibras feito pelo artesão apenas com uso de suas mãos e pés. O único instrumento utilizado é uma pequena faca utilizada para aparar os “olhos da palha”², preparando-as para dar início ao trançado.

O trançado é feito a partir de sua base, ou fundo, e confeccionado de forma contínua apenas acrescentando palhas até a finalização na alça. O artesão vai abrindo com as mãos os filetes da palha, separando-os para entrelaçar uma palha na outra e em seguida fazer uma trama amarrada uma a uma em formato circular de modo a moldar um objeto arredondado.

PRODUTOS E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O único produto resultante do saber é o Uru, um cesto em palha de carnaúba, redondo, e que mede aproximadamente 31cm de altura. Um objeto utilitário que os pescadores utilizam para armazenar o peixe durante a atividade da pesca, e transporta-lo após concluídos os trabalhos. Um cesto suporta em média 8 kg de peixe.

ROUPAS E ACESSÓRIOS

A única vestimenta e acessório utilizados de modo mais padronizado trata-se uma camisa de mangas compridas e um chapéu que o artesão utiliza para proteção do sol durante o processo de coleta das folhas da palmeira.

EXPRESSÕES CORPORAIS

Não há danças ou encenações relacionadas ao saber.

EXPRESSÕES ORAIS

Não há músicas, cânticos, orações e outras formas de expressão oral próprias do saber.

OBJETOS IMPORTANTES

Os objetos necessários ao saber são apenas uma foice para a coleta da palha, uma haste comprida a qual a foice é afixada de modo que o artesão consiga coleta-las sem necessidade de subir na árvore, e uma pequena faca para uso no processo de confecção do cesto.

² Parte da haste que ligava a folha ao caule da palmeira

ESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS

Para que o saber continue existindo a estrutura necessária é apenas um pequeno estoque de palha que os mestres coletam e armazenam em suas próprias casas e que vão repondo em pequenas quantidades a medida em que vão comercializando os cestos já fabricados. Portanto o uso do recurso natural, da matéria prima, requer uma poda controlada, pois embora abundante no território o que se utiliza para a fabricação do Uru não são as palhas mais velhas e sim as jovens, portanto é importante considerar o ciclo de regeneração da carnaúba. Entretanto o domínio desses aspectos é algo que já faz parte dos conhecimentos dos artesãos que consideram esses fatores quando precisam fazer a coleta, fazendo-o de modo tradicionalmente responsável.

TRANSMISSÃO DO SABER

O saber é transmitido de modo intergeracional. Alguns artesãos aprendem através da observação da prática cotidiana de seus pais; outros através do ensino direto dado por parentes ou amigos. Portanto o saber é repassado de forma empírica.

AVALIAÇÃO

Para que o saber continue sendo uma referência cultural é necessário o desenvolvimento de processos de valorização do patrimônio cultural de Canárias. Diante das rápidas mudanças sociais que tendem a massificar valores, saberes, produtos, identidades, a tendência é que padronizações ocorram e há sempre o risco de um saber tradicional perder-se no tempo. Observa-se essa realidade com relação a outros saberes que anteriormente praticados em Canárias seguem em um processo final de apagamento da memória. Como é o caso da Saca, um artefato em palha em forma de cesto estreito que há até uns dez anos atrás ainda era utilizado pela população na atividade do plantio de arroz e que na atualidade poucas pessoas possuem memória referente ao objeto, e menos ainda o número das que sabem confeccioná-lo. Com o Uru pode não vir a ser muito diferente, pois encontram-se na comunidade pessoas que eventualmente o substituem por sacos feitos em fibra ou mesmo as “poluidoras” sacolas em plástico utilizadas corriqueiramente pelo comércio como embalagem.

RECOMENDAÇÕES

Trabalhos de pesquisa, de educação patrimonial e salvaguarda são fundamentais para evitar o desaparecimento do saber-fazer do Uru. A educação voltada para a valorização da memória, da identidade, da cultura local em si pode ser transformadora e contribuir efetivamente para a preservação do saber.



APÊNDICE B

DOSSIÊ PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

MUSEU OFICINA DA ILHA DAS CANÁRIAS (MOC)

ILHA DAS CANÁRIAS / ARAIOSES / MARANHÃO

DELTA DO RIO PARNAÍBA / MEIO NORTE DO BRASIL

AUTORA: Samira Amara Gomes Alves

A close-up photograph showing a person's hands weaving a mat from green palm leaves. The hands are positioned to manipulate the leaves, which are being woven together with a light-colored thread. The background is slightly blurred, showing more of the weaving process and the green leaves.

*Isso aqui é uma arte! A arte de fazer Uru.
Sr. Marconde _ Mestre em Uru*



Apresentação

Este Dossiê trata de um registro de todo o processo de atividades que compuseram o Plano de Educação Patrimonial do projeto “INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: Os modos de saber-fazer artesanal associados ao trançado em palha de carnaúba| Ilha das Canárias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil”, durante o ano de 2016. Parte de uma pesquisa-ação desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, da UFPI, sob orientação das professoras Dra. Áurea da Paz Pinheiro, Universidade Federal do Piauí, UFPI, e Dra. Lorena Sancho Querol, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES. Nele consta uma breve descrição de cada uma das atividades realizadas nesse processo de partilhar ao qual nos lançamos. Sobre como se deram, entre outros, os intercâmbios coletivos, a elaboração de narrativas, as representações, a construção de uma cartografia coletiva, a elaboração de um espaço museal, os processos criativos, ressignificativos, educativos, e sobre a elaboração de um Inventário Participativo, bem como os primeiros encaminhamentos para a Salvaguarda de uma referência cultural. Portanto, o dossiê trata da construção desse que se tornou um alicerce para um trabalho colaborado em prol da valorização da cultura e das pessoas.

Descrevemos as práticas e o modo como desenvolvemos a pesquisa sobre o saber-fazer dos cestos em palha, bens culturais que elegemos para, a partir deles, irmos construindo um percurso de valorização da cultura do lugar, no âmbito do seu patrimônio imaterial, e as pessoas que se lançaram nesta jornada repleta de partilhas.

Neste percurso intercultural ressignificamos saberes e fazeres com a firme proposta de estabelecermos processos sempre horizontalizados, buscando manter a máxima freireana de que “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1987: p.68). O que nos possibilitou socializar de modo amplo e eficaz os nossos diversos saberes e assegurou a força que o projeto adquiriu, ao construir o desenvolvimento da necessária confiança que esses nossos contextos litorâneos, flúvio-marítimos, requerem para o desenvolvimento de uma pesquisa participada com efetiva partilha de saberes.

Registramos o processo de atividades desenvolvidas durante a execução do Plano de Educação Patrimonial, possibilitando perceber sua importância para o desenvolvimento dos protagonismos sociais que temos vivenciado neste grupo de trabalho firme e engajado, e o quanto suas ações ativaram uma organização autogestiva e empoderadora.

Registramos a execução de uma ação de Museologia Social como resultado de uma teoria posta em efetiva prática. A ponto de chegarmos a criar uma categoria própria de museu, um que nos represente, conforme as necessidades que o grupo considerou importante para si. O nosso Museu-Oficina, porque apenas o termo museu não compreenderia a totalidade do que realizamos lá.



Introdução



O PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Após um período longo e intenso de contatos e aproximações com a comunidade Canárias (desde julho de 2014), seguimos com um conjunto de entrevistas do tipo temáticas. Gradativamente, surgiu a necessidade de delimitar o território, as pessoas, o patrimônio cultural. Chegamos a um recorte para o trabalho com o Patrimônio Cultural Imaterial associando inventário a ações de educação para o patrimônio.

A partilha foi estabelecendo-se no caminho para o horizonte desejado. Diante do tempo disponível e do desejo das pessoas para a troca e construção de conhecimentos, decidimos por definir uma proposta geral, construída de forma coletiva, ao longo do processo que denominamos como um Plano de Educação Patrimonial.

Primamos por um percurso educativo que partilhasse conceitos como patrimônio, cultura, memória, identidade e tantos outros que foram sendo trabalhados de forma didática com vistas ao alcance dos objetivos por meio de uma pesquisa eminentemente participativa.

O trabalho com a Educação Patrimonial ao longo deste projeto-ação foi processual, um exercício educativo contínuo e semiestruturado, cujo ponto de partida foi o conhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial associado aos artefatos de pesca artesanal da Ilha das Canárias. No caso específico deste trabalho, o Patrimônio Cultural Imaterial foi entendido como saberes herdados dos antepassados, e que ainda são praticados no presente, constituindo-se também expressão da geração atual. Portanto, partindo do entendimento de “patrimônio vivo”, e por isso dinâmico. Conhecer e reconhecer as pessoas, o território e os patrimônios nos motivaram a propor, com e para os residentes, ações educativas constantes, partilhas, diálogos, e descobertas.

Como base metodológica, usamos para a programação de nossas atividades, dentre outros, a proposta do Instituto do Patrimônio e Histórico Nacional (Iphan), desenvolvida para os trabalhos educativos relacionados ao patrimônio; o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, com textos de Evelina Grunberg. O que se propôs foi trabalhar com o tema do Patrimônio Cultural Imaterial com grupos, quer no contexto formal ou não formal, utilizando uma sequência de quatro etapas: Observação, Registro, Exploração, Apropriação (IPHAN, 2007, p. 5).

Programamos atividades iniciais de observação, reflexão, usamos exercícios de percepção do patrimônio, de forma a explorar o tema observado. Nas etapas de registros, elaboramos desenhos, mapas, descrições verbais ou escritas e diversos registros fotográficos, para fixar e aprofundar o conhecimento partilhado e construído coletivamente.

Na análise do bem cultural, promovemos diálogos, questionamentos, processos avaliativos, com o fito de despertar as capacidades de análise e interpretação, para lhes atribuir sentidos e significados.

Na etapa da apropriação, estabelecemos processos de recriação do bem cultural, através de ressignificações, estabelecendo ainda interpretações por meio da pintura, provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorativa do patrimônio em estado de conhecimento e reconhecimento. O Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial considera que “[...] os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2007, p. 5).

Na Ilha das Canárias, as populações residentes fazem uso, para o trabalho com a pesca artesanal, de uma diversidade de artefatos. Dentre eles estão os cestos fabricados em palha, o Uru e o Paneiro, que por vezes recebem a denominação comum de “cofo”. São objetos que integram o conjunto de referências do Patrimônio Cultural da Ilha. Diante do uso singular deste patrimônio pela comunidade e do contato com os mestres e mestra do saber-fazer, e ainda pela situação de risco em que se encontram, enfrentamos o desafio de inventariá-los.

Para a consecução desses intentos nos vimos diante da necessidade de um processo de Educação Patrimonial para que efetivamente ficasse assegurado o entendimento daquilo que tencionávamos, visto que o projeto possui sentido apenas na medida em que possua utilidade para a comunidade de Canárias.

Nos propomos, a um exercício de educação patrimonial na perspectiva definida por Maria de Lourdes Horta como “[...] o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura” (BARRETO, p. 16, 2010). Observando o pressuposto que bem se adequa aos cestos em palha, que nesse caso “o objeto não é um recurso, é uma realidade” (BARRETO, p.16, 2010).

Motivados ainda por diversos autores que nos inspiraram ao longo do processo, optamos por um estudo que se concretizasse enquanto pesquisa-ação com ampla participação dos envolvidos tornando-se muito mais do que um instrumento de coleta e

sistematização de dados. Propusemos tornar o trabalho científico de coleta de dados um processo ao mesmo tempo pedagógico, politizado, democrático e emancipador. Interessava-nos sempre a partilha, ouvir as vozes em grupo e encontrar junto a homens e mulheres, que detinham o saber-fazer um caminho para a valorização do patrimônio e a construção de um futuro coletivo. Os dados, os quadros, as tabelas, os números deveriam fazer sentido para o bom uso das pessoas; para o enriquecimento da própria fonte.

Estabelecemos diálogos entre as pessoas-referências³ e a mediadora cultural/arte-educadora na identificação, conhecimento, registro e promoção em um processo de interação, interculturalidade e educação. Por ser participada a pesquisa propunha tal como considera a museóloga Maria Célia Moura Santos:

[...] construir conhecimento na troca, na relação entre o ensino formal e o não-formal, no respeito à experiência e à criatividade dos muitos sujeitos sociais que estão fora das academias e que podem nos indicar caminhos e soluções muitas vezes por nós despercebidos, os quais, também, serão enriquecidos a partir das nossas reflexões e do conhecimento por nós produzido. (Cf.: <https://bibliotextos.wordpress.com/>).

Diante dos patrimônios cultural e natural existentes, das pessoas que ali vivem, consideramos necessário construir um Inventário Participativo que tivesse como princípio ser ativo e democrático, contando com um plano de salvaguarda experimental elaborado conjuntamente em um processo de co-presença, co-produção, co-responsabilidade e co-autoria, percorrendo um caminho que pressupõe ações pedagógicas participativas, que contribuíssem para uma dignificação e legitimação cultural. Com esse objetivo, primamos pela partilha, pretendendo a prática de um conhecimento solidário, com dimensão intersubjetiva, ancorada na Teoria Freireana de Educação e nos preceitos da Museologia Social.

A educação, neste trabalho, foi em sua totalidade utilizada como um processo. O termo processo, utilizado enquanto sequências de ações, que se complementam e que foram avançando gradualmente a partir de ações conjuntas, atividades reflexivas, que tiveram como objetivo alcançar o conhecimento sobre o patrimônio local. Um processo educativo dinâmico, tal como o patrimônio estudado, o qual foi sendo delineado no percurso, a partir de decisões co-participadas por todo o grupo. Assim, este Plano de Educação Patrimonial foi realizado a partir de reflexões constantes, onde valorizamos o pensamento crítico, criativo e buscamos a ação transformadora do sujeito e da realidade envolvente. (Cf.: <https://bibliotextos.wordpress.com/> Maria Célia Moura Santos).

³ Termo que criamos para referir as pessoas que detém o saber-fazer, ou a ele estão ligadas, e que estiveram construindo este projeto, sendo elas as referências no exercício dos saberes existentes e nos que construímos ao longo do processo.

Sem deixar de lado aspectos quantitativos fundamentais à pesquisa, optamos por uma ênfase mais qualitativa, pois primamos pela flexibilização das interpretações com vistas a melhor percepção da realidade, através do contato mais abrangente com o olhar de quem a vivencia em sua inteireza. Práticas de comunicação informal em vários momentos do processo nos desvelaram nuances e contribuíram para democratizar decisões. Partilhamos do pensamento que “a pesquisa participante é (...) um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também um múltiplo e importante momento da própria ação popular” (BRANDÃO & STRECK, p. 31). E quanto especificamente ao seu caráter educativo, no nosso caso educação para o patrimônio, partimos do entendimento de que “como um meio de realização da educação popular, a pesquisa participada da ação social também é tida como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico, na medida em que sempre algo novo e essencial se aprende através de experiências práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento” (BRANDÃO & STRECK, p. 32).

Nosso plano de atividades de educação para o patrimônio contemplou atividades diversas como oficinas, rodas de conversa, trabalhos em grupo, visitas de reconhecimento, curso, brechó e intervenção artística. Tais atividades visaram sempre garantir a construção de um inventário amplamente participado e elaborado com a própria comunidade, portanto possível de ser por ela implementado e mantido.

As atividades foram divididas por blocos, onde cada bloco foi sendo programado conjuntamente e avaliado. Realizamos três blocos de ações, cada um compreendendo dois meses de atividades. Um semestre inteiro com 24 ações realizadas em um total de 128 horas de trabalhos em grupo. Foram quatorze oficinas, três rodas de conversa, dois



momentos de trabalhos em grupo para organização do espaço do museu, um brechó, uma intervenção artística, uma visita externa de reconhecimento, e um momento de análise conjunta de espaço arquitetônico.

Para a construção do Inventário Participativo utilizamos como base algumas das fichas de outra publicação do IPHAN denominada “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, um Manual de Aplicação cujas fichas de entrevistas são de grande utilidade para o registro sobre o patrimônio.

Nos encaminhamentos para uma salvaguarda buscou-se o diálogo com processos artísticos para o desenvolvimento de um olhar criativo e de técnicas que se somaram ao saber-fazer local com vistas a preservação do patrimônio. Além disso contou-se com uma inicial proposta de design colaborativo objetivando a ampliação do saber-fazer a partir de processos interculturais. E ainda com a construção de conhecimentos relativos a economia criativa de modo que a geração de renda viesse a ser um vetor de promoção, valorização e preservação do patrimônio cultural.

Para que as ações do projeto tivessem perenidade e uma maior abrangência fez-se evidente, no decorrer do processo, a necessidade de termos um espaço museal onde as práticas fossem implementadas e a memória e identidade locais preservadas. Para tanto as atividades educativas para tratar de museologia e sua práxis tornaram-se também fundamentais. Nessas ações foi que estruturamos o conceito de Museu-Oficina, um museu que se propõe a ser comunitário, e fundamentado em contínuos processos educativos. Construído, principalmente, por meio de oficinas para o patrimônio e que visa mantê-las e inclusive ampliá-las para o contato com outros âmbitos da comunidade como a relação com escolas e órgãos diversos que possam contribuir com seu desenvolvimento.

Foi precisamente pela via deste Plano de Educação Patrimonial que se tornou possível construir o Inventário em modelo participativo, e implantar um museu de comunidade, o Museu-Oficina da Ilha das Canárias.



*Cronograma de
Ações de Educação
Patrimonial*

1º BIMESTRE – JULHO/AGOSTO DE 2016

Nº	DATA	EIXO	ATIVIDADE	TÍTULO E OBJETIVO	CARGA HORÁRIA
JULHO					
01	03/07/2016	INVENTÁRIO	RODA DE CONVERSA	Organização Participada para Implantação do Projeto – Samira Amara Objetivo: Compartilhar o projeto para apreciação dos integrantes e decisão participada das ações a serem realizadas.	2h
02	10/07/2016	INVENTÁRIO	OFICINA	Construção do Inventário – O Território - Samira Amara Objetivo: Mapear coletivamente o território identificando seus aspectos geográficos, estruturais, simbólicos, e também os usos que dele fazem as pessoas da comunidade.	2:30h
03	17/07/2016	INVENTÁRIO	OFICINA	Produção de Paneiro/Cofó* – Mestre Local, Dona Odete Objetivo: Partilhar os conhecimentos sobre o saber-fazer do paneiro/cofo com os integrantes do grupo.	2:30h
04	24/07/2016	INVENTÁRIO	OFICINA	Construção do Inventário – O Lugar – Samira Amara Objetivo: Dar continuidade ao mapeamento do território com ênfase nos aspectos históricos e culturais do lugar.	3h
05	30/07/2016	INVENTÁRIO	OFICINA	Construção do Inventário – O Saber-fazer – Samira Amara Objetivo: Perceber práticas, materiais, métodos, e técnicas usadas na confecção do Uru.	3h
AGOSTO					
06	07/08/2016	INVENTÁRIO	OFICINA	Produção de Uru – Mestre Local, Sr. Francisco/Louro Objetivo: Partilhar os conhecimentos sobre o Uru, e o saber-fazer a ele relacionado, com os integrantes do grupo	3h
07	07/08/2016	SALVAGUARDA	ANÁLISE DO ESPAÇO	Implantação do Museu-Oficina – Samira Amara e Pessoas-Referência Objetivo: Analisar conjuntamente o espaço pretendido para a implantação do Museu-Oficina.	30min
08	12/08/2016	SALVAGUARDA	VISITA DE RECONHECIMENTO	Visita a um Caso de Sucesso – Associação Trançados da Ilha Objetivo: Conhecer boas práticas de valorização de patrimônios locais em funcionamento no entorno	2h
09	17 a 20/08/2016	INVENTÁRIO E SALVAGUARDA	CURSO	Curso para Aperfeiçoamento no trabalho com palha – SENAR/MA Objetivo: Aperfeiçoar o manuseio da palha, iniciar processos de tingimento, ressignificar o objeto inventariado, aprender outros fazeres com a palha.	36h
10	04/09/2016	INVENTÁRIO E SALVAGUARDA	RODA DE CONVERSA	Inventário e Salvaguarda – Conceitos e Práticas – Samira Amara Objetivos: Avaliar etapa inicial e programar segunda etapa do Projeto a partir da retomada dos conceitos de Inventário e Salvaguarda.	2:30h

Tabela 1 – Cronograma de Oficinas Bimestre 01. Fonte: Elaboração própria (2016).

2º BIMESTRE – SETEMBRO/OUTUBRO DE 2016

Nº	DATA	EIXO	ATIVIDADE	TÍTULO E OBJETIVO	CARGA HORÁRIA
SETEMBRO					
11	17 e 23/09/2016	SALVAGUARDA (Museu)	TRABALHO EM GRUPO	Organização do espaço Museu-Oficina – Samira Amara e Pessoas-Referência Objetivo: Reformar o espaço onde o Museu-Oficina viria a funcionar	8h
12	17, 18 e 23/09/2016	SALVAGUARDA (Ressignificação)	OFICINA RECICLAGEM Etapa I e II	Reciclagem com Uso da Palha para Confecção de Puffs – SENAR-MA Objetivo: Reaproveitar materiais descartados para criação de banquetas (puffs) para uso no espaço do Museu	10h
13	24/09/2016	INVENTÁRIO E SALVAGUARDA (Arte)	EVENTO IBRAM 10ª Primavera dos Museus (OFICINA)	Exercícios de Pintura sobre palha - Daniel Mendes (artista plástico) Objetivo: Desenvolver conhecimentos sobre as possibilidades da pintura em palha com uso de pimentos naturais e a criação de imagens referenciais com vistas a contribuir com o Plano de Salvaguarda	3h
OUTUBRO					
14	16/10/2016	SALVAGUARDA (Economia)	BRECHÓ	Brechó – Roupas e Objetos – Samira Amara e Pessoas-Referência Objetivo: Vender objetos doados para angariar recursos para as ações do projeto	6h
15	23/10/2016	INVENTÁRIO E SALVAGUARDA	RODA DE CONVERSA	Inventário e Salvaguarda: reflexões sobre o processo (avaliação) – Samira Amara Objetivo: Avaliar as ações realizadas e programar novas ações para dar continuidade ao processo.	2:30h
16	29/10/2016	SALVAGUARDA (Ressignificação)	OFICINA	CONSULTORIA SEBRAE: Acabamentos em Palha - Sebrae Objetivo: Desenvolver habilidade com acabamentos diversos em palha para aprimorar o processo de resignificação	4h

Tabela 2 – Cronograma de Oficinas Bimestre 02. Fonte: Elaboração própria (2016).

3º BIMESTRE – NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016

Nº	DATA	EIXO	ATIVIDADE	TÍTULO E OBJETIVO	CARGA HORÁRIA
NOVEMBRO					
17	03, 04 e 05/11/2016	SALVAGUARDA (Ressignificação)	OFICINA	Processo de Resignificação – Design Colaborado – Gizela Falcão Objetivo: Trabalhar uma proposta de design colaborado para implementar um aspecto do processo de resignificação do Uru com vistas ao desenvolvimento do processo de economia criativa.	14h
18	13/11/2016	SALVAGUARDA (Economia Criativa)	OFICINA	CONSULTORIA SEBRAE: Empreendedorismo - Sebrae Objetivo: Compartilhar conceitos de empreendedorismo que possibilitem potencializar a sustentabilidade do saber-fazer e do Museu-Oficina	4h
19	21/11/2016	SALVAGUARDA (Museu)	OFICINA	Oficina: Princípios e Critérios de atuação de um Museu de Comunidade: Definindo Linhas de Atuação para o MOC** - Lorena Sancho Querol Objetivo: Fomentar a definição de linhas de atuação do Museu-Oficina com base nos princípios da participação, da sustentabilidade e do respeito pela comunidade e sua envolvente.	2h
20	26/11/2016	SALVAGUARDA (Economia Criativa)	OFICINA	CONSULTORIA SEBRAE: Gestão e Economia - Sebrae Objetivo: Possibilitar o contato inicial com elementos da gestão e economia para contribuir com os princípios do Museu-Oficina	4h
DEZEMBRO					
21	03 E 04/12/2016	SALVAGUARDA (Arte)	INTERVENÇÃO O ARTÍSTICA	AÇÃO INTERVENTIVA: Confecção da Placa e Estruturação da Fachada do Museu - Daniel Mendes Objetivo: Confeccionar, a partir de processos criativos em diálogo com a Arte, elementos de identificação do Museu-Oficina.	12h
22	10/12/2016	INVENTÁRIO, SALVAGUARDA (Economia Criativa)	RODA DE CONVERSA	Museu-Oficina da Ilha de Canárias: Avaliação do Processo de Implantação e Ordenamento de Ações Estratégicas e Funções dos Integrantes. – Samira Amara e Pessoas-Referência Objetivos: Avaliar as ações desenvolvidas e seus resultados; Decidir de modo partilhado as ações iminentes; Proceder à atribuição das responsabilidades essenciais entre a equipe do MOC.	3h

Tabela 3 – Cronograma de Oficinas Bimestre 03. Fonte: Elaboração própria (2016).

CRÉDITOS DAS FOTOS EM ORDEM DE
APRESENTAÇÃO:

FOTO01

MESTRE LOURO PARTILHANDO
O SABER COM QUINQUIM.
FOTO: ALEXANDRE AURELIANO, 2016.

FOTO02

MESTRE LOURO MINISTRANDO OFICINA.
FOTO: ALEXANDRE AURELIANO, 2016.

FOTO03

MESTRE LOURO DEMONSTRANDO UM TRANÇADO.
DURANTE ENTREVISTA EM SUA CASA
FOTO: ARQUIVO PESSOAL. 2016

FOTO04

GRUPO REUNIDO EM OFICINA.
FOTO: ALEXANDRE AURELIANO, 2016.

FOTO05

GRUPO REUNIDO EM OFICINA.
FONTE: ALEXANDRE AURELIANO, 2016.

FOTO06

PANEIRO SENDO CONFECCIONADO POR DONA
ODETE DURANTE OFICINA
FOTO: ARQUIVO PESSOAL, 2016.

FOTO07

MESTRE LOURO ENSINANDO A FAZER UMA TRANÇA
FOTO: ALEXANDRE AURELIANO, 2016.

* Paneiro/Cofa – denominação para um outro tipo de cesto também utilizado na atividade da pesca artesanal. O cesto possui dupla denominação, ora chamado paneiro, ora cofa. Inicialmente o grupo pensava inclui-lo na troca de saberes para construção do inventário sobre artefatos em palha.

**MOC – sigla para Museu-Oficina da Ilha das Canárias.



Bimestre 1

ATIVIDADE 01

TÍTULO: Organização Participada para Implantação do Projeto

OBJETIVO: Compartilhar o projeto para apreciação dos integrantes e decisão participada das ações a serem realizadas.

TIPO DE ATIVIDADE: Roda de Conversa

EIXO: Inventário

DATA DA REALIZAÇÃO: 03/07/2016

CARGA HORÁRIA: 2h

Após realizarmos as entrevistas, que nos possibilitaram um breve diagnóstico do território, decidimos privilegiar um objeto de estudo e uma amostra representativa de pessoa que detém o saber-fazer. Buscamos aqueles que se dispuseram a partilhar na construção coletiva de uma nova realidade. Juntos nos dispomos a desenvolver uma pesquisa-ação com foco em um aspecto da cultura da pesca e seus artefatos, especificamente os artefatos em palha, cestos utilizados para o transporte de peixes.

Marcamos um primeiro encontro, em conjunto, pois até então realizávamos entrevistas individuais e temáticas. Em uma tarde de domingo, o primeiro de julho de 2016, realizamos, na varanda da minha casa, na Comunidade de Canárias, a nossa primeira Roda de Conversa.

Das sete pessoas que haviam se disposto a compor o grupo inicial, quatro estiveram presentes: o Sr. Marconde Damasceno (mestre em Uru), o Sr. Francisco Carvalho (mestre em Uru), a Sr^a. Odete (mestra em fazer paineiros) e a jovem senhora Claudiana Costa (uma artesã que trabalha com diversos tipos de artesanato e cujo pai é mestre em Uru).

Iniciamos a Roda de Conversa explicando sobre a Instituição que se vincula este Projeto de Pesquisa, o Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí; explicamos a proposta que gostaríamos de desenvolver na comunidade com o foco de se conhecer e valorizar o Patrimônio Cultural que a eles pertence.

Assim partilhamos o conceito do trabalho, os objetivos, as metas, a proposta de um programa educativo, que àquela época constava de um total de oito oficinas. Partilhamos ainda a proposta do Museu-Oficina, seu conceito em contraponto ao museu tradicional. Propusemos ainda uma reflexão sobre quem somos, o que fazemos aqui e o que queremos construir? E então passamos a partilhar uma proposta de roteiro das oficinas a serem executadas nos próximos dois meses que teríamos a frente. Uma partilha aberta às sugestões do grupo para que juntos pudéssemos construir um trabalho significativo.



Primeira Roda de Conversa. Da esquerda para a direita: a roda; o senhor Marconde, Um exemplo de mapa proposto. Fotos 01 e 02 Alexandre Aureliano e 03 Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

Passamos a falar sobre o território e a lançar a proposta que trabalharíamos no próximo encontro: um mapeamento do território de Canárias. Propusemos um exercício de produção de um mapa mental da comunidade semelhante ao que sugere o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, do IPHAN.

Projetamos uma imagem de satélite do Google Earth e explicamos sobre a importância de situarmos os aspectos importantes da vida cultural da comunidade em uma cartografia. Falamos do conceito de mapa e de pictograma e mostramos alguns que poderiam representar aspectos da cultura local.

Distribuímos então um pequeno mapa em papel, formato A4, em um kit de trabalho que continha também lápis, caneta esferográfica, canetas hidrocor, borracha, apontador, uma planilha com pictogramas para recortar e cola, e uma lista com instruções sobre como intervir no mapa. Mostrei um exemplo que eu própria tinha feito a partir dos conhecimentos que já possuía do lugar e fui explicando a proposta. A tarefa deveria ser levada para casa e feita juntamente com a participação da família, com retorno para o próximo encontro, para trocar com os colegas cada registro considerado importante.

Assim foi que todos retornaram aos seus lares na expectativa do retorno no domingo seguinte com seus mapas prontos para as partilhas e continuidade de nosso mapeamento cultural do lugar.



Kit distribuído para produção de mapas mentais.
Foto: Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 02

TÍTULO: Construção do Inventário – O Território

OBJETIVO: Mapear coletivamente o território identificando seus aspectos geográficos, estruturais, simbólicos, e também os usos que dele fazem as pessoas da comunidade.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: INVENTÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: 10/07/2016

CARGA HORÁRIA: 2h30m

Esta atividade marcou o início de nosso trabalho com as Oficinas de Mapeamento Coletivo, uma metodologia amplamente utilizada em nossas atividades. Conforme aprendemos com os Iconoclastas⁴ “a través de ellos fuimos diagramando una práctica colectiva nutrida de las múltiples miradas” (RISLER y ARES: p. 5).

Nesta oficina em específico abordamos as questões referentes ao território. Cada participante compartilhou o mapa entregue no encontro anterior, falou das dificuldades e descobertas no contato com um mapa, o que para a maioria era completamente novo. Interessante perceber que de algum modo a família participou e que houve boas e frutíferas tentativas de cartografar o território; embora alguns não tenham conseguido realizar a atividade solicitada em virtude de não conhecer o que seria um mapa, ainda que tenhamos realizado uma explicação inicial, ficou notório que aguçamos a percepção, partilhemos um conhecimento novo para alguns e exercitamos a autonomia em decidir sobre o quê e como representar o território.

Após cada fala sobre suas experiências com o processo anteriormente proposto, de mapeamento individual, passamos a explicar com mais detalhes a imagem gráfica do território. Utilizamos, impressões em formatos médios que foram abertos e partilhados em uma mesa em torno da qual propusemos agora um processo coletivo de mapeamento do território de Canárias, a partir do processo individual que cada um havia exercitado; para que desse modo construíssemos um mapa representativo do Patrimônio Cultural e Natural da comunidade. Nele sinalizaríamos, através dos mesmos pictogramas anteriormente distribuídos e redistribuídos agora, locais e aspectos mais representativos da cultura local. Isso a partir do que cada um considerasse fundamental e significativo no dia-a-dia da vida na Ilha, e que houvesse a concordância do grupo.

⁴ Iconoclastas é um duo de Pablo Ares e Julia Risler em 2006. Eles desenvolvem projetos que combinam arte gráfica, oficinas criativas e pesquisa colaborativa. Todas as produções são transmitidas na web através de licenças Creative Commons, melhorando a livre circulação e utilização de derivativos.

nos diálogos, nas intervenções. Questionamos a dimensão do mapa, dos pictogramas e da necessidade de elaborarmos outros ícones para representar ainda outras situações da vida cotidiana.

Ficou muito claro que este era um caminhar novo, com um horizonte todo a ser conjuntamente construído. Trazíamos para o grupo conceitos de um mundo acadêmico que descobríamos juntos em uma prática que se fazia intercultural, transformadora e cheia de esperança. E isso me fez lembrar de Paulo Freire, um educador cujo pensamento foi basilar neste projeto, e sobre quem estive a partilhar um pouco com o grupo em alguns momentos do percurso.

Ao final daquela tarde, havíamos demarcado os locais principais onde a vida no território possui sua expressão comunitária; os locais que se relacionam ao saber-fazer dos artefatos em palha, objetos de nosso trabalho, ponto de partida para falar sobre o patrimônio cultural local. O território ficou inicialmente cartografado. Decidimos revisar o mapa em outro momento e em seguida encaminha-lo para um processo de moldagem ao meio digital para que o pudéssemos utilizar em diversas situações dentro e fora do nosso Museu-Oficina.

ATIVIDADE 03

TÍTULO: Produção de Paneiro/Cofó – Mestra Local, Dona Odete

OBJETIVO: Partilhar os conhecimentos sobre o saber-fazer do paneiro/cofo com os integrantes do grupo.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: INVENTÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/07/2016

CARGA HORÁRIA: 2h30m



Dona Odete em exercício. Fonte: Arquivo Pessoal, 2016.

Tendo optado por alternarmos, no processo de Educação Patrimonial, entre atividades teóricas e práticas, no dia dezessete de julho de 2016, tínhamos programado uma oficina com uma mestra local. Conhecida na comunidade como dona Odete, senhora de 65 anos, a única pessoa que produz cestos utilizados na pesca do camarão, e que é comercializado. Portanto, uma referência local na confecção de cestos conhecidos como paneiro, e por vezes referidos pela comunidade com o nome comum em que enquadram todos os cestos, cofo.

Dona Odete aceitou a proposta de partilhar o seu saber-fazer o paneiro com o nosso grupo, como forma de juntos entendermos com se dá o manuseio da palha, que no caso do paneiro trata-se da palha do coqueiro. Durante a oficina, foi possível perceber as relações que se estabelecem a partir desse artefato, como se inserem na comunidade, seu caráter cultural, ancestral, os usos e características intrínsecas.

Chegando no horário marcado com o material necessário para executar a oficina, algumas palhas de coqueiro, Dona Odete se pôs a partilhar, com a singularidade que lhe é peculiar, o saber-fazer paneiro.

A mestre iniciou o processo de tessitura demonstrando uma prática precisa, agilidade e destreza no fazer. Foi realizando cada etapa e demonstrando de forma muito ágil os diferentes tipos de trançados que compõem o cesto. Ao concluir, pronto o artefato, passamos para o exercício dialógico; o mestre Louro se tornou aprendiz e os dois partilharam uma troca de saberes. Ele que detém e exerce o saber-fazer do Uru esteve a aprender com ela sobre as particularidades de outras formas de trançar a palha. Estávamos ali no início de um promissor processo de partilha que se disseminaria entre todo o grupo.



Da esquerda para a direita: Dona Odete conduzindo Oficina; Sr. Louro exercitando a aprendizagem sob os ensinamentos da mestra Odete. Fonte: Arquivo Pessoal, 2016.

ATIVIDADE 04

TÍTULO: Construção do Inventário – O Território e o Lugar

OBJETIVO: Dar continuidade ao mapeamento do território com ênfase nos aspectos históricos e culturais do lugar.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: INVENTÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/07/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Nesta Oficina, estávamos em número de seis: Quinquim (Francisco das Chagas Brito de Oliveira), Sr. Louro (Francisco das Chagas Carvalho), Dona Odete Costa, Simone Leite, Claudiana Costa e eu (Samira Amara).

Realizamos um trabalho de escuta e recolha; usamos a história oral, percebendo os lugares de fala de cada participante.

Nos valem do Manual de Educação Patrimonial: Inventários Participativos, disponibilizado on-line e gratuito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); tomamos por base as fichas sobre Território e Lugar para iniciarmos as discussões sobre o território de Canárias naquela tarde.

Seguindo as etapas de catalogação colocadas pelo Manual fomos listando, relacionando e percebendo a dinâmica do território.

Definimos questões como localização, a partir das referências com significação para o grupo, e ainda descrevemos a paisagem demarcando os locais mais representativos em seus elementos culturais e naturais conforme as relações estabelecidas no cotidiano local.

Especificamente com relação ao lugar onde a comunidade está situada como um dos cinco grupos existentes na ilha identificamos o nome mais comum do lugar conforme o que a população reconhece como tal. O que de forma característica segue a nomenclatura usual no Estado do Maranhão, ou seja, definiram por Povoado Canárias.

Descrevemos ainda o que é o lugar, onde se localiza, seus períodos importantes. E falamos sobre sua história ficando notório que ela se perde no tempo, sem registros. No aspecto dos significados e funções do lugar retomamos brevemente a proposta do mapa e o que nele tínhamos definido na primeira oficina como locais significativo para todos e suas razões. Listamos as principais pessoas envolvidas com o lugar com ênfase nas que diretamente se relacionam a saberes relativos ao trabalho com a palha. Na categoria materiais, listamos os mais representativos no uso local, as técnicas, e as principais atividades desenvolvidas pela população. Pensamos juntos sobre as questões referentes a conservação do lugar, onde se observou problemáticas relativas ao lixo, ao desmatamento, a erosão. E por fim fizemos uma avaliação breve sobre a situação atual e os meios pelos quais será possível manter o lugar como uma referência cultural.

ATIVIDADE 05

TÍTULO: Construção do Inventário – O Saber-fazer

OBJETIVO: Perceber práticas, materiais, métodos, e técnicas usadas na confecção do Uru.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: INVENTÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: 30/07/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Nesta oficina, estivemos a trabalhar em uma perspectiva teórico-prática. Optamos por estabelecer uma relação entre os relatos das entrevistas realizadas, nomeadamente no que refere ao saber-fazer dos artefatos em palha, com outros relatos partilhados na oficina.

O uso da publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos - Manual de Aplicação, do Iphan, nos permitiu conversar sobre as características do saber, sua localização e significados, etapas, materiais e técnica.

Guiados (as) pelo Sr. Francisco das Chagas Carvalho, o mestre Louro, entendemos alguns tipos de trançados em palha característicos de Canárias. Tipologias que poderíamos utilizar nos processos de ressignificação dos artefatos.

Cada participante trouxe, conforme tínhamos acordado em oficina anterior, alguns materiais locais para uma análise inicial de suas possibilidades para ações futuras: palhas, sementes, escamas de peixe, linhas, instrumentos de pesca como agulhas e amostras de rede. Tecemos a palha, tecemos inventário e ideias para um futuro próximo.

Tivemos nesta oficina um ingrediente surpreendente, mas de certo modo previsto, por seguirmos uma proposta dos Iconoclastas, exposta em seu Manual de Mapeo Coletivo, que propunha “Mesas em el espacio público/Mapeo ao paso”, ou seja tivemos a grata participação de pessoas que passavam e pararam para interagir conosco.



Mapeamento do Saber-fazer. Da esquerda para direita: a pesquisadora Samira Amara exercitando o saber partilhado pelo mestre Louro sob sua supervisão e o olhar de uma transeunte, Odilene; o grupo partilhando o saber; e os materiais em uso. Fotos: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

Não chegamos a dispor nossa mesa na praça, literalmente como propõem os Iconoclastas, porém ao coloca-la na varanda de minha casa, onde há apenas meio muro (uma mureta) permitimos aos transeuntes visualizarem o que ocorria, o nosso portão estava sempre aberto, nos mostrávamos abertos ao diálogo.

Portanto a interação ocorreu de forma natural. Algumas pessoas que passavam, entraram e interagiram conosco. De modo que “incorporamos también las voces de los vecinos” (Iconoclastas, 2013 p. 21, grifo nosso). Esse fato se justifica também porque nossos recursos estimulavam a participação, a medida que utilizamos o exercício do trabalho com os trançados em palha sob os ensinamentos do mestre Louro. Com isso percebíamos que as oficinas se tornavam ferramentas eficazes para a prática da partilha, colaboração, interação e diálogo.

A partir dessa oficina, deixamos de contar com as presenças de dois integrantes, o mestre Marconde e a mestra Odete. Começamos a aprender a lidar com as perdas, aprender com a realidade, que nos impulsionou a em buscar novos integrantes, com saberes diversificados, possibilitar a ampliação do processo de ressignificação. O que se tornou um ganho ao projeto; assim avançamos sempre construindo, transformando tudo em oportunidade de aprendizagem.



O grupo analisando o território e o lugar. Foto: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.



Mapeamento do Saber-fazer. Foto: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 06

TÍTULO: Produção de Uru – Mestre Local, Sr. Francisco/Louro

OBJETIVO: Partilhar os conhecimentos sobre o Uru e saberes relacionados com os integrantes do grupo

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: INVENTÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: 07/08/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Nesta oficina, estiveram presentes novos participantes, duas grandes mestras que passaram a integrar, assiduamente, o grupo, a partir daquele dia: Maria da Salette Souza Nascimento, a Salette, 40 anos, a mais requisitada costureira da comunidade, hábil na confecção de velas para as embarcações, e nas costuras em geral no dia-a-dia local, uma mulher forte e determinada; e Filomena Souza Silva, a Filó, 52 anos, uma atenta senhora e com conhecimentos em crochê, dedicada, sempre pronta aos desafios que lançamos. Juntas, trouxeram novo vigor ao grupo, uma dinâmica de trabalho ainda mais colaborativa e intensa.

Como tínhamos novas integrantes, pedi ao grupo que partilhasse os nossos objetivos, explicando sobre as relações que buscamos estabelecer com o patrimônio local; a partir de então, as pessoas formam se inserindo, o grupo as recebeu, o que foi feito de modo rápido, ao longo mesmo dos encontros seguintes.

Após esse momento inicial o Sr Louro esteve a iniciar sua partilha do saber, fomos sendo orientados (as) por ele na construção do conhecimento sobre o Uru.

O Sr. esteve a explicar a técnica desde as etapas iniciais de confecção do cesto, o modo do trançado, bem como suas expressões corporais durante o processo.



Da esquerda para a direita: Mestre Louro acompanhando o exercício do grupo; Mestre Louro partilhando o modo de tessitura do Uru; Quinquim praticando o saber-fazer Uru. Foto: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

Tentamos de algum modo exercitar o que ele propunha, mas percebemos que não se trata de um processo simples, mas requer agilidade, precisão, força e firmeza na execução dos movimentos. A aspereza da palha pode ocasionar calosidades nas mãos e o pó se instala em nossa pele e deixa liso o assoalho onde se trabalha.

Houve uma experiência rica em partilha, vivenciamos interação, possibilidades de transmissão do saber-fazer do Uru. Vimos o artefato saindo da invisibilidade e a ganhar diante de nós seu lugar de bem cultural. Cada integrante tinha algo a partilhar sobre suas relações com o objeto como um bem utilitário de uso cotidiano.

Voltamos, nesta oficina, a ter a presença e participação de transeuntes que interagiram com o grupo.

De ofício eminentemente masculino, o saber-fazer Uru, passou à partilha com mulheres, o que diz muito sobre as relações de gênero no seio da comunidade. Sobre não haver resistência nesta inusitada partilha.



Da esquerda para direita: mestre Louro partilhando o saber; as mulheres exercitando a pratica do Uru.
Foto: Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 07

TÍTULO: Implantação do Museu-Oficina

OBJETIVO: Analisar conjuntamente o espaço escolhido para a implantação do Museu-Oficina.

TIPO DE ATIVIDADE: ANÁLISE DO ESPAÇO

EIXO: SALVAGUARDA

DATA DA REALIZAÇÃO: 07/08/2016

CARGA HORÁRIA: 30 min

Nesta ação estivemos conjuntamente analisando o espaço no qual pretendíamos que viesse a funcionar nosso Museu-Oficina. Trata-se do único lugar na Ilha que minimamente possuía as características que precisávamos: localização, disponibilidade para aluguel, estrutura.

Na mesma tarde da oficina, ministrada por mestre Louro, dedicamos um tempo anterior a partilha de nossas impressões sobre o lugar, para então decidirmos juntos sobre a locação do espaço, que foi aprovação de forma unânime; partimos para “fechar negócio”, alugar o espaço com o proprietário. Todos se comprometeram de, em conjunto, reformar o lugar para que pudéssemos dar início a etapas subsequentes do projeto e concretizar a instalação do nosso Museu-Oficina.



Análise do espaço para implantação do Museu-Oficina. Da esquerda para direita: a fachada; Sr. Louro fazendo reconhecimento; vista interior.
Fotos: Arquivo pessoal. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 08

TÍTULO: Visita a um Caso de Sucesso – Associação Trançados da Ilha

OBJETIVO: Conhecer boas práticas de valorização de patrimônios locais em funcionamento no entorno

TIPO DE ATIVIDADE: VISITA DE RECONHECIMENTO

EIXO: SALVAGUARDA

DATA DA REALIZAÇÃO: 12/08/2016

CARGA HORÁRIA: 2h

Uma das ações que havíamos programado desde o início era realizar uma visita a um trabalho artesanal desenvolvido em grupo que fosse exemplo de sucesso no entorno do território de Canárias. Desejávamos perceber as particularidades de um trabalho semelhante ao que projetávamos construir. Escolhemos a Associação dos Trançados da Ilha, devido a expressividade do trabalho que desenvolvem com a palha da carnaúba, e por ser uma das mais representativas associações da região. Também se deve esta escolha ao fato do grupo estar localizado na Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, possui grande proximidade a Canárias, portanto de melhor acesso ao grupo que precisaria sair da Ilha e seguir até a sede da associação.

Tudo organizado, seguimos para o local e fomos muito bem recepcionados (as) por uma das fundadoras do projeto a Sr^a Serrate Nascimento Souza e por sua filha, Francisca Nascimento Souza. Ambas nos explicaram como se desenvolveu o trabalho desde os primórdios do grupo, suas lutas, enfrentamentos, parcerias, apoios, resistências e conquistas. Mostraram-nos alguns processos em curso, encomendas específicas, trabalhos de tingimentos, falaram sobre técnicas, e nos deram a ver a diversidade de sua produção. Comentaram sobre a atuação dos membros, alguns valores que guardam, os desafios constantes, e as vitórias.

Logo nos explicaram brevemente como o trabalho é atualmente desenvolvido e chegaram, dada a curiosidade e avidez do mestre Louro em aprender, a nos ensinar um tipo de trançado fazendo demonstrações da técnica e das possibilidades de usos.

Foi, portanto, uma visita frutífera, que fez o grupo vislumbrar a gama de possibilidades no trabalho com a palha, bem como no aspecto empreendedor existente no processo. Saímos animados e fortalecidos com um exemplo tão próximo e tão bem sucedido.



Visita de Reconhecimento. Da esquerda para a direita: o grupo em roda para ouvir os relatos das duas artesãs; Dona Serrate mostrando explicando sobre os processos de tingimento; O grupo interagindo com o lugar. Sr.

ATIVIDADE 09

TÍTULO: Curso para Aperfeiçoamento no trabalho com palha – SENAR/MA

OBJETIVO: Aperfeiçoar o manuseio da palha, iniciar processos de tingimento, re-significar o objeto inventariado, aprender outros fazeres com a palha.

TIPO DE ATIVIDADE: CURSO

EIXO: INVENTÁRIO E SALVAGUARDA

DATA DA REALIZAÇÃO: 17 a 20/08/2016

CARGA HORÁRIA: 36h

Nesses dias, participamos de um Curso de quatro dias, ministrado por uma artesã do Programa de Promoção Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o SENAR, da Regional do Maranhão.

Antes mesmo do Curso ser realizado estive a conversar com a ministrante, a Senhora Antônia Rodrigues, explicando sobre a proposta do nosso projeto, enviando imagens do Uru e bem como outras imagens referentes ao que desejávamos realizar no processo de ressignificação do artefato.

A Sr^a Antônia Rodrigues firmou o compromisso com a proposta e desenvolveu o curso com uma abordagem colaborativa, uma experiência rica, com muitas trocas e novos conhecimentos.

Este foi, portanto, o primeiro evento de um processo de ressignificação do artefato que se iniciava; desenvolvemos vários produtos tendo como matéria-prima a palha da carnaúba, foram bolsas, carteiras, jogos americanos, chinelos, pulseiras, *sousplat*, descanso de panela.

Realizamos, ainda, processo de tingimento tanto com corantes artificiais quanto os naturais disponíveis na Ilha. A partir de então foi possível visualizar de forma mais clara um horizonte de possibilidades que se descortinava diante do grupo.

Ficou evidente que a metodologia do SENAR, com base no método de Paulo Freire, fez a diferença, contribuindo para manter o grupo engajado, esperançoso, deslumbrado, motivado e acreditando ainda mais no futuro que desejamos construir juntos.



Da esquerda para a direita: Salete costurando um jogo americano; Sr. Louro produzindo uma bolsa a base do Uru; o grupo tecendo.



Figura 01 – Raspas de mangue para pigmentação natural da palha. Figura 02 – Salete com as experimentações com pigmentação natural e artificial. Canárias, Arquivo Pessoal, 2016.



Momentos do curso: Bolsas feitas a partir do Uru; Carteira; Sr. Louro e Samira com objetos diversos produzidos durante o curso. Fotos: Arquivo Pessoal e Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 10

TÍTULO: Inventário e Salvaguarda – Conceitos e Práticas

OBJETIVO: Avaliar etapa inicial e programar segunda etapa do Projeto a partir da retomada dos conceitos de Inventário e Salvaguarda.

TIPO DE ATIVIDADE: RODA DE CONVERSA

EIXO: INVENTÁRIO E SALVAGUARDA

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/09/2016

CARGA HORÁRIA: 2h30h

Esta Roda de Conversa foi uma atividade realizada em dois momentos: avaliação e reprogramação de atividades do projeto. Nos reunimos para analisar o processo, revendo as vivências do primeiro bimestre de atividades. Relembramos a proposta do projeto referente ao Patrimônio Cultural, revisitamos a cartografia que vínhamos desenvolvendo, analisamos o processo de ressignificação do trabalho com a palha, iniciado com o curso ministrado em parceria com o SENAR/MA. Falamos sobre o modo como passamos a valorizar o patrimônio cultural e sobre nossas impressões na visita a Associação Trançados da Ilha, em 12 de agosto de 2016.

Observamos ainda que algumas das pessoas-referência que estiveram conosco no início do projeto já não estavam mais, caso da senhora Maria Odete Nascimento Costa, 67 anos, a artesã que detém o saber-fazer relativo a confecção do paneiro, o outro tipo de cesto em palha utilizado pela comunidade; além dela o senhor Marcondes Rocha Damasceno, 60 anos, um dos mestres do saber-fazer associado a produção do Uru. Entretanto observamos que outras tantas passaram a compor o grupo tornando-o forte, colaborativo e interconectado através mesmo de saberes e atuações que se complementaram. Caso da Maria da Salete Souza Nascimento, 40 anos, aquela que se tornou pessoa fundamental no grupo devido seus conhecimentos sobre costura, e por sua postura sempre firme e proativa; também dona Filomena Souza Silva, 52 anos, uma pessoa por demais dedica e que também é fundamental no grupo com seus conhecimentos sobre crochê que foram agregados aos trabalhos com a palha; a Raimunda Andreia Cardoso Santos, 34 anos, pessoa muito habilidosa com a palha com conhecimentos em alguns tipos de trançados que aprendera com seu pai; a Simone de Oliveira Leite, 20 anos, uma jovem que se dispôs a vivenciar conosco esse processo, aceitando os diversos desafios a que o grupo se lançava, logo aprendeu a manusear a palha a partir de nossas oficinas; e a Maria das Graças Reis da Silva, 33 anos, que trazia consigo alguns saberes com uso da palha de conotação mais delicada, herdados da avó e da mãe. Gracinha como é chamada é a única pessoa na comunidade a confeccionar bolsas femininas em palha, além de outros objetos muito delicados. Seus conhecimentos também somaram muito para o avanço do processo de ressignificação do artesanato.

Aproveitamos para falar sobre o que tínhamos aprendido de Paulo Freire no que tange aos nossos saberes no grupo, como cada saber é de grande significação no processo que propomos. Chegamos a explicar brevemente quem foi Paulo Freire e como seu pensamento revolucionou a educação e o modo de ver os saberes, o que nos permitiu reforçar a denominação que adotamos para nos referir às pessoas do grupo, ou seja, como pessoas-referência, pois são eles e elas que detém o saber relativo à cultura na Ilha, a cultura ligada à pesca artesanal, à cultura ribeirinha, praia e deltaica.

Revisitamos ainda o conceito de Inventário Participativo, lembrando sua função e utilidades para garantir a solidez do projeto. Aproveitamos para reforçar a importância do Uru enquanto artefato de pesca, o que o torna por sua significação um bem cultural e uma referência no âmbito da cultura deltaica, devido mesmo seus usos e funções dentro da comunidade.

Após as análises e considerações de cada um sobre as experiências nesses dois primeiros meses de execução do Plano de Educação Patrimonial, passamos a programar, conjuntamente, a etapa seguinte, com a proposta de mais um bimestre.

Programamos a organização do espaço onde funcionaria o Museu-Oficina, definimos questões sobre a continuidade do processo de ressignificação, pensamos em alternativas para a obtenção de recursos para o projeto, e um brechó foi programado como um meio viável e promissor, falamos sobre nossa participação na Primavera dos Museus, um evento do IBRAM, do qual íamos participar com uma oficina de pintura em palha, ministrada por um artista da região. Apresentamos ao grupo a idéia de estabelecer parceria com profissionais diversos que viriam contribuir com o projeto.

Buscamos também dá início a um processo de definição para o nome do projeto, conversamos sobre o binômio Museu-Oficina e sua conceituação conforme tínhamos pensado no início, e deixamos o grupo refletir e ir decidindo o que mais lhe aprouvesse, pois em momento anterior tínhamos solicitado que cada um propusesse um título, porém apenas uma pessoa havia expressado uma proposta, portanto resolvemos deixá-los decidir.

Voltamos a tratar sobre a data e horário para realização das oficinas, pois queríamos por em análise se todos consideravam que tivemos um bom funcionamento no horário que havia sido acordado inicialmente, e assim definir se mantínhamos ou modificávamos. Até porque novas pessoas se juntaram ao grupo.

Ao final exibimos um vídeo que demonstrava um caso de sucesso no trabalho artesanal com a palha, referente a um grupo de artesãs de um município do Estado do Paraná. Tencionávamos, com isso, uma forma de motivar o trabalho do grupo através da percepção das lutas, e vitórias em um exemplo exitoso.

E assim concluímos esta primeira etapa, um ciclo de trabalho, tal como havíamos programado desde o início.



O grupo analisando junto os resultados da primeira fase. Foto: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

Bimestre 2

ATIVIDADE 11

TÍTULO: Organização do espaço Museu-Oficina

OBJETIVO: Reforma do espaço onde o Museu-Oficina viria a funcionar

TIPO DE ATIVIDADE: TRABALHO EM GRUPO

EIXO: SALVAGUARDA (Museu)

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/09/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Após decidirmos juntos pelo local onde o Museu-Oficina funcionaria marcamos para este dezesete de setembro a reforma do espaço. Todos estiveram presentes e desenvolvemos um trabalho de equipe para deixar o pequeno prédio o melhor possível para que pudéssemos nos transferir para lá.

Reformamos todo o espaço, refizemos a estrutura interna das paredes, limpamos, pintamos, consertamos portas e janelas, e aos poucos fomos vendo o Museu-Oficina ganhar vida.

Foi um momento de muita interação. Estávamos juntos dando forma aos objetivos a que nos propúnhamos. Além disso recebemos também a ajuda de pessoas da comunidade.



Reforma do espaço destinado ao funcionamento do Museu-Oficina, Canárias. Fotos: Alexandre Aureliano, 2016.

ATIVIDADE 12

TÍTULO: Reciclagem com Uso da Palha para Confecção de Puffs – SENAR-MA

OBJETIVO: Reaproveitar materiais descartados para criação de banquetas (puffs) para uso no espaço do Museu

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA RECICLAGEM Etapa I e II

EIXO: SALVAGUARDA (Ressignificação)

DATA DA REALIZAÇÃO: 17, 18, 23/09/2016

CARGA HORÁRIA: 10h

Havíamos decidido que, a partir dos exercícios de aprendizagem de trançados com a palha, principalmente partilhados na oficina sobre o saber-fazer, iríamos estruturar processos de resignificação como caminho para uma salvaguarda, onde a economia criativa seria fundamental. Assim foi que cumprindo o programado estive ministrando, através da parceria com o SENAR-MA esta oficina que foi financiada por esse órgão, atividade cujos recursos foram destinados as despesas correntes com o projeto.

A proposta da oficina era trabalhar uma relação entre a reciclagem com o uso da palha. Propor um olhar sobre os descartes tão comuns no ambiente da ilha, os quais vão tornando-se lixo e deixando poluído o lugar. Assim a oficina consistiu, basicamente, em fomenta a produção de *puffs* feitos com garrafas plásticas como suporte, tendo os trançados em palha como acabamento e cobertura do estofado.

Tais *puffs* seriam úteis para uso no espaço do Museu, pois não dispúnhamos até o momento de assentos. Trabalhamos noite a dentro em um processo alegre e repleto de interação.

A experiência de fazê-los foi bastante participada, embora eu estivesse a frente do processo todos deram sugestões que fomos analisando juntos e executando a medida que considerávamos viável. Fizemos experimentos que foram sendo testados posteriormente com o uso dos *puffs* no dia-a-dia do Museu-Oficina.

O uso dos puffs no Museu-Oficina chamou a atenção das pessoas que o frequentavam e logo começamos a receber encomendas para comercialização.



ATIVIDADE 13

TÍTULO: Exercícios de Pintura sobre palha - Daniel Mendes (artista plástico)

OBJETIVO: Desenvolver conhecimentos sobre as possibilidades da pintura em palha com uso de pigmentos naturais e a criação de imagens referenciais com vistas a contribuir com o Plano de Salvaguarda

TIPO DE ATIVIDADE: EVENTO IBRAM: 10ª Primavera dos Museus (OFICINA)

EIXO: INVENTÁRIO E SALVAGUARDA (Arte)

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/09/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Esta oficina fez parte do evento anual promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a 10ª Primavera dos Museus, teve como tema, neste ano, Museus, Memórias e Economia da Cultura. Um tema com forte relação com o que estávamos a desenvolver no nosso Museu-Oficina. Assim resolvemos nos inscrever no evento com uma oficina e para tanto convidamos o artista plástico parnaibano Daniel Mendes para partilhar conosco um pouco da sua experiência com o uso de pigmentos naturais. A proposta era aproveitar os conhecimentos do artista relativo ao uso de pigmentos naturais para produzirmos pintura sobre palha, objetivando a criação de imagens referenciais do território de Canárias.

A oficina pretendia estabelecer uma relação entre o artesanato e a arte de forma a ampliar horizontes por meio de novos usos e possibilidades. Eu havia, com antecedência, informado ao Daniel sobre o projeto, nossos objetivos, e o que tencionávamos com essa oficina. Portanto passamos a definir juntos a temática, a didática, e o modo como pretendíamos leva-los a criar as imagens referenciais como forma de valorização da cultura local.

Pequenas telas em palha já estavam previamente prontas de modo que a oficina transcorreu, basicamente, na prática de exercícios pictóricos. Muitas imagens foram surgindo na pintura. Produzimos esboços em papel, desenhos, imagens de símbolos locais como a carnaúba, o caju, o manguê, os peixes, os guarás, embarcações.

A atividade foi em certa medida lúdica, cada um foi exercitando e criando a partir de suas próprias memórias, agora em transcrição para a palha.

Nesse processo descobrimos talentos como o caso do Quinquim, Francisco das Chagas Brito de Oliveira, que demonstrou uma grande habilidade com o desenho, possuindo um olhar apurado sobre as embarcações locais e os peixes. Posteriormente utilizarmos seus desenhos para criar a identidade visual do Museu-Oficina.



Da esquerda para a direita: o grupo sob a orientação do Daniel Mendes; Simone e Filomena, duas gerações pintando; algumas pinturas.
Canárias, Arquivo pessoal, 2016.

ATIVIDADE 14

TÍTULO: Brechó – Roupas e Objetos

OBJETIVO: Vender objetos doados para angariar recursos para as ações do projeto

TIPO DE ATIVIDADE: BRECHÓ

EIXO: SALVAGUARDA (Economia)

DATA DA REALIZAÇÃO: 16/10/2016

CARGA HORÁRIA: 6h

Devido o fato do projeto não possuir fomento, não havendo também bolsa para sua execução, e diante na necessidade de recursos para avançar com os objetivos, decidimos realizar um brechó. E este tornou-se um evento interessante, pois todos estiveram mais uma vez envolvidos e desenvolvendo atitudes empoderadoras. As mulheres estiveram envolvidas solicitando doações, e organizando o evento; os homens ajudaram com os anúncios e com as vendas.

Foi um evento em si festivo. Muitas pessoas da comunidade participaram através das compras dos produtos que dispúnhamos. E fizemos boas vendas a tal ponto que isso nos possibilitou finalizar o ano com recursos próprios em caixa.



Brechó. Canárias. Fotos: Alexandre Aureliano. 2016.

ATIVIDADE 15

TÍTULO: Inventário e Salvaguarda: reflexões sobre o processo (avaliação)

OBJETIVO: Avaliar as ações realizadas e programar novas ações para dar continuidade ao processo.

TIPO DE ATIVIDADE: RODA DE CONVERSA

EIXO: INVENTÁRIO E SALVAGUARDA

DATA DA REALIZAÇÃO: 23/10/2016

CARGA HORÁRIA: 2:30h

Iniciamos esta oficina revisando o conceito de Patrimônio Cultural e Museologia, tratamos ainda sobre as questões referentes a memória, identidade e a relação das pessoas com o território e o pensar, com Varine, o patrimônio como “um recurso para o desenvolvimento”. O que no nosso caso estava diretamente associado a questões de preservação e promoção do patrimônio cultural relacionado a palha, e dos processos de economia da criativa que objetivávamos desenvolver no Museu-Oficina.

Revisamos ainda a proposta do Inventário Participativo que estávamos realizando. Reafirmamos o conceito e os objetivos para um processo experimental de inventariar os cestos em palha. Tratamos sobre o Plano de Salvaguarda os modos como continuaríamos a desenvolvê-lo a partir do trabalho que já vínhamos executando na relação saber-fazer_arte_design, e os modos como passaríamos a conduzir o processo de economia da cultura a partir de então.

Relembramos nosso conceito próprio de Pessoas-Referência usado para nos referir a cada um dos componentes do grupo enquanto pessoas que detém o saber-fazer no âmbito da comunidade e do Museu-Oficina. Reforçando a consciência de saber o que cada um representa, o que faz e o que objetivamos juntos construir com nossas ações no museu.

Voltamos a tratar sobre o nome para o museu, pois aquela época não tínhamos ainda definição fechada. Chegando a pensarmos em Oficina-Museu e só com o tempo decidiu-se trocar a ordem das palavras, visto que deste modo comportaria melhor a proposta que estávamos a desenvolver e a que projetávamos para o futuro.

Avaliamos o trabalho desenvolvido até aquele momento: as oficinas, o curso, a organização do espaço. E pudemos constatar que havia sido feito um belo trabalho em equipe, amplamente participado, colaborado, e por isso mesmo tornava-se eficaz em atingir os objetivos.

Decidimos sobre propostas externas que recebemos, e sobre questões internas. Realizamos ainda a programação das atividades futuras que desejávamos executar como continuidade do projeto. Como, por exemplo, uma parceria com o SEBRAE para realização de oficinas na área de gestão e outras, objetivando desenvolver habilidades gerenciais para suporte no processo de economia da criativa.

Também consideramos as atividades de continuidade ao processo de ressignificação através do design, bem como as questões referentes propriamente ao museu e sua atuação na comunidade.

Houve problemas com a câmera e este momento não ficou registrado em imagens, tendo apenas as anotações e os *slides* utilizados na ocasião.

ATIVIDADE 16

TÍTULO: CONSULTORIA SEBRAE: Acabamentos em Palha

OBJETIVO: Desenvolver habilidade com acabamentos diversos em palha para aprimorar o processo de ressignificação

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: SALVAGUARDA (Ressignificação)

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/10/2016

CARGA HORÁRIA: 4h

Esta oficina foi realizada através da parceria com o SEBRAE-PI. O objetivo era que pudéssemos desenvolver outras habilidades necessárias, com uso da palha, para dar suporte aos processos que viriam em sequência relacionados ao design, pois iriam requerer um aprimoramento no uso de detalhes nas formas e funções com as quais íamos trabalhar objetivando a comercialização das peças produzidas.

O SEBRAE esteve disponibilizando uma artesã com ampla habilidade em trançados em palha, dona Serrate Nascimento Souza, da Associação Traçados da Ilha, a mesma senhora que lá havia nos recebido quando realizamos no início o processo a vista de reconhecimento de um caso de sucesso. Este fato foi para o grupo um incentivo a mais na motivação pelas aprendizagens partilhadas aquele dia.

A artesã ficou conosco aquela manhã e nos ensinou alguns trançados, chegou ainda a experimentar a transformação do Uru em bolsa, sem muito sucesso. E incentivou o grupo a manter o caráter artesanal das peças, enfatizando a importância de uma produção feita por meio de padrões artesanais, sem uso de processos e materiais industriais, com a preocupação de não perder sua característica classificação como produto artesanal, conforme ela própria havia aprendido em cursos com o SEBRAE.

Este momento foi, portanto de trocas de saberes, pois a ministrante também teve curiosidade em saber sobre o que produzíamos a exemplos dos puffs e alguns outros trabalhos criados durante o curso com o SENAR-MA.



O grupo adquirindo outros saberes. Canárias. Arquivo pessoal. 2016.

Bimestre 3

ATIVIDADE 17

TÍTULO: Processo de Ressignificação – Design Colaborado

OBJETIVO: Trabalhar uma proposta de design colaborado para implementar um aspecto do processo de resignificação do Uru com vistas ao desenvolvimento do processo de economia criativa.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA EIXO: SALVAGUARDA (Ressignificação)

DATA DA REALIZAÇÃO: 03, 04 e 05/11/2016 CARGA HORÁRIA: 14h

Nesta oficina contamos com a presença de uma profissional da área de design de moda, objetivando, especificamente, um trabalho de resignificação do Uru.

Para garantir um trabalho respeitoso para com o patrimônio e as pessoas nos asseguramos de manter o mais possível um contato aproximado com a designer escolhida a fim de informá-la sobre os princípios do nosso projeto e os critérios que temos como valor. Um entendimento sobre o que pretendíamos com as oficinas. Portanto eu e a professora Lorena Querol tivemos o cuidado de levá-la até Canárias antes mesmo do início da implantação do projeto para que pudesse perceber o território, conhecer algumas das pessoas com as quais tencionávamos trabalhar e conhecer a produção local referente, principalmente, aos cestos em palha. Organizamos na ocasião, no dia 16 de abril de 2016, uma breve roda de conversa para que os diálogos fluíssem entre os artesãos e a designer. Além disso resolvi montar um caderno que nomeei de Estudo para Processo de Ressignificação através do Design Colaborado, continha um resumo sobre os objetivos do projeto, e diversas informações sobre o uru com imagens, ilustrações, amostras do material utilizado para a confecção do cesto. O caderno foi enviado para que pudessem melhor entender a proposta e refletir sobre possibilidades.

A designer foi Gizela Falcão que veio acompanhada de três alunos, pois ela é professora no curso de graduação em design de moda, na UFPI. Cada aluno veio designado a trabalhar com um aspecto da produção: design dos produtos, corte e costura, e criação de acessórios. Respectivamente Clodoaldo Lima de Sousa, Fabíola Teles de Almeida, Andressa Maria dos Santos Lima.

A oficina foi um processo intenso devido a necessidade de aproveitamento do tempo. Novos materiais foram inseridos como o plástico (que dias depois ao avaliarmos o processo o grupo resolveu que não era um material condizente com nossa proposta de caráter sustentável e primamos por deixar de utilizá-lo) e tecidos diferentes do que já utilizávamos. Assim transitamos em uma linha entre o artesanal e o industrial. O grupo do MOC aprendeu sobre o cuidado com a qualidade dos produtos, o uso de moldes e alguns dos aspectos do mundo da moda que nos eram distantes até então. Foram criadas algumas bolsas e bijuterias. E com as questões vivenciadas podemos perceber e definir mais claramente como desejávamos caminhar.

ATIVIDADE 18

TÍTULO: CONSULTORIA SEBRAE: Empreendedorismo

OBJETIVO: Compartilhar conceitos de empreendedorismo que possibilitem potencializar a sustentabilidade do saber-fazer e do Museu-Oficina

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: SALVAGUARDA (Economia Criativa)

DATA DA REALIZAÇÃO: 13/11/2016

CARGA HORÁRIA: 4h

Empreender, estar motivado, desenvolver algumas habilidades psicológicas foram os temas principais tratados pelo consultor do SEBRAE-PI nesta oficina. A motivação e pro-atividade foram enfatizadas como necessários para um trabalho como o que estamos desenvolvendo. Os modos eficazes de trabalho em grupo também foram bastante destacados.

O consultor além de desenvolver temas fundamentou conceitos e os desenvolveu com uma linguagem acessível a todos. Fez uso de uma metodologia muito utilizada pelo SEBRAE de modo geral com um conteúdo expositivo com uso de projeções diversas. Foi, portanto, uma manhã bastante intensa devido mesmo a quantidade de informações que foram transmitidas.

Nesta oficina tivemos ainda a presença e participação da professora Lorena Sancho Querol que nos acompanhou e contribuiu com seus sempre enriquecedores comentários e partilhas e ainda com exercícios em roda que despertavam aspectos referentes a partilhas e unidade do grupo.



Grupo do MOC em oficina. Fotos: Alexandre Aureliano e Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 19

TÍTULO: Princípios e Critérios de atuação de um Museu de Comunidade: Definindo Linhas de Atuação para o MOC – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Lisboa (CES)

OBJETIVO: Fomentar a definição de linhas de atuação do Museu-Oficina com base nos princípios da participação, da sustentabilidade e do respeito pela comunidade e sua envolvente.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: SALVAGUARDA (Museu)

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/11/2016

CARGA HORÁRIA: 2h

Esta oficina foi ministrada pela museóloga, professora convidada da UFPI, e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), Lorena Sancho Querol, minha co-orientadora.. Nesta data tendo vindo ao Piauí especificamente para acompanhar os trabalhos que co-orienta em nosso Mestrado, e o nosso como um deles, consideramos de extrema relevância realizarmos uma oficina conduzida por ela. Um grande presente para nósdo MOC!

O grupo todo estava animado para isso, já havia algum tempo que esperavam a vinda da professora, pois mesmo tão distante no espaço ela sempre acompanhou de perto todo o processo e o grupo recebia de mim os relatos sobre as idéias que ela nos lançava. Existia já um respeito e um carinho mútuo entre pessoas que só se conheciam através da minha mediação. E estávamos todos ansiosos por ouvi-la em nosso Museu-Oficina. Mesmo em uma data difícil para nos reunirmos, pois a ilha estava comemorando aniversário e isso significa uma festa de três dias onde todos estavam envolvidos, ainda assim, em uma manhã de segunda-feira, eles estavam lá para as partilhas com ela. E foi mesmo uma grande oficina!

A professora Lorena trabalhou em alguns momentos com dinâmicas em roda como forma de reforçar idéias e de modo muito acessível foi nos transmitindo valores caros a nossa prática no MOC. Ao longo da oficina ela optou por uma partilha muito aberta em uma conversa que tocou em temas como a valorização da cultura local; a importância do trabalho com um design colaborado que respeite a criatividade local; as questões referentes ao mercado e necessidade de primarmos por preços justos para nossos produtos; e ainda a importância de mantermos a unidade diante das adversidades que certamente iríamos enfrentar na caminhada. Acompanhamos o pensamento dela e pelas falas de todos ficou perceptível que concordavam com o que ela nos colocava. O grupo ficou ainda mais fortalecido e ao longo do tempo as falas delas eram citadas de modo recorrente como uma memória do caminho que tínhamos concordado em trilhar, a partir das definições e propostas que a museóloga nos apontou.

Após discorrer sobre essas questões mais relacionadas a conceitos, valores e critérios a professora passou a conversar sobre a denominação que escolhemos para o museu. Explicou sobre a relação entre as duas palavras que lhe dão nome, seus sentidos e significados em nosso contexto, Museu e Oficina. E então listou algumas proposições que tínhamos pensado para um acrônimo. Fazendo uso

de algumas cartolinas e canetas ela foi mostrando possibilidades e explicando relações e razões. Logo em seguida abriu um espaço de votação para decidirmos juntos por uma das opções. A maioria do grupo votou no acrônimo “MOC”, e para que se tivesse ainda um tempo maior de maturação da idéia decidiu-se deixar por uma semana as anotações no espaço do museu de modo a visualizarmos e refletir; e irmos para casa compartilhar com a família a idéia para assim termos uma decisão final.

Fechamos o encontro com uma bela roda, cheia de simbolismos e significações, e fomos para casa mais fortalecidos, esperançosos e conscientes em relação a realidade que estávamos construindo e os desafios que ela compreende.

Aquele foi um dos momentos mais singulares durante todo esse período de atividades de educação patrimonial. E foi a professora Lorena Sancho Querol a primeira museóloga a está conosco no MOC. Puro privilégio nosso! Atenta aos nossos desafios ela nos falou abertamente e de modo tão acessível a compreensão de todos. Nos orientando com tamanha propriedade sobre como caminhar em direção ao horizonte que almejavamos. A ela nossa imensa gratidão!



Lorena Querol em partilhas no MOC. Fotos: Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 20

TÍTULO: CONSULTORIA SEBRAE: Gestão e Formação de Preço

OBJETIVO: Possibilitar o contato inicial com elementos da gestão e economia para contribuir com os princípios do Museu-Oficina

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: SALVAGUARDA (Economia Criativa)

DATA DA REALIZAÇÃO: 26/11/2016

CARGA HORÁRIA: 4h

Essa foi uma oficina curiosa. Alguns conceitos nela trabalhados necessitaram relativização para a realidade das pessoas em Canárias. Ficou evidente que estava-se diante de uma cultura muito particular, de fortes raízes ancestrais. E foi interessante para mim porque na condição de participante pude perceber outras nuances da realidade local que ainda não haviam me ocorrido.

Partindo do alerta sobre a necessidade premente da população brasileira em gerir sua economia pessoal o consultor foi nos direcionando para a gestão da nossa produção artesanal no MOC. E se deteve ao final a estruturar um modelo de cálculo de preços para que pudéssemos avançar neste que era para nós um desafio frente a produção que já começávamos a implementar e comercializar. Entretanto os conceitos econômicos trabalhados estavam distantes das referências que o grupo detinha sobre o assunto. Finalizamos com o propósito de estudar de modo mais detalhado o tema.

ATIVIDADE 21

TÍTULO: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA: Confeção da Placa e Estruturação da Fachada do Museu com a participação de um artista plástico

OBJETIVO: Confeccionar, a partir de processos criativos em diálogo com a Arte, elementos de identificação do Museu-Oficina.

TIPO DE ATIVIDADE: OFICINA

EIXO: SALVAGUARDA (Arte)

DATA DA REALIZAÇÃO: 03 E 04/12/2016

CARGA HORÁRIA: 12h

Esta ação se destinava a trabalharmos a fachada do MOC, especificamente as placas de identificação do local. O artista plástico piauiense Daniel Mendes esteve conosco esta segunda vez fazendo a relação entre sua prática artística e nosso projeto. Desta vez não se tratou de uma oficina, mas de uma ação aberta, desenvolvida em dois dias. Dela participaram, principalmente os homens.

Fizemos um pequeno projeto gráfico inicial, porém a estruturação da proposta foi bastante orgânica. Percorremos a ilha em busca de uma madeira que pudesse ser utilizada para a confecção da placa e chegamos até uma oficina de embarcações. Então decidimos por trabalhar com o reaproveitamento de madeiras de antigas embarcações.

Fazendo uso das peças tal como encontramos, sem cortes ou ajustes, eu, Daniel Mendes, Senhor Francisco Carvalho, o Louro, e senhor Francisco Brito, o Quinquim, fomos estruturando um ordenamento para elas conforme o espaço que dispúnhamos para serem afixadas. Trabalhamos uma tipografia e executamos a pintura sobre a madeira. Enquanto isso as pessoas vinham e participavam conosco do processo contribuindo com ele ou apenas apreciando o processo criativo.

Assim a identificação do MOC foi realizada em madeiras de antigas canoas, contemplando uma forte carga de identidade local. Sendo interessante perceber, como durante o processo de criação, a presença das peças foram suscitando nas pessoas relatos sobre seus usos, o caráter artesanal que entrou em desuso a medida em que se começou a fazer uso de novas ferramentas e materiais.



O processo de construção da fachada do MOC. Fotos: Arquivo pessoal e Alexandre Aureliano. Canárias, 2016.

ATIVIDADE 22

TÍTULO: Museu-Oficina da Ilha de Canárias: Avaliação do Processo de Implantação e Ordenamento de Ações Estratégicas e Funções dos Integrantes.

OBJETIVO: Avaliar as ações desenvolvidas e seus resultados; Decidir de modo partilhado as ações iminentes; Proceder à atribuição das responsabilidades essenciais entre a equipe do MOC.

TIPO DE ATIVIDADE: RODA DE CONVERSA

EIXO: INVENTÁRIO, SALVAGUARDA (Economia Criativa)

DATA DA REALIZAÇÃO: 10/12/2016

CARGA HORÁRIA: 3h

Ao findar as últimas ações que havíamos programado para este bimestre nos reunimos para um momento de avaliação. Além de avaliar tínhamos muitas questões a decidir sobre o MOC, pois devido a estrutura que ele foi adquirindo fazia-se necessário termos constantes momentos para decisões conjuntas objetivando ajustes, organização e criação de coisas novas, novos caminhos.

Foi este o nosso último evento oficial do ano, logo chegaria o natal e as comemorações de virada de ano. Decidimos sobre a distribuição de funções no MOC, sobre precificação de produtos, e sobre minha sugestão de utilizarmos um dos desenhos do Quinquim para a nossa identidade visual, ao que o grupo concordou.

Avaliamos de modo geral as vivências naquele bimestre e projetamos objetivos para o futuro.



Última roda de avaliações e reprogramação do ano.

Fotos: Alexandre Aureliano. Canárias, 2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Euder Arrais. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados.**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STRECK, Danilo R. (Organizadores). **Pesquisa Participante – A Partilha do Saber** (o Saber da Partilha). SP: Ideias & Letras, 2006. 295p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 107p.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação** / IPHAN; Texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. 134 p.

IPHAN. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial** / Texto: Evelina Grunberg. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **MUSEU E EDUCAÇÃO: conceitos e métodos.** Artigo em <https://bibliotextos.wordpress.com/>

ZARATIM, Joel Ribeiro; FREIRE, Lídia dos Reis; Bezerra, Márcia; CAIXETA, Maria Joana Cruvinel; D'Osvualdo, Vera Lúcia Abrantes (organizadores). HORTA, Maria de Lourdes. *Educação Patrimonial*, In **Curso de Patrimônio Cultura & Educação Patrimonial – Vários Artigos**. UFG: Goiânia, 2008. 132p.

APÊNDICE C

CARTOGRAFIA CULTURAL

A Cartografia Cultural foi resultado de parte do processo de execução do Plano de Educação Patrimonial. Nas oficinas onde tratamos especificamente do território tivemos atividades de mapeamento, onde trabalhamos com mapas mentais e trabalhos cartográficos em que o grupo teve liberdade para construir seu próprio registro cartográfico do território por eles utilizado. Tratou-se de um projeto construído de forma colaborada.

Por partir do processo de construção do Inventário Participativo registramos, na cartografia realizada, os locais de ocorrência de processos culturais relacionados ao Uru e à vida comunitária. Nela buscamos promover a visualização dos agentes e locais de produção demarcando no mapa tais aspectos. E ainda os locais onde a matéria-prima é encontrada.

Uma das importâncias da Cartografia, além do importante ato de pensar o território e sua dinâmica, e do empoderamento promovido pelo caráter decisório que envolve a demarcação, é que ela terá ampla utilidade nos processos em curso e nos a serem desenvolvidos no Museu-Oficina.

CARTOGRAFIA CULTURAL DA COMUNIDADE CANÁRIAS

ILHA DE CANÁRIAS | ARAIOSES | MARANHÃO



-  Mestre em Uru - Fracisco (Louro)
-  Mestre em Uru - Mardonde
-  Mestre em Uru - Pedro Candido
-  Mestre em Uru - José Maria (Zé Miguel)
-  Artesão - Francisco (kinkin)
-  Artesã - Salete
-  Artesã - Filomena
-  Artesã - Simone
-  Artesã - Claudiana
-  Artesã - Maria da Graça (Gracinha)
-  Artesã - Andreia
-  Pesqueira
-  Oficina de Construção Naval
-  Museu-Oficina da Ilha de Canárias
-  Igreja Católica
-  Escola Silvio Freitas Diniz
-  Escola Tia Bibi
-  Posto de Saúde
-  Igreja Evangélica
-  Praça da Igreja Católica
-  Área de Lazer
-  Pesca na Costa
-  Pesca na Orla Fluvial
-  Canoa
-  Carnaúbal
-  Manguezal
-  Porto do Galego
-  Barcos
-  Atracadouro
-  Quadra de Esportes
-  Campo de Futebol

APÊNDICE D

MUSEU-OFICINA - MOC

Um museu 'normal' tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento. (Hugues de Varine)

MUSEU-OFICINA - MOC

Com o uso de ferramentas conceituais e metodológicas da Museologia Social, criamos um conceito próprio de museu, de forma que representasse o grupo e seus objetivos, o Museu-Oficina. Consideramos que apenas o termo museu não compreenderia a totalidade do que estávamos a realizar naquele ambiente. Guiamo-nos por Paulo Freire, para quem “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também” (FREIRE, 1987: p. 33).

O Museu-Oficina é para nós, ao mesmo tempo, um museu e um espaço de oficinas. Museu porque documenta e comunica a cultura, a memória e os saberes locais, contribuindo para o seu conhecimento e valorização; Oficina porque se constitui em um lugar de partilha, transmissão de saberes ancestrais, no seio de uma comunidade singular, cujas raízes se configuram nas relações cotidianas com o rio, o mar, o delta, os mangues - com a água.

Localizado na Ilha das Canárias, no coração do Delta do Rio Parnaíba, o Museu-Oficina da Ilha das Canárias (MOC) é um museu de comunidade, com a missão e vocação de compartilhar o território e a cultura local. Busca valorizar e preservar a cultura da pesca artesanal da população tradicional que habita a comunidade Canárias; um equipamento cultural cuja proposta é contribuir para que o desenvolvimento local seja cada vez mais sustentável, tendo a educação e a ação cultural como instrumentos basilares. O Museu-Oficina funda-se na proposta de museu comunitário enquanto

expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva e de atividades comuns. [...] é um ato de independência da parte da comunidade que pretende se olhar e avaliar suas escolhas. [...] esse museu não contém o patrimônio, ele é o patrimônio. [...] ele não pode depender de uma instituição por mais democrática que ela seja. (VARINE, 2013)

O MOC com o tempo deverá ter a gestão realizada de modo efetivo pelas pessoas do lugar. Das onze pessoas que participaram da construção do Inventário Participativo sete são as que atualmente compõem o MOC. São elas que lhe dão vida, mantém seu funcionamento e possuem cada uma funções específicas dentro do museu.

Quanto ao fomento o Museu-Oficina possui uma manutenção própria proveniente da renda gerada com a venda do artesanato desenvolvido a partir dos processos de resignificação. Sua missão é, além da catalogação, valorização cultural, e promoção, melhorar a qualidade de vida da população local através de redes de aprendizagem não formal, do exercício da criatividade e de um trabalho voltado para a Economia da Criativa, capaz de valorizar os vários elos envolvidos, seus recursos e protagonistas.

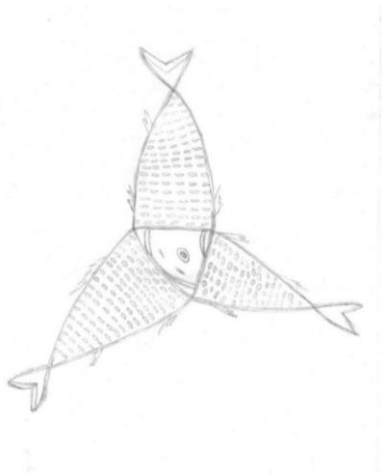


As Pessoas-Referência em trabalhos no MOC. Fotos: Claudiana Costa. Canárias, 2016.



Fachada do Museu-Oficina da Ilha das Canárias após o processo criativo colaborativo de construção do letreiro feito com madeiras reaproveitadas de embarcações antigas, em dezembro de 2016. Foto: Arquivo Pessoal. Canárias, 2016.

Identidade Visual do Museu-Oficina



A Identidade Visual do MOC foi criada a partir do desenho de um dos integrantes do Museu-Oficina, Francisco Oliveira, o Quinquim. Uma trilogia de peixes que possuem uma única cabeça em forma de delta, representando o território. Para o grupo do MOC simboliza nossas diferenças em unidade, com um olhar em consenso, uma forma triangular central que representa solidez, e que no conjunto visual adquire certa circularidade. As cores expressam a calma do delta, a sensação dos ventos e das dunas.

Em sequência estão dispostos da esquerda para a direita: o desenho do Quinquim, minha adaptação que foi levada a um profissional gráfico, o arquiteto Victor Veríssimo, juntamente com o desenho original, e uma das propostas por ele realizadas, a qual foi a escolhida pelo grupo do MOC.

mapm
MESTRADO
ARTES, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA